



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ**  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
CURSO DE JORNALISMO

**RAÍSSA BENEVIDES VELOSO**

**A COBERTURA SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO JORNALISMO IMPRESSO:  
UM ESTUDO DE CASO DAS NOTÍCIAS DO JORNAL O POVO  
DURANTE A GESTÃO CID GOMES**

**FORTALEZA**

**2014**

RAÍSSA BENEVIDES VELOSO

A COBERTURA SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO JORNALISMO IMPRESSO:  
UM ESTUDO DE CASO DAS NOTÍCIAS DO JORNAL O POVO  
DURANTE A GESTÃO CID GOMES

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

FORTALEZA

2014

RAÍSSA BENEVIDES VELOSO

A COBERTURA SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO JORNALISMO IMPRESSO:  
UM ESTUDO DE CASO DAS NOTÍCIAS DO JORNAL O POVO  
DURANTE A GESTÃO CID GOMES

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Ms. Ismael Pordeus Bezerra Furtado  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Jamil Marques, pela paciência e disposição em transitar comigo pelas problemáticas desta pesquisa. Ao Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE), pelo espaço de formação acadêmica, em especial à Camila e ao Fernando pelas contribuições ao longo de todo o processo desta monografia.

Agradeço, também, a meus pais, Maria do Carmo e Antonio José, que há 21 anos se transformam e me transformam no que estamos sendo. Aos meus irmãos, Ronaldo e Raul, sempre próximos independente das distâncias.

Aos amigos Meruoquenses, por estarem sempre perto, e aos amigos que têm compartilhado comigo a vida e a militância: Lídia, Gabi, Geovana, Andréa Bardawil, Santinha, João Alfredo e os queridos companheiros do Mandato.

À Bruna e ao Saulo, pela amizade para além do tempo e do lugar.

À Camila Chaves, pela ajuda – e amizade – imprescindível na revisão e pelas sugestões ao texto. E ao Ilo pela gentileza com as traduções.

E, de maneira a que todos os que cruzaram com suas trajetórias a minha se sintam responsabilizados por um pouco do que sou hoje, agradeço, de forma representativa:

Aos educadores do Canarinho e do Sapiens, nos momentos fundamentais para a preparação do terreno ético e crítico que hoje me sustenta;

Aos educadores do Santa Cecília pela confiança de apostar naquelas cabecinhas pulsantes;

À Janaina de Paula, pelo carinho com o qual me transforma permanentemente em alguém com cara de dúvida;

À Andrea Pinheiro, pela capacidade de incentivar e de aconselhar com boas doses de querer bem;

À Helena Martins e à Júlia Lopes, pela amizade que tanto me ensina;

Aos professores éticos e responsáveis da Universidade Federal do Ceará, que se empenharam em formar profissionais sérios;

E, por fim, aos amigos do Jornalismo, em especial à Camila Aguiar, por compartilhar estes quatro anos de amadurecimento.

Sombra \_\_\_\_ silêncio ou espuma  
Nuvem azul \_\_\_\_ que arrefece  
Simples e suave coisa  
Suave coisa nenhuma  
Que em mim amadurece

João Ricardo e João Apolinário

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a forma como o jornal impresso O Povo aborda o tema da Segurança Pública em notícias e reportagens publicadas durante a gestão de Cid Ferreira Gomes, especificamente entre os anos de 2011 e 2013. O *corpus* é composto por 49 matérias informativas indexadas pelo próprio jornal como relacionadas ao tema Segurança Pública no Ceará. Considera-se o Jornalismo como agente participante da construção da realidade social e seu papel na interpretação que a sociedade faz das políticas de Segurança Pública desenvolvidas. Divide-se o *corpus* em quatro categorias de análise, de acordo com a origem das fontes enfatizadas em cada texto: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário/Ministério Público e Outros Agentes. A intenção é perceber o enquadramento dado ao tema a partir dos agentes selecionados para se posicionar. Fontes e ações do Executivo predominam na cobertura de O Povo, que pouco questiona as afirmações deste poder. O Legislativo é abordado a partir de uma perspectiva de alinhamento com o governo do Estado. Poder Judiciário e Ministério Público são pautados como órgãos que acompanham as problemáticas com pouca interferência. A categoria de Outros Agentes inclui diferentes enquadramentos, já que estão nela representantes de classe, da sociedade civil, do mercado privado e das instituições de pesquisa. A cobertura de O Povo sobre o tema da Segurança Pública pouco problematiza a área.

**Palavras-chave:** Jornalismo impresso. Segurança Pública. Jornal O Povo. Ceará. Cid Gomes.

## ABSTRACT

The following work intends to comprehend the ways that the printed newspaper O Povo deals with the theme of Public Security in news and articles published during the management of Cid Ferreira Gomes, specifically between the years from 2011 and 2013. The *corpus* is composed for 49 informative articles indexed by the newspaper as related to the theme of public security in Ceará. The Journalism is considered like an active agent in the process of building the social reality and it's role in the translation the society do of the public security politics developed. The *corpus* is divided in four categories of analysis, by the origin of the sources stressed in each text: Executive Power, Legislative Power, Judiciary/Prosecutor and Other Agents. The purpose is to perceive the focus received by the theme from the agents selected to show their position. Sources and actions of the Executive Power predominate in the covering of O Povo, that almost never raise a question about the sayings of that power. The Legislative Power is boarded by a perspective of alignment with the State Government. The Judiciary Power and the Prosecutor are pictured as organs that oversee the questions. The category other agents includes distinct focuses, as in this category are class representatives, society representatives, private market and research institutions representatives. The covering of O Povo about the theme Public Security hardly problematizes the area.

**Key words:** Printed journalism. Public Security. O Povo newspaper. Ceará. Cid Gomes.

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NA PAUTA MIDIÁTICA.....</b>	<b>12</b>
1.1 BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA .....	15
1.2 A COBERTURA DA VIOLÊNCIA URBANA PELOS <i>MEDIA</i> .....	22
1.2.1 <i>Do discurso da Segurança Nacional ao discurso da Segurança Pública.....</i>	<i>25</i>
1.3 A INTERFACE ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E JORNALISMO .....	29
<b>2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DO JORNALISMO.....</b>	<b>35</b>
2.1 O JORNALISMO COMO AGENTE DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL .....	35
2.2 A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA COMO UM ATO DE LIBERDADE VIGIADA .....	43
2.2.1 <i>Objetividade versus subjetividade: um processo dialético .....</i>	<i>45</i>
2.3 CONSTRUÇÃO DO REAL ATRAVÉS DO AGENDAMENTO .....	51
<b>3 A COBERTURA NOTICIOSA DO JORNAL O POVO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE EMPÍRICA .....</b>	<b>59</b>
3.1 GOVERNO CID GOMES: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO .....	59
3.2 SOBRE O JORNAL O POVO .....	63
3.3 <i>CORPUS</i> EMPÍRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	66
3.3.1 <i>Categorias de análise do corpus .....</i>	<i>70</i>
3.4 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	74
3.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DESCOBERTAS DA PESQUISA.....	100
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

A relação entre o campo do Jornalismo e o tema da Segurança Pública é discutida tanto no âmbito das pesquisas em Comunicação quanto nos estudos em Ciências Sociais. Na maioria destes estudos, é ressaltada a dificuldade em discutir as tensões que envolvem as duas áreas e o cuidado para não tornar a discussão reducionista (PORTO, 2002, 2009; RAMOS & PAIVA, 2007; ZALUAR, 1999). Porto (2009) observa que a natureza das relações entre mídia e Segurança Pública é complexa e está em permanente paradoxo: ora cúmplice, ora contraditória; ora em afinidade, ora em estranhamento.

Nas teorias do Jornalismo, a literatura mais recente considera de forma crítica as categorias de objetividade e de imparcialidade, tão caras ao *habitus* profissional. Apesar disso, o discurso jornalístico ainda se apoia da noção de neutralidade para garantir legitimidade diante da opinião pública (BARROS FILHO, 1995). Desde a modernização da imprensa brasileira, os profissionais e as organizações jornalísticas têm reclamando para si a posição de legítimos representantes da sociedade (ALBUQUERQUE, 2000).

Rejeita-se aqui a noção dos *media* como espelhos da realidade. Atuando como agentes na construção das representações sobre o mundo e influenciando as práticas sociais (THOMPSON, 1998), esta pesquisa localiza-os como integrantes da realidade social. O Jornalismo é entendido como uma atividade exercida por empresas e profissionais submetidos à tensão entre os fatores internos ao campo, como as rotinas e as disputas intrínsecas ao ofício (CORREIA, 2012), e a influência dos fatores externos, situado em um espaço de tensões políticas, sociais, financeiras, culturais e ideológicas (BOURDIEU, 1997).

Segundo Michaud (1989), as imagens que os indivíduos criam do mundo perpassam tanto as vivências que experimenta com os relatos que chegam até ele. Nesse sentido, o Jornalismo desempenha as funções de reconhecer e de selecionar fatos sociais que são percebidos como integrantes da cultura de uma sociedade (MELO, 2005). Propõe-se analisar, portanto, de que forma o discurso jornalístico se comporta na interpretação da realidade social a partir da construção da cobertura do tema Segurança Pública.

Identificar a forma como as representações sociais são moldadas no discurso jornalístico pode contribuir para transformar as práticas relacionadas à área da Segurança Pública e da sociedade civil (PORTO, 2009). O Jornalismo adquire, portanto, o importante papel de interlocutor entre o que é significado socialmente e os sentidos propagados pelas políticas públicas (SÓLIO, 2010). Para isto, problematiza-se de que forma o jornal impresso O Povo aborda o tema da Segurança Pública no Ceará a partir da análise de notícias e

reportagens publicadas durante a gestão de Cid Ferreira Gomes, especificamente entre os anos de 2011 e 2013.

O interesse por investigar a relação entre Jornalismo impresso e Segurança Pública surgiu no momento em que diversas manifestações ganharam visibilidade nos jornais cearenses, em junho de 2013, evidenciando insatisfação com os índices de criminalidade no Estado. Sendo alvo constante de críticas, a área de Segurança Pública foi considerada pelo próprio governador Cid Gomes como “o maior incômodo do Ceará”, a pouco menos de oito meses do fim da gestão<sup>1</sup>. No dia 9 de maio de 2014, Cid Gomes assinou artigo no jornal O Povo comentando as dificuldades da gestão da Segurança Pública e admitindo que os resultados esperados não foram alcançados<sup>2</sup>.

Envolvendo episódios de grande repercussão, como as trocas de secretários do comando da pasta e investimento em programas como o Ronda do Quarteirão, orçado inicialmente em 57 milhões de reais, a segurança pública do governo Cid Gomes é abordada de forma controversa no noticiário da capital cearense, ressaltando o volume de recursos investidos na área ao mesmo tempo em que anuncia resultados negativos em relação à taxa de homicídios.

Assim, constrói-se a monografia a partir da seguinte estrutura: o primeiro capítulo tem como objetivo discutir as relações entre Jornalismo e Segurança Pública. Por entender que esta não surge do debate abstrato, caminha-se da discussão mais ampla, sobre o fenômeno da violência urbana para, em seguida, problematizar a relação entre a Segurança Pública e a cobertura jornalística. O objetivo, no primeiro momento, é compreender como a violência é entendida na sociedade brasileira e, a partir daí, refletir o aparecimento do debate sobre Segurança Pública.

O segundo capítulo trata acerca da atividade jornalística como agente de construção da realidade social. Longe de entendê-lo como refletores da realidade, problematiza-se de que forma os jornais são responsáveis por selecionar e interpretar fatos sociais e oferecer repertórios simbólicos de referência para a audiência. Por fim, discute-se como a hipótese do *agenda-setting* e os pressupostos do enquadramento propõem uma forma de entender a produção jornalística.

O terceiro e último capítulo apresenta o *corpus* escolhido para a pesquisa e desenvolve a análise empírica. No início é feita a contextualização sobre a gestão de Cid Gomes e sobre o jornal O Povo para, em seguida, apresentar as estratégias metodológicas e a

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://goo.gl/8NXSsq>>. Acesso em 24 mai. 2014.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://goo.gl/4CNgfX>>. Acesso em 24 mai. 2014.

forma de seleção do material empírico. Por fim, desenvolve-se a análise de conteúdo e as considerações acerca das descobertas da pesquisa.

O *corpus* é composto por 49 matérias de gêneros informativos selecionadas por meio da construção de um ano artificial, compreendendo textos publicados entre os anos de 2011 e 2013. Para a análise, o material é categorizado a fim de facilitar a execução da estratégia metodológica adotada, a Análise de Conteúdo. A categorização das notícias e das reportagens se dá através da identificação da ênfase construída na matéria a partir das fontes ouvidas. Dessa forma, pretende-se perceber os enquadramentos dados ao tema a partir de quatro grupos diferentes de fontes.

Muniz Sodré (2006) pontua um importante aspecto do debate sobre a Segurança Pública: este é um campo que intelectualmente vem se ampliando, mas que carrega consigo um implícito apelo ético-político pela participação da sociedade nas discussões e na busca por soluções. Nesse sentido, acredita-se que a problematização da cobertura do tema pelo Jornalismo corrobora para o avanço da participação social no debate sobre a Segurança Pública e, conseqüentemente, para um esforço no sentido de aproximar poder público e sociedade civil nas decisões sobre a administração pública.

## 1 VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NA PAUTA MIDIÁTICA

Este capítulo discute as relações entre violência, Segurança Pública e mídia, abordando tanto conceitos do campo da Comunicação, como do Jornalismo e da Sociologia, recaindo a ênfase na relação destes últimos. Caminha-se da discussão mais ampla, acerca do fenômeno violência e seus tipos, para, em seguida, problematizar a relação entre a Segurança Pública e a cobertura jornalística. O objetivo, no primeiro momento, é compreender como a violência é entendida na sociedade brasileira e, a partir daí, refletir sobre o aparecimento do debate sobre Segurança Pública.

No segundo tópico desta parte da monografia, problematiza-se a relação entre violência e mídia, discutindo como aquela é considerada um produto valioso para esta e como a imprensa vem modificando a cobertura do tema desde o período da ditadura civil-militar. No momento final deste capítulo, reflete-se especificamente a relação Jornalismo e Segurança Pública, considerando o espaço de tensões entre estes campos. Assim como não se mostra simples discutir a relação entre mídia e violência, uma análise que envolve Segurança Pública e Jornalismo também deve apresentar o cuidado para não reduzir a compreensão a cada campo de reflexão.

Para chegar à discussão sobre Segurança Pública é necessário entender, ainda que de forma breve, o caminho da pesquisa sociológica sobre o fenômeno da violência. Segundo Zaluar (1999), os estudos nesta área se intensificaram no Brasil, sobretudo na década de 1980, momento em que a pesquisa científica poderia ser dividida em três vertentes: (a) os acadêmicos de esquerda, que denunciavam a miséria e a falta de investimentos em educação e saúde; (b) os de direita, que analisavam a eficiência da polícia em proteger os cidadãos e seus respectivos patrimônios e (c) os acadêmicos tidos como conservadores, que tinham como objeto a criminalidade. Entre os debates propostos neste período, Zaluar lista reflexões dedicadas a elucidar o conceito de violência, suas causas e representações, além de estatísticas sobre vítimas de violência.

Com o crescimento de olhares da universidade voltado à temática, a partir dos anos 1990 diferentes setores da sociedade passaram a discutir a violência urbana como um problema social – contando, inclusive, com a cobertura dos *media* – e a produzir investigações e denúncias no âmbito da Segurança Pública (RAMOS; PAIVA, 2007). Mesmo não sendo uma particularidade do Estado brasileiro, o fenômeno da violência urbana no Brasil apresenta particularidades em relação à conjuntura de diferentes países.

Ao contrário de outras nações, como os Estados Unidos, a violência no Brasil não é considerada pelo senso comum como um traço característico da cultura nacional (OLIVEN, 2010). Em nível ideológico, tem-se a imagem do brasileiro enquanto homem pacífico, de índole supostamente herdada dos portugueses, que permitiu à sociedade brasileira desenvolver-se em harmonia nacional (idem). O que a história, mesmo a oficial, mostra sobre a nação brasileira, entretanto, é um percurso marcado pela violência em seus mais diferentes tipos, ocasionada principalmente pelas formas de dominação que foram instituídas neste território.

Ao se referir especificamente à situação dos países em desenvolvimento na América Latina, Sodré (2006) expõe que a violência é compreensível a partir da percepção de que o estado de violência é algo presente na organização social destas nações.

Isto não implica sustentar a tese de que a violência ou a agressividade individual se explique como mera reação defensiva em face de circunstâncias hostis ou de um Estado indiferente, mas se trata de apontar para as circunstâncias particulares (no caso, brasileiras) em que eclode esse lado da energia pulsional do sujeito (indivíduo ou grupo) designado como “violência”. (SODRÉ, 2006, p. 17).

O extermínio indígena, as revoltas nativistas e separatistas durante o período colonial, as várias insurgências contra o poder português durante o Império, a repressão a movimentos sociais e a perseguição aos quilombos, a Guerra do Paraguai e da Cisplatina, a violenta contenção de revoltas na República Velha são alguns dos momentos que relembram que a história brasileira é permeada por conflitos violentos (MELO, 2005). Com a intensificação do processo de industrialização e o crescimento dos centros urbanos, no início do século XX, a violência passa a ser vista como uma questão social e um problema de polícia.

Com a formação de uma força de trabalho urbana livre, o recurso à violência se torna uma constante. Durante toda a história da República o aparelho estatal brasileiro submeteu as classes dominadas a maus tratos e torturas. Na República Velha, os operários foram sempre encarados como potencialmente perigosos, devendo os líderes que procuravam organizá-los serem desterrados para lugares longínquos do Brasil ou, no caso de serem estrangeiros, deportados para seu país de origem, a fim de não contaminarem seus colegas. (OLIVEN, 2010, p. 7).

Costa e Pimenta (2006) defendem que o modelo do “brasileiro cordial” foi uma imagem cunhada pelo poder dominante como forma de orientar a conduta da população, atribuindo a essa ideia de cordialidade, submissão e passividade, definindo o papel social de grupos subordinados. Esses autores sustentam que, a partir da década de 1970, entretanto, com o intenso processo de globalização e fluxos internacionais, valores da sociedade

brasileira foram sendo colocados em questão, rompendo com o tradicional comportamento de passividade.

Conforme a ideia de que o mito brasileiro do “homem cordial” é o falso, Zaluar (1999) analisa autores que caracterizam a sociedade brasileira como o oposto ao pacifismo. De acordo com essa perspectiva, os brasileiros estariam no lado contrário à cordialidade e à cooperação, já que faria parte de sua cultura o caráter violento e despótico. Dessa forma, sair-se-ia de uma ideologia da harmonia entre os povos para a compreensão de que o clima de confronto está instalado na sociedade brasileira desde sua formação. A característica brasileira de não se envolver em guerras mundiais e de atuar como mediador em conflitos diplomáticos, por exemplo, não sustentam uma ideia de País cordial quando se lança luz aos conflitos internos ao território brasileiro.

Da construção de uma imagem pacífica ao cotidiano marcado por diferentes formas de violência, destaca-se, nesse contexto, a atuação dos *media*:

Os fenômenos da violência, ao serem enfocados pelos meios de comunicação de massa, invadem cotidianamente nossos sentidos com espetáculos que parecem querer sinalizar a barbárie, colocando-nos às vésperas de uma guerra civil. São imagens, discursos e narrativas que acabam por produzir um deslocamento nos conteúdos do imaginário social, por meio do qual o “mito do homem cordial” cede espaço à “lei do mais forte”, compondo um quadro mental de inquietude e de caos, percebidos como representativos da contemporaneidade brasileira. (PORTO, 2009, p. 218).

Se o caráter pacífico não é entendido, portanto, como inerente à cultura brasileira, tem-se pela reflexão de Zaluar (1999) que tal caráter poderia ser alcançado por um movimento coordenado por um projeto político que apontasse para essa direção. No processo permanente de educação e de construção de formas de participação e controle da população sobre o Estado, proposto pela autora, é fundamental entender os *media* para além do caráter negativista, atuando somente como agentes de projeção dos conflitos urbanos, mas também como construtores de formas de sociabilidade ao influenciar outras maneiras de pensar e de agir.

Assim como no restante do mundo, a violência sempre foi empregada no Brasil como mecanismo de forçar consensos na tentativa de impor ou manter unidade independentemente dos custos (ZALUAR, 1999). Se o senso comum pode ainda entender o brasileiro como “homem cordial”, uma problematização mais atenta à realidade brasileira deve ter o cuidado para não cair em generalizações. Para Costa e Pimenta (2006), a discussão sobre violência no Brasil deve levar em conta a configuração do Estado, considerando aspectos sociais, culturais, econômicos e do imaginário. Ou seja, o fenômeno em análise é

complexo e não se limita a explicações restritas a um campo. É essa a tentativa feita no próximo tópico deste capítulo.

### 1.1 Breve discussão acerca da violência

As definições sobre o fenômeno da violência também estão formuladas dentro de contextos sociais específicos. Com muitas origens e formas de manifestação, é importante em uma pesquisa científica ter clareza sobre qual abordagem é feita da violência e como ela se desenvolve na realidade social, cultural e histórica em que o estudo está situado. Para que se chegue a uma concepção apropriada para discutir como a mídia aborda as políticas de Segurança Pública desenvolvidas, sobretudo no Estado do Ceará em um período da história recente, faz-se necessário compreender a violência urbana enquanto um fenômeno complexo.

Elias (*apud* COSTA, 1999) afirma que, desde meados do século XVIII, nos países mais avançados no processo de industrialização, o Estado Moderno buscou a mediação da convivência social por meio da pacificação dos costumes e da criação de espaços de não-violência. “Essa pacificação é que permitiu deplorar e condenar violências e humilhações contra seres humanos, assim como coibir atos violentos cometidos para a resolução de conflitos, em nome da obediência às leis e às regras de convivência e respeito mútuo” (COSTA, 1999, p. 7). Segundo Weber (1967), se antes as mais diferentes instituições apreciaram o uso da força física, a partir daquele momento somente o Estado estava autorizado a fazer uso legítimo dela.

É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado – ninguém o afirma – mas um meio específico ao Estado. Hoje, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. [...] temos que dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que “território” é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito”. (WEBER, 1967, p. 55-56).

Como forma de mediação da sociabilidade, a violência do Estado é validada através de normas e legitimada socialmente, adquirindo caráter de dispositivo para controle social, aberto e contínuo (ZALUAR, 1999). A contenção da violência social passa a ser atribuição do Estado ao mesmo tempo em que a moral moderna se consolida. É no Estado Moderno que há a ressignificação dos valores e de crenças tradicionais, que reprimidos e substituídos por crenças coletivas que enfatizam a racionalidade passam a valorizar instâncias

como o direito, a justiça e a pátria (COSTA; PIMENTA, 2006). Os novos valores da civilização são impostos através do braço do Estado:

Para Nobert Elias (1993), esse monopólio, contudo, pode ter uma dupla função. Os que estão dentro do Estado e controlam o monopólio da força podem se utilizar dessa situação para satisfazer seus próprios interesses em detrimento daqueles da população, como são exemplos as ditaduras. Mas, segundo o autor, pelo menos nos Estados industrializados do Primeiro Mundo, esse monopólio tendeu a ser exercido para beneficiar seus cidadãos. Outra ressalva importante de Elias é que essa pacificação e os padrões de comportamento civilizados estão sempre ameaçados por conflitos de natureza social e pessoal. Assim, a vida em sociedade, ou o processo civilizador, seria marcada por uma constante tensão entre pacificação e violência. (COSTA, 1999, p. 7).

Discutida a partir de uma perspectiva totalmente diferente, autores, influenciados principalmente pelo pensamento marxista, delimitam a violência enquanto mecanismo de destruição da ordem de dominação burguesa. No início do século XX, por exemplo, Georges Sorel escreveu em seu livro *Reflexões sobre a violência* (1903) como esta seria um instrumento válido para a concretização da revolução do proletariado. Na década de 60 do mesmo século, Jean-Paul Sartre seguiu também esta linha ao afirmar que a violência é um direito da população oprimida para rebelar-se contra o Estado, também violento e protetor dos interesses de grupos privados.

Nesse sentido, tem-se um aspecto paradoxal do conceito de violência: esta é tanto um instrumento de controle das classes dominantes como é um mecanismo de sobrevivência da massa desfavorecida (OLIVEN, 2010). A partir da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, intensificaram-se os estudos acadêmicos sobre a violência enquanto processo urbano (COSTA, 1999). Nesse sentido, ressaltam-se as diferentes perspectivas pelas quais o fenômeno da violência pode ser abordado, reiterando a influência do contexto social e cultural que dá ao tema o caráter de relativização.

De forma geral, o problema que a Segurança Pública administra é a violência, o que, em termos epistemológicos, já inicia esta discussão com uma questão. Primeiramente, ressalta-se que o termo violência é, segundo Zaluar (1999, p. 8), polifônico desde sua origem etimológica: “violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital)”. Em seguida, é importante salientar que parte da dificuldade em discutir academicamente a violência se dá por esta ser um fenômeno empírico, antes de ser um conceito teórico (PORTO, 2002), presente no cotidiano das pessoas de múltiplas formas.

[...] retirado diretamente da realidade social, o termo sofre apropriação pelo senso comum, pela mídia, pelo campo político, enfim, por diversos outros espaços que não

o científico, cabendo a este reapropriar-se dos sentidos do conceito para que não haja um esvaziamento da discussão acadêmica. (PORTO, 2002, p. 153).

A análise aqui proposta trabalha com alguns limites sociológicos da definição de violência urbana. Para exemplificar como esta pode alcançar diferentes espaços de discussão, cita-se Oliven (2010) e sua crítica à “violência urbana” como forma de nomear o fenômeno social sobre o qual está se refletindo. Para este autor, esta expressão trataria o fenômeno da violência como inerente ao contexto urbano, transferindo do social para o ecológico as causas do acontecimento. Assim, ele propõe que a discussão seja feita sobre a “violência nas cidades”, entendendo que o problema é sentido no mundo todo e não só na sociedade brasileira. Ainda que interessante a distinção de Oliven, “violência urbana” não é percebida aqui como impasse, já que é uma expressão consolidada para a maioria das referências utilizadas nesta pesquisa, que não dá margem à interpretação que sugere aquele autor.

Oliven, em uma passagem do seu livro *Violência e Cultura no Brasil* (2010), evidencia por que as cidades são o espaço privilegiado para o crescimento da criminalidade e, por consequência, das discussões acerca do fenômeno. Antes de ser condicionante aos atos violentos por razões ambientais, o contexto urbano é concentrador das desigualdades sociais nas quais está imerso o Brasil.

O aumento de assaltos e roubos que se tem verificado nas grandes cidades brasileiras precisa, pois, ser discutido neste contexto. Por se constituírem nos centros mais dinâmicos do capitalismo no Brasil, suas grandes cidades representam espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência vivendo lado a lado com a mais flagrante miséria. (OLIVEN, 2010, p. 10).

Sodré (2006) apresenta diversas perspectivas do que é violência e de como pode ser analisado esse conceito. Em termos de significado, este autor propõe duas linhas de abordagem, que, em um primeiro momento, parecem antagônicas: (a) violência invisível, que considera a inércia da sociedade diante da ineficiência do Estado, dos órgãos burocráticos, do serviço público e a (b) violência visível, “entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social, e que pode eventualmente dar lugar à delinquência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder de Estado” (SODRÉ, 2006, p. 16). Nessa abordagem, esta última seria a definição que abrigaria os atos que endossam os números da violência urbana, e, por conseguinte, conceitua o problema administrado pelas políticas públicas de segurança.

Ainda que se trate de uma aparente oposição, a distinção proposta por Sodré evidencia o quão delicado é sugerir diferenciações para as formas de violência existentes. Enquanto a Segurança Pública se propõe a mediar os conflitos situados no campo da violência

visível, há um silêncio no que diz respeito à relação que esta estabelece com a violência invisível, também chamada de violência institucional. É o caso, por exemplo, das famílias que são super expostas a discursos favoráveis à realização de grandes eventos esportivos no Brasil – como a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016 – ao mesmo tempo em que são removidas de suas casas para a realização de obras relacionadas a esses megaeventos<sup>3</sup>.

Consonante à diferenciação que faz Sodré, D'Ávila (*apud* ZALUAR, 1999) propõe uma distinção primária entre a violência que acontece de forma silenciosa na sociedade brasileira e a violência que está em evidência no cotidiano das cidades.

As primeiras formas de violência (que vem de cima para baixo) são as propiciadas pelas estruturas sociais iníquas... Quem define o ato violento? Os que detêm o poder. Como definem o ato violento? Como transgressão das regras criadas pelo mesmo poder. Assim, se entre essas regras existem regras violentas, não são caracterizados como atos violentos, por exemplo, salários injustos; castiga-se como ato violento o roubo de 100 cruzeiros para matar a fome, porque é um ato violento, mas ficam impunes violências muito maiores, como todas as formas de iniquidade social. É uma violência silenciosa... (D'ÁVILA *apud* ZALUAR, 1999, p. 10-11).

Um aspecto importante a ser considerado, que pode ser identificado nas ideias de D'Ávila, é a relatividade do termo violência, aspecto este que Porto (2002) ressalta como perigoso nessa discussão, já que não se pode admitir uma definição tão ampla a ponto de não ter aplicabilidade científica. Para esta autora, é fundamental entender que o fenômeno aqui abordado carrega consigo os sentidos do contexto social e cultural que se analisa, mas admitir o relativismo da conceituação de violência pode levar o cientista social a tornar irrealizável a pesquisa.

Não é possível, portanto, de antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva e má. Dessa definição relativizada (porém não relativista) da violência e do mal só escapam os substantivistas renitentes. A questão é saber se existiriam valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores universais, o que obrigaria a pensar sobre a violência pelo lado dos limites que tais valores e direitos imporiam à liberdade individual ou coletiva. (ZALUAR, 1999, p. 8).

Desta forma, os autores que enfatizam o caráter relativista do conceito de violência o fazem sobre as características culturais do espaço/tempo em que o termo é empregado. Para Michaud (1989), é fundamental considerar o contexto simbólico e material em que o conceito é utilizado, enfatizando-se, assim, a variabilidade histórico-cultural na qual a expressão está inserida. Segundo este autor, não está se admitindo o relativismo puro, que

<sup>3</sup>De acordo com a estimativa feita por pesquisadores da Articulação Nacional dos Comitês da Copa e das Olimpíadas, cerca de 170 mil pessoas serão removidas sob pretexto da realização de obras relacionadas aos eventos supracitados. Informação disponível em <<http://goo.gl/b8vj0a>>. Acesso em 16 abr. 2014.

inviabiliza a atividade científica, mas se considerando que o cientista social deve perceber a relatividade dos valores postos em distintos contextos culturais e, por consequência, propor diferentes representações do fenômeno. Assim, longe de tentar reduzir a discussão conceitual sobre o tema, entende-se a violência contemporânea como um fenômeno polifônico e de caráter múltiplo (COSTA; PIMENTA, 2006).

Ao discutir os significados propostos por diferentes autores, percebe-se que os sentidos terminológicos perpassam inevitavelmente pelo âmbito da compreensão cultural. Como já mencionado, a origem etimológica da palavra violência se refere ao exercício da força física ou do uso do corpo para exercer sua vitalidade, seu vigor. Zaluar (1999) sugere que a compreensão do ato violento enquanto algo negativo, maléfico, é adquirida quando essa força excede os limites previstos em regras legítimas ou acordos sociais e perturba a ordem. Conforme esta ideia, Melo (2005), define violência como um dano causado intencionalmente, que traz como consequência a desordem.

Na tentativa de solucionar o impasse sobre a definição de violência, Porto (2009) sugere uma conceituação ampla, que considera como ato violento toda integridade que é atingida. Ainda que aberta para permitir as variações nos contextos de uso do termo, a conceituação de Porto é um caminho para que se delimite o alcance do tema. Entretanto, a própria autora admite que a amplitude desta definição deixa margem para várias ambiguidades conceituais.

Uma conceituação mais completa é adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), agência especializada em saúde subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), para a qual violência é “O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”<sup>4</sup> (OMS, 2014, tradução nossa).

Confrontando diferentes definições de violência, é perceptível que o aspecto da intencionalidade não é um consenso entre os autores. Sem determinar a intenção como inerente ao ato violento, Ramos e Paiva (2007) propõem outra conceituação em uma análise da cobertura midiática sobre criminalidade e Segurança Pública. Para as autoras, violência é o “uso ou ameaça de uso da força física; atitudes (mesmo não-intencionais) do indivíduo que

---

<sup>4</sup>Texto original: “The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation”.

causem ou ameacem causar danos físicos a si próprio ou a terceiros” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 153).

Já Almendra e Bodê de Moraes (2012), sem estabelecer critérios para o ato violento em si, mas lançando um olhar para as consequências sociais do fenômeno, caracterizam violência como o conjunto de medos e a sensação de insegurança dela derivados. Para estes autores, a sensação de insegurança é utilizada como mecanismo de controle social e reforçada pelos meios de comunicação, que quantificam e apresentam os gráficos da violência à audiência.

[...] os medos contemporâneos, mais precisamente os medos urbanos, uma vez racionalizados estatisticamente por meio de pesquisas demandadas pela mídia, apresentam ao grande público uma espécie de cartografia cognitiva das expectativas de crime e violência. [...] Esse discurso informativo qualifica e reitera a sensação coletiva de medo e insegurança, articulando-se ao discurso científico de viés estatístico, que quantifica o temor e discrimina situações de ameaça em infográficos jornalísticos esquematizados didaticamente – os graus de segurança com que se pode esperar a insegurança. Com efeito, são cartografias da desordem, legibilidade do espaço de interações sociais de rotina por meio do controle pelo medo. (ALMENDRA; BODÊ DE MORAES, 2012, p. 272).

Dessa forma, seria preferível que se falasse em violências, de forma plural, já que se trata de algo com facetas, origens e efeitos múltiplos, considerados sempre em relação à cultura (PORTO, 2002). Há também, pois, tentativas de compreender a violência para além de um fenômeno social que pode ser explicado a partir do estudo de suas causas. Nesse sentido, pode-se discutir a questão a partir também de seus efeitos, o que Machado da Silva (*apud* ALMENDRA; BODÊ DE MORAES, 2012) propõe ao enfatizar a percepção da sociedade sobre o fenômeno.

[...] violência urbana é uma representação coletiva, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam (*apud* ALMENDRA; BODÊ DE MORAES, 2012, p. 203).

Mesmo com o entendimento do senso comum sobre a violência, fundamental para a análise dos textos jornalísticos e para a compreensão de como os *media* agem na construção da realidade social, faz-se importante ressaltar que há distinções entre o que é considerado violência em termos científicos e o que é considerado violência pela noção socialmente compartilhada. Oliven (2010) ressalta que a utilização do termo violência urbana nos jornais, por exemplo, refere-se quase que totalmente à criminalidade praticada pelas classes pobres, o que pode ser discutido no Jornalismo como aproximação deste com as categorias do senso

comum (CORREIA, 2012). A percepção social pode levar a generalizações perigosas, colocando dentro de uma mesma categoria agressões de diferentes naturezas (MISSE, 2006).

Ainda hoje, quando pensamos em violência, nos limitamos a enxergá-la como atos de criminalidade, revólver, sangue, faca, corpo e morte. Entretanto, o presente trabalho tem a pretensão de entendê-la como resultado da dinâmica do social. Se ela é social, vai além das justificativas instintivas ou vinculadas ao biológico e se constitui das relações sociais diferenciando-se de acordo com os tempos, espaços, conjecturas, condições, contextos e culturas de cada sociedade. Inclusive, vai além das dimensões da criminalidade, do revólver, do sangue, da faca, do corpo e da morte. (COSTA; PIMENTA, 2006, p. 9).

Neste sentido, é necessário fazer uma distinção entre as definições de violência e o conceito de crime para evitar ambiguidades. Em relação à violência, fala-se em uma interação entre atores ou atores/instituições que provoca danos em graus variáveis, tanto em relação à integridade física ou moral ou à participação simbólica e cultural (MICHAUD, 1989). A definição de crime, por sua vez, volta-se exclusivamente para quando o uso da força, de forma intencional ou não, é previsto como ilícito na legislação penal. Só há crime se houver anteriormente uma lei que assim o defina (RAMOS; PAIVA, 2007). Espaços onde pode haver notável uso de violência, como alguns esportes, acidentes não-intencionais ou operações policiais, por exemplo, não são necessariamente considerados crimes pela definição anterior.

Da mesma forma que violência, o crime tem a definição relativizada pelo contexto cultural em que é determinado. Misse (2006) considera que o conceito de crime é influenciado politicamente, já que se trata de uma regra assegurada em legislações. Assim, as definições em discussão aproximam-se novamente do debate da área de Segurança Pública.

Para alguns, a violência seria percebida como geradora do caos e da tragédia urbanas que caberia à segurança pública eliminar; para outros, é tida também como resultado do *modus operandi* dessa mesma segurança e, particularmente, das polícias que contribuiriam, desse modo, para reproduzir aquilo que seriam supostamente encarregadas de combater, reduzir, eliminar; constatação que põe a nu a tensão constante entre a articulação de lei e ordem sem ferir os direitos humanos, desafio maior das sociedades democráticas, no interior das quais os meios de comunicação de massa reivindicam papel cada vez mais hegemônico, tanto na dimensão material, leia-se econômica, como simbólica ou ideal, leia-se cultural (PORTO, 2009, p. 214).

As políticas de Segurança Pública que são desenvolvidas no Estado do Ceará, por exemplo, restringem-se quase que totalmente a um tipo de violência que é visível e direta (SODRÉ, 2006), ou seja, caracterizam-se por performances que tentam minimizar ações em que há o uso imediato da força física de forma a romper a ordem jurídico-social. São crimes em sua maioria tais como roubos, assaltos, sequestros e homicídios. De outra forma, pode-se

tipificar essa mesma forma de violência como criminalidade violenta intencional (RAMOS; PAIVA, 2007), que representa os crimes realizados com o uso intencional da violência, ainda que para a população não seja muito clara a diferenciação proposta.

Para a percepção social, tudo isto é misturado num mesmo balaio, chamado de violência urbana, e reproduzido em larga escala pela mídia que reúne sob a mesma rubrica (ou mesma seção) crimes passionais, estupros, vinganças pessoais, contravenções populares (como o jogo do bicho), tráfico e consumo de drogas, assaltos a carros-forte, seqüestros, furtos de meninos de rua, brigas de torcida em estádios de futebol e até mesmo... suicídios passionais de casais”. (MISSE, 2006, p. 27).

Ainda que próximas, as delimitações entre os diferentes tipos de violência são necessárias. No universo que significa falar deste fenômeno, não cair em generalizações constitui um cuidado imprescindível para quem se propõe analisar a realidade social. No caso dos *media*, admitidos aqui como atores no processo de interpretação desta realidade, faz-se importante reconhecer de que forma a violência, se inevitável para ser noticiada, é pautada nos espaços de construção da informação.

## **1.2 A cobertura da violência urbana pelos *media***

Se a inflação ou o racionamento de energia foram, em um passado recente, alguns dos principais temas de debate e de preocupação da sociedade brasileira, pode-se dizer que a discussão sobre a Segurança Pública é atualmente pauta presente entre as inquietações da população. Ao acompanhar a cobertura dos jornais impressos, não é difícil perceber manchetes e títulos que se referem a um aumento nos índices de violência nos centros urbanos brasileiros. É possível verificar se a percepção desse aumento parte do senso comum e a ele se restringe, ou se está, também, formulada na produção acadêmica.

Se os assuntos relacionados à temática da violência e das políticas de Segurança Pública são do interesse da população, logo, apresentam-se como pauta em potencial para ocupar os espaços jornalísticos. Nesse sentido, há autores que afirmam que a imprensa explora a temática em seus produtos (PORTO, 2002) e outros que defendem que o nível de violência é tão grande na sociedade brasileira que os noticiários apenas evidenciam-no (VASCONCELOS *apud* MELO, 2005). Nesse sentido, Ruben Oliven (2010, p. 15) define como “insensatez” o fato de se ignorar o crescimento da criminalidade, “dado o clima generalizado de insegurança e pânico que se apossou dos habitantes de nossas cidades”.

No percurso delineado para esta pesquisa, faz-se relevante problematizar brevemente a relação entre mídia e violência. Há anos, estudos<sup>5</sup> tentam compreender de que forma se estabelecem os efeitos sobre a audiência da veiculação de atos violentos pelos *media*, mas não há consenso sobre uma presumível relação de causalidade. Não é possível determinar, por exemplo, que as 14 horas diárias de programas policiais nas emissoras cearenses (MORALES; DIÓGENES, 2013), ao exibirem as vítimas da violência e aqueles em conflito com a lei, estejam influenciando diretamente outros comportamentos violentos. “Embora quase todos estejam prontos para admitir a existência dessa relação, não se consegue demonstrá-la, pela própria complexidade envolvida” (PORTO, 2009, p. 227).

De acordo com Muniz Sodré (1992; 2006), a mídia favorece o abismo entre a realidade construída por ela – e pelo mundo do consumo – e a realidade histórica da sociedade, gerando frustrações nos indivíduos e, potencialmente, violência. Para que a reflexão não sustente a ideia de que a violência parte de indivíduos excluídos do mundo do consumo, ou seja, de menor poder aquisitivo, Costa e Pimenta (2006) afirmam que a violência é uma resposta ruidosa ao modelo de sociedade atual, influenciada não só por fatores econômicos, mas também sociais, culturais e do imaginário da população.

Partindo de outra perspectiva, Porto (2002) segue o raciocínio de que os *media* não podem ser responsabilizados diretamente pelo crescimento dos índices de criminalidade, mas devem ser caracterizados como um canal de estruturação de sociabilidades violentas.

[...] pode-se afirmar que os meios de comunicação de massa, a depender dos seus conteúdos, se não são diretamente responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade, funcionam, quando menos, como um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já que neles a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado. (PORTO, 2009, p. 227).

Em que sentido o comportamento violento é valorizado através dos *media*, Porto não esclarece. Somente a exibição de conteúdos desse caráter não faz com que as atitudes sejam valorizadas e que esta construção tenha uma identificação social. Ao considerar a mídia como “meios de comunicação” e “canal de estruturação”, entretanto, Porto dá início a uma afirmação problemática no sentido de caracterizar os *media* enquanto espaços apenas de transição, tanto dos fluxos de informação quanto das representações sociais. Mais do que corredores, estes são considerados, na análise aqui proposta, como agentes participantes na construção da realidade social. Dessa forma, é importante entender, para além da transmissão, como os *media* influenciam ativamente na elaboração de uma visão do mundo.

---

<sup>5</sup>Njaine e Minayo (2004) propuseram uma revisão bibliográfica sobre as pesquisas que abordam a relação existente entre violência e mídia e os efeitos sobre o público infante-juvenil.

As mudanças ocorridas na cobertura jornalística sobre o tema da violência urbana foram sentidas, principalmente, a partir da redemocratização no Brasil, no fim da ditadura civil-militar<sup>6</sup> (1964-1985) (OLIVEN, 2010; RAMOS; PAIVA, 2007; PASTANA, 2007; SODRÉ; 2006). No fim do século passado, a situação econômica brasileira era permeada, de acordo com parte da literatura, por diretrizes neoliberais, contexto este que Sóló (2010) caracteriza como propício para o controle da informação assumir importante função na mediação das relações e processos sociais, sendo interessante aos grupos detentores de poder produzir legitimidade aos seus posicionamentos. Nessa situação, o Jornalismo apresenta-se imparcial, objetivo e neutro (TRAQUINA, 2005), posto acima do bem e do mal, e se posiciona também a partir dos próprios interesses.

Organizados empresarialmente, os *media* se inserem no mercado através de como trabalham seus produtos. Dentre os temas preferíveis para comercializar a informação, a violência é considerada como uma moeda de troca com alto valor no mundo da comunicação, “uma mercadoria que vende e vende bem” (PORTO, 2002, p. 165).

O fato de a violência se apresentar como uma crise em relação ao estado normal cria, por princípio, uma afinidade entre ela e a mídia. Como podemos constatar, num dia calmamente banal fica difícil fazer um jornal ou um noticiário de TV para anunciar que não aconteceu nada (...). A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas. (MICHAUD, 1989, p. 49).

De acordo com a pesquisa *As representações sociais da violência no Distrito Federal*, coordenada por Porto (1998), que tinha como finalidade mapear a percepção do público do Plano Piloto e das cidades satélites sobre a violência nos *media*, 86,7% dos entrevistados responderam SIM ao seguinte questionamento “Na sua opinião, notícias sobre violência ajudam a vender jornais?”. Do restante, 8,9% responderam NÃO; 4,4% afirmaram não perceber ligação entre a veiculação de notícias desse caráter e o incremento na venda dos noticiários.

Ficou perceptível nesse estudo o quanto o próprio público reconhece na exploração da violência urbana um caminho para a audiência midiática. Em gráficos seguintes da mesma pesquisa, Porto (2002) evidencia que os *media* estão satisfazendo, muitas vezes, a expectativa dos indivíduos ao mesmo tempo em que alimentam uma construção social acerca

---

<sup>6</sup>Rolleberg (2006, p. 11) oferece uma perspectiva sobre a utilização da expressão regime civil-militar ao afirmar que “Desde a publicação da tese de doutorado de René Dreifuss, no início dos anos 1980, os historiadores e cientistas políticos têm se referido ao golpe como civil-militar, destacando a participação decisiva de setores civis na queda de Goulart e na violação da Constituição democrática de 1946. Em outras palavras, os militares não deram o golpe sozinhos”.

do fenômeno da violência. Entretanto, o excesso de informações divulgadas e o caráter cada vez mais apelativo das empresas para que seu conteúdo se destaque dentre os demais faz com que a abordagem do tema se aproxime da banalização:

Se a divulgação rápida tem permitido informar o público e capacitá-lo para pensar a respeito do que acontece, muitas vezes tem se chegado perto da vulgarização, que distorce a informação e confunde mais do que esclarece. As notícias de violência tornaram-se mercadorias. Elas vendem bem o veículo, quanto mais sensacionalistas e impactantes forem. Em veículos que passam um discurso de seriedade, o próprio conceito de violência tem sido usado de maneira abusiva para encobrir qualquer acontecimento ou problema visto como socialmente ruim ou ideologicamente condenável, resultando disso a confusão entre violência, desigualdade social, miséria e outros fenômenos. (ZALUAR *apud* PASTANA, 2007, p. 106).

Discordando da máxima disseminada de que violência vende, Ramos e Paiva (2007) compreendem que a afirmação não dá mais conta da realidade sobre a cobertura do tema. Para as autoras, a forma de abordagem da violência urbana pelos jornais brasileiros vem mudando desde a década de 1980, período em que o próprio fenômeno cresceu e se tornou mais complexo. As pautas que antes se concentravam no episódio do crime, caracterizando um tradicional jornalismo policial, ganham ares de debate público e passam a ser cada vez mais frequentes matérias sobre Segurança Pública (RAMOS; PAIVA, 2007).

### ***1.2.1 Do discurso da Segurança Nacional ao discurso da Segurança Pública***

Durante o regime civil-militar, que governou ditatorialmente o Brasil entre os anos de 1964 e 1985, a violência urbana não tinha, entre a opinião pública, o caráter alarmante que tem hoje. Exceto para aqueles que representavam alguma subversão ao sistema vigente, não havia um clima de insegurança generalizado nos centros urbanos do País nem os índices de criminalidade eram repetidamente assunto nos *media* (MELO, 2005). As informações sobre a violência naquele período eram intencionalmente escassas por dois motivos principais: (a) não interessava ao regime criar uma imagem negativa do País, preocupado em enfatizar a prosperidade econômica, e (b) as informações sobre a violência eram produzidas quase que exclusivamente pela polícia, outra instituição desinteressada na evidenciação dos fatos sobre violência (OLIVEN, 2010).

Naquele período, a Ideologia da Segurança Nacional foi fortemente propagada, tendo como princípio a noção de que o Estado é a entidade política máxima, que detém o monopólio da força física e impõe à sociedade as normas de conduta que deveriam ser seguidas para o bem de todos (ORTIZ, 2001). Com o tamanho e a diversidade do País, a busca pela integração da nação a fim de garantir os “objetivos nacionais” foi executada de

forma autoritária e com o discurso repressivo dos militares, procurando eliminar as dissonâncias (idem).

A reflexão de Ortiz (2001) sobre a Ideologia da Segurança Nacional mostra, ainda, que as ideias do regime não eram difundidas apenas pelos órgãos da repressão. O Estado investiu junto à esfera cultural para garantir que a dominação existisse não só através do poder de repressão, mas também por meio das relações de poder estabelecidas pela cultura, inclusive percebendo a potência que representavam os *media*:

Reconhece-se ainda a importância dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de difundir idéias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estados emocionais coletivos. Com relação a esses meios, um manual militar se pronuncia de maneira inequívoca: “bem utilizados pelas elites constituir-se-ão em fato muito importante para o aprimoramento dos componentes da Expressão Política; utilizados tendenciosamente podem gerar e incrementar inconformismo”. O Estado deve, portanto, ser repressor e incentivador das atividades culturais. (ORTIZ, 2001, p. 116).

Nesse mesmo período, a violência chegou de vez às universidades como tema de pesquisa. Ressalta-se que, durante a ditadura civil-militar, muitos professores que estavam na academia passaram a sofrer com a perseguição do Estado, já que vários também transitavam por partidos políticos, sindicatos e outras instituições de convergência política (ZALUAR, 1999). Assim, a violência passou a ser compreendida não somente como uma questão pública, em que suas causas, vítimas e efeitos sobre a sociedade deveriam ser investigados, mas também como uma esfera para problematizações acerca da institucionalidade, das mazelas das políticas públicas brasileiras e do sistema penal.

De início, a partir de 1970, os trabalhos que tocam no problema da violência muito raramente a tomam pelo ângulo da criminalidade, considerada como um “problema” a ser enfrentado. Não havia ainda a comoção pública e o destaque na mídia que o aumento da criminalidade provocou a partir da década de 80, embora aqui e ali já tivessem começado a surgir as primeiras pesquisas sociológicas sobre crime, quebrando a exclusividade que juristas e psiquiatras tinham sobre o assunto no Brasil (Carrara, 1991a e b; Misse, 1995b). É só no final da década que o problema se torna também nacional e social, e não apenas jurídico e médico, quando é formada, por iniciativa do Ministério da Justiça, uma comissão de estudiosos, dos quais fazem parte vários cientistas sociais, que prepararam um relatório sobre o tema. A questão da criminalidade já estava, então, na pauta das grandes preocupações do governo federal. (ZALUAR, 1999, p. 9).

O consenso alcançado durante o regime civil-militar acerca da prosperidade econômica do País foi se desconstruindo durante a segunda metade da década de 1970, período em que o Brasil adentrava uma grave crise econômica, disparando a taxa de inflação e o nível de desemprego. Ficava cada vez mais difícil para o regime de exceção conseguir um consenso entre a opinião pública e evitar o crescimento da força de instâncias de organização

civil, como sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos (SODRÉ, 2006). Tendo a violência alcançado durante esse período o *status* de “questão nacional”, o discurso de combate ao inimigo interno e às guerrilhas esvaziou-se gradativamente, cabendo ao poder político novas estratégias para manter o controle social.

Neste sentido, a ênfase que programas como o Fantástico emprestam à violência na cidade e o bombardeamento constante por parte dos meios de comunicação e dos políticos do regime a respeito da necessidade de um maior policiamento visam criar um clima de tensão permanente que, “longe de ameaçar o sistema, o consolida”. (OLIVEN, 2010, p. 12).

Há a transferência, portanto, da preocupação da Segurança Nacional para a Segurança Pública, que a partir daquele momento adquiria um caráter de menor oposição ideológica, afinal não seriam crimes praticados contra a ordem estabelecida, mas agressões ao “cidadão de bem”, uma figura genérica que pretende causar identificação, sobretudo à classe média. De caráter tão preocupante aos cidadãos quanto no caso anterior, Oliven (2010) ressalta que a ênfase dada ao aumento da criminalidade urbana silenciava para alguns tipos de crimes, como as mortes por acidente de trabalho e por fome, por exemplo, e os crimes de colarinho branco e as grandes transações financeiras irregulares.

Segundo índice pesquisado em 1978 sobre o comportamento da opinião pública no Brasil, 71% dos entrevistados afirmam ter medo de ser vítima de crimes violentos (KOWARICK; ANT *apud* PASTANA, 2007). Número alto já para os padrões da época, a quantidade de pessoas que manifestaram medo da violência urbana dava indícios de que ações de maior controle do Estado teriam legitimidade social, notadamente ações ostensivas contra aqueles que estavam à margem da sociedade brasileira.

Mas o reflexo do medo da violência criminal no imaginário ou no cotidiano das pessoas não para por aí, vale dizer, não é esporádico ou circunstancial. Desde o fim da década de oitenta que esse medo vem crescendo e comprometendo o convívio social. Atualmente os brasileiros tentam se equipar com tudo o que oferece a moderna tecnologia em termos de alimentação, informação, comunicação e lazer, evitando ao máximo sair de casa. (PASTANA, 2007, p. 98).

Nos anos seguintes ao regime, com o aumento dos índices de criminalidade nas cidades, a “democratização” da violência chega com mais intensidade a outros setores da sociedade. A violência, que antes se concentrava nas áreas periféricas das metrópoles, passou a ser percebida com maior ênfase em todo o território brasileiro a partir da década de 1990, transformando a imagem do País “pacífico” em um dos mais violentos do mundo (SODRÉ, 2006). No momento em que a compreensão sobre a violência passou a mudar em escala

nacional, a forma como os *media* construía suas perspectivas acerca do fenômeno também foram alteradas.

A partir da segunda metade da década de 1990, para além dos episódios de violência, os jornais passam a pautar em suas coberturas o tema da Segurança Pública. Algumas das causas para que a mídia começasse a abordar a temática perpassam o crescimento das taxas de homicídio, o aumento da violência sentida pela classe média e alta e o aparecimento de especialistas na condução das políticas públicas de Segurança Pública (RAMOS; PAIVA, 2007). Alguns jornais deixaram, inclusive, de produzir páginas destinadas unicamente às ocorrências policiais e passaram a discutir o fenômeno em outras editoriais, como Cidade ou Política. No caso do Jornal do Brasil, chegou a existir uma editoria específica para Segurança Pública.

Mais comum que a criação da editoria de Segurança Pública, entretanto, foi o desaparecimento de repórteres específicos para a cobertura policial. Ramos e Paiva (2007) enfatizam que os jornalistas passaram a escrever sobre temas gerais nas redações, permitindo novas abordagens e deixando de incorporar o perfil do profissional de polícia. Este mesmo período foi marcado para o negócio jornalístico por cortes de despesas e de investimento em tecnologia, numa tentativa de reformular o modo como as empresas de comunicação funcionavam e de torná-las mais atrativas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004).

A abordagem mais dedicada do tema da violência urbana poderia fazer crer, em um primeiro momento, que a cobertura sobre o fenômeno dar-se-ia de maneira satisfatória, informando a população sobre os rumos das políticas de Segurança Pública de forma contextualizada e crítica. O que alguns autores irão afirmar, entretanto, é que a maior exposição da temática pelos *media* reforça uma esfera de espetacularização do real e de banalização da violência cotidiana (SÓLIO, 2010; PASTANA, 2007; RAMOS; PAIVA, 2007; SODRÉ, 2006; PORTO, 2002). Ainda que as empresas de comunicação se apresentem ao público enquanto diversidade de conteúdo, há uma mesma ordem de abordagem dos acontecimentos, “tratados de forma espetacularizada e dramatizada para o público” (SODRÉ, 2006, p. 76).

Consonante a esta ideia, Njaine *et al.* (1997) ressaltam que os temas importantes para a sociedade são levados ao conhecimento da população por meio de empresas de comunicação que têm interesses econômicos nesse processo. Nesse sentido, os autores afirmam que a lógica da imprensa é transformar os acontecimentos em entretenimento, novidade e sensação. Da mesma forma avalia Sólío (2010), ao afirmar que a mídia deixa de abordar a violência enquanto um problema estrutural para espetacularizar os acontecimentos

cotidianos de agressão e desordem. Na crítica à forma descontextualizada com que a maioria dos *media* cobre o fenômeno da violência urbana, os autores consideram a abordagem superficial e estigmatizante:

Falamos, também, na forte contribuição que os meios de comunicação oferecem no sentido de desfocar a atenção em relação às efetivas causas da situação precária desses atores sociais, enquanto fortalecem, no imaginário social, um verdadeiro estereótipo de violência, usando como estandarte, na verdade, o “sintoma”, e isolando o episódio selecionado do contexto social em que ocorre. (SÓLIO, 2010, p. 25).

É importante que se avalie de que forma a mídia tem conduzido as coberturas sobre o tema da Segurança Pública. Como agente que sugere uma visão sobre a realidade social, faz-se importante compreender de que forma os *media* estabelecem seus discursos sem negar: (a) a construção de uma imagem de imparcialidade diante do público e (b) os interesses intrínsecos a uma organização empresarial que tem como produto a informação. Em menos de duas décadas, a forma como a violência era pautada pelas empresas de comunicação mudou consideravelmente (OLIVEN, 2010). É preciso entender com qual sentido essas mudanças foram estabelecidas. Essa é a discussão a ser delineada no próximo tópico.

### **1.3 A interface entre Segurança Pública e Jornalismo**

A imprensa possui interesses próprios ao abordar a temática da Segurança Pública (NJAINÉ *et al.*, 1997), que se tratando de uma área da administração pública, também está inserida em um jogo de interesses públicos e privados. Longe de ter uma análise previsível do ponto de vista dos resultados, portanto, a cobertura do tema pelos *media* está situada em um espaço de tensões, que envolve paradoxais conflitos entre os campos em discussão. A natureza desta relação permeia aspectos por vezes contraditórios, por outras consensuais; compreensões e formulações distintas acerca da realidade social; afinidades e estranhamentos (PORTO, 2009).

Constituir o binômio mídia/segurança pública como objeto de análise significa refletir sobre o fato de que cada um dos polos do binômio constrói a realidade social por meio dos sentidos e das narrativas pelos quais representam a “realidade” da violência e a violência como realidade. Em outras palavras, se a realidade é construída, apresentada, representada por meio de narrativas e imagens de guerra ou de paz, os efeitos sobre possíveis formas de orientação de condutas dos atores sociais serão igualmente distintos. (PORTO, 2009, p. 214).

Nos tempos atuais, a violência é muitas vezes apresentada como o fantasma da segurança (PORTO, 2009). Em um Estado democrático como o brasileiro, a afirmação dos direitos civis e humanos perpassa a discussão sobre o sistema de Segurança Pública e toca na

questão sobre como deve ser a proteção do Estado à dignidade e à liberdade individual. No Brasil, a Segurança Pública ainda é compreendida como a área de atuação governamental que diz respeito à promoção de políticas públicas para, sobretudo, a contenção da violência (LEEDS, 2013).

Ainda que o Estado brasileiro se volte em suas políticas de Segurança Pública para a lógica do “combate ao crime”, a compreensão sobre a área deve ser ampliada. Segundo Ramos e Paiva (2007), uma definição sintética para Segurança Pública refere-se à proteção da vida, da integridade pessoal e dos direitos individuais básicos. Nesta perspectiva, é reducionista propor o debate do tema a partir de uma lógica policlesca, reproduzindo a máxima social de que seria um “caso de polícia”. Ao contrário disso, Segurança Pública refere-se a uma área de estudos e de atuação política que deve enfatizar a promoção de políticas públicas de formação e proteção cidadãs.

[...] a discussão sobre uma ordem pública democrática, sobre os problemas na concretização da cidadania no Brasil, sobre o direito à vida e à segurança de toda a população, inclusive a pobre, exatamente por desnudar os obstáculos de tal modelo, tornou mais ricas as abordagens apresentadas nos últimos anos. As funções, organização e práticas cotidianas da polícia e do sistema penal, em contraste com o sistema normativo ou legal, tiveram de ser reavaliadas com menos dogmatismo teórico, o que não quer dizer que se tenha chegado a um consenso. Longe disso, o debate continua aceso. (ZALUAR, 1999, p. 5).

Nesse sentido, a mídia deveria ser vista por instituições que pensam a Segurança Pública como aliada na efetivação das políticas propostas para a área. No caso do Jornalismo, este é importante interlocutor entre a sociedade e os sentidos carregados nas políticas públicas (ROSA; MORIGI *apud* SÓLIO, 2010). Em depoimento para a pesquisa desenvolvida por Ramos e Paiva (2007, p. 17), o ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, afirmou que a política de Segurança Pública deve ser pensada considerando a relação com a imprensa, entendendo que se trata de “níveis distintos de um mesmo desafio”.

Na mesma linha, Santos e Serafim (2012) defendem que o arranjo da Segurança Pública deve acontecer em um contexto mais amplo, reformulando o tipo de relação que o Estado mantém com a sociedade. Ao contrário do que aconteceu em outros tempos, em que as políticas de segurança do País ficaram a cargo de dirigentes das forças armadas, por exemplo, o planejamento da área aqui debatida tem sido tensionado cada vez mais por outros campos da administração pública, da sociedade civil e da academia. A abertura para o controle social e a conscientização da importância disso deve permear toda a formação dos agentes de Segurança Pública (SANTOS; SERAFIM, 2012).

Como instrumento de controle da administração pública, os *media* têm potencial para exercer papel fundamental no debate sobre o tema da segurança. É evidente que a imprensa estabelece diferentes relações com a área da Segurança Pública, seja, em um extremo, construindo uma sensação de barbárie generalizada (PORTO, 2009), seja, em outro, articulando ações com os órgãos de Segurança Pública. Tratando-se, entretanto, de um ator social que se diz independente e imparcial, destaca-se a função que o Jornalismo assume enquanto fiscalizador dos agentes públicos (TRAQUINA, 2005) e, no caso aqui em análise, das forças de Segurança Pública.

Em diferentes momentos da história recente do País, a imprensa desempenhou importante papel de cobrança de uma postura efetiva do poder público (RAMOS; PAIVA, 2007). Em casos como o massacre do Carandiru, em São Paulo (1992), das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, no Rio de Janeiro (1993), das mortes no Morro da Providência (2004) e mais recentemente do desaparecimento do auxiliar de pedreiro Amarildo, no Rio de Janeiro (2013), ainda que se questione a abordagem das coberturas feitas, a imprensa exerceu importante constrangimento para que os agentes públicos se posicionassem diante da opinião pública. Da mesma forma, ainda como “guardião dos cidadãos”:

A imprensa tem um papel importantíssimo na fiscalização dos erros e das manipulações das estatísticas de segurança. Não existirão políticas sérias de redução da criminalidade e da violência se não houver dados confiáveis para planejá-las, monitorá-las e avaliá-las. Junto com instituições de pesquisa e com outras organizações da sociedade civil, cabe à mídia contribuir para a melhoria desses dados – de modo que o conhecimento dos problemas de segurança pública fique cada vez menos ao sabor do senso comum, do “achismo” e do uso político da informação. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 167).

Para Kovach e Rosenstiel (2004), ainda que a essência do Jornalismo esteja baseada numa disciplina de verificação, a verdade jornalística não está na limitação à exatidão de nomes, datas e números, o que poderia levar a narrativa a uma distorção da realidade. Para esses autores, mais do que apurar o evento e verificar as informações, o Jornalismo compreende uma atividade de dar sentido aos fatos, buscando uma atitude cada vez mais interpretativa acerca da realidade. Na tentativa de legitimação do discurso jornalístico, entretanto, os jornais se utilizam de estatísticas, gráficos e proporções para transparecer uma apreensão exata da realidade.

Consonante aos autores mencionados anteriormente, Almendra e Bodê de Moraes (2012) consideram utilizar essas informações sem nenhuma análise posterior é caminhar por uma abordagem superficial da realidade. Segundo eles, as estatísticas são perigosas por tenderem a estigmatizações e por não cumprirem necessariamente o rigor metodológico, já

que muitas são produzidas a partir dos dados dos órgãos de Segurança Pública. É o caso da notícia “Cid promete redução de homicídios”, publicada em 27 de março de 2013, pelo jornal O Povo.

Ao se constituir como uma matéria elaborada a partir da declaração do governador Cid Gomes sobre a promessa de redução de homicídios no estado, o texto dá ênfase aos números da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) para mostrar o crescimento do “problema”:

Os dados mais recentes da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) apontam 353 homicídios em janeiro deste ano, um aumento de 8,6% em comparação com janeiro de 2012, que registrou 325 casos. Em 2012, foram 3.571 assassinatos no Ceará, 33,89% a mais do que em 2011 (2.667). (Jornal O Povo, 27 mar. 2013).

Sem maiores contextualizações, os índices são expostos a fim de confirmar a ideia do crescimento dos homicídios no Ceará, com uma rápida comparação com os dois anos anteriores. Não se sabe se o crescimento das taxas foi desacelerado nem o que esses índices significam em comparação à realidade de outros estados brasileiros. Como é possível perceber na Figura 1, a notícia é concluída com um box intitulado “Números”, nos quais os mesmos dados da SSPDS são expostos. Dessa forma, ainda que fazendo uma pesquisa de dados, a matéria do jornal O Povo não apresenta nenhuma problematização sobre a conjuntura do Ceará no tocante ao tema da Segurança Pública.

Propondo-se a analisar como a imprensa pauta o tema da Segurança Pública e constatando a abordagem superficial dada pela maioria dos jornais pesquisados, Ramos e Paiva (2007) ressaltam o aumento na qualidade da cobertura sobre área nos últimos vinte anos, período concomitante à intensificação de setores sociais na tentativa de chamar atenção para os índices de violência. Para as autoras, o fim da editoria de polícia em alguns jornais é um ponto a ser comemorado, já que (a) possibilita ao jornalista escrever sobre diferentes questões urbanas, favorecendo a integração da cobertura sobre Segurança Pública com outros temas, e (b) exige maior informação e preparação do profissional, quebrando o estereótipo do repórter de polícia que só transita pelas delegacias (RAMOS; PAIVA, 2007).

O crescente debate sobre a proteção aos direitos humanos no Brasil também é um fator de cobrança para que a abordagem sobre violência urbana seja repensada pelo Estado, pela sociedade civil e pelas empresas de comunicação (NJAINÉ; VIVARTA, 2005). Temas como a violência policial e o sistema penitenciário, ainda pouco pautados na mídia brasileira, são alvos de constantes denúncias por meio de organizações ligadas ao monitoramento do respeito aos direitos humanos. Importante na fiscalização dos agentes públicos e, no caso aqui

em discussão dos órgãos de Segurança Pública, a mídia muitas vezes não questiona os atos cometidos por estes. Ao mesmo tempo em que denunciam a gravidade da situação do País, os *media* não se colocam a frente para aprofundar o debate (RAMOS; PAIVA, 2007).

Figura 1 – Página 2 de O Povo publicada em 27 de março de 2013

**Fortaleza**

PÁGINA 2 O POVO

FALE COM A GENTE

Facebook: @o.povo.ce

WhatsApp: (85) 3255 6248, 3255 6125, 3255 6118, 3255 6108, 3255 6152

Fax: (85) 3255 6139

Vertical

**Novo nome?**

O secretário nacional dos Portos, Leônidas Crisino, evitou comentar a possibilidade da secretaria estadual da Educação, Izolda Ceia, entrar no páreo da sucessão do governador Cid Gomes. Nos bastidores do Palácio da Abolição, Izolda é vista como novidade e em condições de concorrer a base aliada. O deputado federal João Ananias (PCO/Br) aprovou esse nome, observando que o cenário poderia pensar em ter uma mulher no governo. "Por que não uma mulher governadora? Já temos a presidente, Izolda, além de conhecedora da realidade do Estado, é técnica e amigável a todos", diz Ananias. Detalhe: na programação que Dilma Rousseff cumprirá dia 2, em Fortaleza, só ficaram dois eventos a serem realizados: o encontro com governadores e a inauguração da Escola Profissionalizante do bairro Taceredo Neves, esta uma das muitas espalhadas pelo interior por obra de Izolda Ceia.

**SEM TORRADAS**

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alexandre Moreira, estará quinta-feira em Fortaleza. No Rio, às 18h30, ele tomará café com o empresário e vai expor a política industrial do País.

**RESSURREIÇÃO JÁ!**

Será hoje, às 9 horas, no auditório Freitas Nobre, da Câmara, a audiência pública que tratará sobre reestruturação do DNCCS. Alexandre Moreira, secretário-executivo do MIN, vai expor o projeto. Há preocupação com o esvaziamento e afastamento do órgão da região.

**REFRESCO**

Durante reunião com governadores em Fortaleza, Dilma anunciou a aprovação de programas como o Garantia-Salário e Bolsa Estágio. Informa o secretário Nelson Martins (SDA).

**PROMESSA**

O prefeito Roberto Cláudio lançará, em abril, um pacote de investimentos na área da saúde, que inclui reforma de postos e compra de equipamentos. "Vamos investir para humanizar o atendimento aos pacientes".

**COCHOLO TÉCNICO**

O prefeito de Caucaia, Washington Galvão (PPD), esclarece na próxima semana, iniciará a recuperação de trecho da obra de contenção do mar do Karam destruído pela ressaca. "No mesmo tempo, iniciaremos o canteiro", diz.

**HÁ UM TEMPO...**

O senador Eurilo Oliveira (PMDB), com nome no páreo de candidato ao Governo em 2014, fez questão de dizer ontem que se sente "feliz" por ser lembrado, mas avisou: "2014, a gente só vai tratar em 2014".

**MANUAL DO TRABALHO**

Até o fim da próxima semana, a Fundação Demócrito Rocha concluirá distribuição dos 15 manuais do Programa Formação para o Trabalho. Os manuais vão encontrar-se no O Povo.

**TUTELA PRIVADA**

Tasso Jereissati foi citado por Adilson Sá na Medalha da Abolição. Ela informou que seu acervo particular está agora sob a tutela do Instituto Arnestas.

**HORIZONTAIS**

**Leão Maquieira Dragão do Mar 22** comemora hoje 14 anos de atividades. Com homenagens ao jornalista Tom Barros e a irmã Conceição (Cacia Memória Jesus).

**Em abril**, a Secretaria das Cidades dará ordem de serviço de cinco obras no Cariri: Anel Viário de Juazeiro, Avenida Perimetral de Barbalha e as urbanizações das estradas de Nova Olinda, Carinanga e Missão Velha.

**Só lembrando:** "Que as chuvas que caíram sobre a Zona Norte e o Cariri cheguem a outras áreas do Estado".

**Até 2014] Cid promete redução de homicídios**

**Governador diz que o primeiro passo é reconhecer o problema, diante do aumento no número de assassinatos. Cid Gomes garante que redução das estatísticas é compromisso de gestão. Foco será o combate ao tráfico**

**O quê ENTENDA A NOTÍCIA**

Número de assassinatos cresceu 33% no Ceará no ano passado, apesar das ações do governo. Estatísticas que resistem a baixar preocupam e governador resolveu o combate ao tráfico de drogas como saída para a diminuição dos homicídios.

**Combate ao tráfico**

Outra ação de combate ao tráfico é, de acordo com o titular da SSPDS, Francisco Bezerra, a Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas, que está sendo construída no Bairro de Pátima. O percentual de execução chegou a 70% no início do mês. A unidade deve ficar pronta ainda neste semestre. Com estrutura semelhante

**Números**

**8,6%**

Foi o aumento do número de homicídios de janeiro de 2012 (125) para janeiro de 2013 (137), segundo levantamento feito pelo O Povo a partir de dados da SSPDS

**33,89%**

Foi o crescimento dos assassinatos de 2011 (2.667) para 2012 (3.570) em todo o Estado, segundo levantamento feito pelo O Povo a partir de dados da SSPDS

**Saiba mais**

**Além dos 624**

inspetores formados ontem, outros 126 ainda serão nomeados para atingir a cota do concurso.

**Segundo o secretário**

Francisco Bezerra, no dia 5 de abril serão formados 1.150 PAs. Logo após, será iniciada a formação de quatro meses de mais uma turma de 1.000 policiais militares.

**Quando for inaugurada,**

em maio, no Bairro de Pátima, a Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas deverá substituir a Delegacia de Narcóticos (DINARC).

**PECE**

**Pesquisa aponta crescimento de morte de jovens**

No ano 2000, 49% dos mortes de jovens entre 15 e 29 anos foram causadas por armas de fogo. Dez anos depois, a quantidade chega a quase 60%. As proposições foram levantadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipecec), que divulga ontem uma pesquisa sobre o crescimento da morte de jovens no Estado. Baseada em informações disponíveis no Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Dataviva), a pesquisa do Ipecec mostra o índice do crescimento das mortes de jovens por armas de fogo na década de 2000. A maioria, aponta o relatório, é relacionada com o envolvimento dos jovens com as drogas. O gráfico apresenta a proporção do Ceará a um pouco abaixo do percentual do Nordeste, mas acima do nível do Brasil. "Sabemos que parte expressiva desses óbitos ocorreu em Fortaleza. O motivo do salto nesse período precisa ser melhor entendido, mas, certamente, rápido crescimento do tráfico de drogas no Estado (L) é uma variável importante a ser considerada, especialmente o crack", informa a pesquisa. (Gráfica: Feltus)

Fonte: Banco de Dados O Povo (2014).

Legenda: Destaque em vermelho (feito pela autora da pesquisa) para o box "Números", que conclui a matéria.

Da dificuldade de fazer cobertura sobre o tema da Segurança Pública aos interesses que permeiam as instituições que lidam com o tema, é certo que a imprensa brasileira ainda tem muito a ser analisada sobre a abordagem que dá à área. Seja por uma cobertura superficial e descontextualizada ou por uma cobertura que caminha para maior qualificação, ressalta-se o papel fundamental que o Jornalismo exerce na problematização da violência urbana e das políticas públicas voltadas para o tema.

Além de influenciar comportamentos, os meios de comunicação contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, na medida em que agenda debates na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais. Ao determinarem quais temas terão destaque nas discussões na esfera da sociedade, tornam-se o fiel da balança com poder, por exemplo, para fazer prevalecer políticas públicas de segurança com perfil repressivo ou preventivo. Portanto, muito mais que fomentador do comportamento violento de um cidadão, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma definitivamente seu papel à frente dessas questões (NJAINÉ; VIVARTA, 2005, p. 73).

Entender o caminho entre o discurso da violência e o debate da Segurança Pública foi o esforço deste capítulo. Para se chegar ao objeto de administração da pasta “Segurança Pública”, que será discutida especificamente mais adiante durante o tópico sobre a conjuntura cearense, foi necessário entender que a violência é um fenômeno múltiplo, mas que, posta numa perspectiva estreita pelo poder público, reduz-se à lógica de “combate ao crime”. Nesse sentido, fez-se interface com o campo do Jornalismo para entender de que forma este apresenta o fenômeno e o debate da Segurança Pública.

Influenciando diretamente o imaginário da população e sendo influenciado diretamente pelas expectativas da audiência, mostra-se relevante discutir como o Jornalismo constrói uma interpretação da realidade social e, assim, pode interferir na percepção que as pessoas têm do mundo. Esse é o percurso que será feito no próximo capítulo.

## 2 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DO JORNALISMO

Este capítulo tem como objetivo discutir como o Jornalismo é agente de construção da realidade social. Longe de entendê-lo como um refletor da realidade, problematiza-se de que forma os jornais são responsáveis por selecionar e interpretar fatos sociais, além de oferecer repertórios simbólicos de referência para a audiência. Como defendido por Kovach e Rosenstiel (2004, p. 16), “Os meios de comunicação jornalística ajudam-nos a definir as nossas comunidades e permitem-nos criar uma linguagem e conhecimento comuns, com base na realidade”.

Na primeira parte do capítulo, reflete-se sobre o campo do Jornalismo e os interesses e regras próprias a ele. Em seguida, caminha-se para discorrer acerca dos processos de produção da notícia, com o foco no debate sobre o princípio de objetividade *versus* subjetividade na atividade jornalística. Por fim, discute-se como a hipótese do *agenda-setting* e os pressupostos do enquadramento propõem uma forma de entender a produção jornalística.

### 2.1 O Jornalismo como agente de construção da realidade social

A riqueza de estudo do campo jornalístico se dá tanto pelas complexas relações estabelecidas nos limites do próprio campo, quanto por tensões com diferentes esferas, como a política e a econômica, por exemplo. Em uma análise jornalística, é fundamental que se considere, ainda que em diálogo com outros saberes, as regras e as relações inerentes a esse espaço, responsáveis por influenciar diretamente as práticas da profissão. Isto posto, apresenta-se como fundamental entender quais os preceitos estabelecidos dentro do campo jornalístico a fim de evidenciar em que circunstâncias se trabalha a informação e se produz a notícia, essenciais para a pesquisa aqui proposta.

Dessa forma, faz-se importante acrescentar que o Jornalismo, definido por Pierre Bourdieu (1997) como um campo social estruturado e autônomo, possui regras próprias e não pode ser entendido unicamente pela análise das condições externas a ele, haja vista que se trata aqui de um estudo referente à produção jornalística. Ou seja, ainda que esta pesquisa se utilize de problematizações do campo da Sociologia, principalmente aquelas que se referem à discussão sobre a violência urbana, estas seriam insuficientes para a tentativa de explicação de um fenômeno próprio a uma abordagem do campo do Jornalismo.

Ao falar sobre a televisão, Bourdieu traça um raciocínio que, por tratar do modo de operação do campo jornalístico, também pode ser compreendido para os jornais impressos:

[...] não é menos verdade que o campo jornalístico, como os outros campos, baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e de opinião). Esses pressupostos, os que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, em tudo o que implica, por exemplo, uma noção como “passa-bem-na-televisão”, estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas. (BOURDIEU, 1997, p. 67).

Entende-se o Jornalismo, portanto, enquanto uma atividade capaz de influenciar a lógica simbólica que expressa o conjunto de valores e interesses que regulam a sociedade (CHARAUDEAU, 2013), agindo de forma ativa nos processos de formação e propagação de representações acerca do universo no qual está inserido. Para analisar uma “estória” contada pelo Jornalismo, para fazer referência a Nelson Traquina (2005) quando chama os profissionais do campo de modernos contadores de “estórias” de não-ficção, é preciso entender que a atividade aqui em discussão é tanto fruto da realidade histórica e social em que está inserida como dos processos e critérios intrínsecos ao ofício (CORREIA, 2012), a exemplo das rotinas das organizações de comunicação e das interações sociais estabelecidas dentro do campo.

As experiências colhidas no mundo da vida dos próprios jornalistas – as rotinas organizacionais instaladas na redação e as interações sociais levadas a efeito no interior da comunidade jornalística – desempenhariam um papel relevante na constituição de quadros de referência essenciais para a leitura que estes profissionais fazem da realidade social. As definições da realidade são suportadas e produzidas por um conjunto de práticas por meio das quais determinadas definições seleccionadas da realidade são representadas (CORREIA, 2012, p. 32).

Situado em um espaço de tensões, disputado por interesses políticos, sociais, financeiros, culturais e ideológicos, o campo do Jornalismo contemporâneo possui polos que podem ser percebidos como opostos: o primeiro é o econômico, no qual as notícias são um negócio; e o segundo é o ideológico, em que o produto jornalístico é entendido como um serviço público (BOURDIEU *apud* TRAQUINA, 2005). Segundo Bourdieu, antes do século XIX, ainda enquanto um instrumento de propagação de ideias eminentemente partidárias, o jornal era mais influenciado pela lógica do polo político do que nos dias de hoje, importância essa que foi diminuindo na medida em que o Jornalismo passou a ser uma atividade exercida principalmente por corporações empresariais.

Evidenciando esta ideia, pode-se entender, afeito de explicação, esses dois polos como extremos da atividade jornalística: em uma ponta estaria o interesse econômico e o posicionamento empresarial do jornal; e na outra estaria a função social do Jornalismo enquanto prestador de um serviço de interesse público. Na prática, sabe-se, entretanto, que a atividade jornalística percorre o tempo inteiro o intervalo que separa o polo ideológico do

polo econômico, sendo o discurso de obrigação social voltado aos cidadãos o sucesso financeiro das empresas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004).

Consonante a essa ideia, Patrick Charaudeau (2013) refere-se às mídias como suportes organizacionais que fazem uso das noções de comunicação e de informação para desenvolver diferentes lógicas, sendo elas: econômica, no sentido de manter uma empresa; tecnológica, em relação a ampliar sua difusão em termos quantitativos e qualitativos; e simbólica, no que diz respeito a contribuir com o sistema democrático. Nesse sentido, o autor aponta ainda que o funcionamento dos *media* parte de uma lógica econômica – sendo estes, mais do que meios, empresas interessadas em vender o produto notícia – e de uma lógica simbólica – que visa influenciar a construção da opinião pública.

Apesar de inserido em espaços permeados por distintos interesses e por lógicas que, por vezes, se distanciam de uma compreensão simples, o Jornalismo é um campo social que depende da produção e compreensão humanas para sua sobrevivência. O jornal é, antes de tudo, uma construção humana que visa apreender os fatos sociais a partir de lógicas próprias. O “juízo ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião” são elementos formadores de um discurso que tenta fazer compreender os fenômenos em relação ao mundo simbolicamente estruturado (GENRO FILHO *apud* KARAM, 2004, p. 44).

A criação humana só tem sentido para nós mesmos, pelo acúmulo de conhecimento e de produção de significados e pela reprodução/repartição deles, o que faz as singularidades individuais se apropriarem da produção particular de culturas e regiões e contribuírem para disseminar as suas, num processo de troca de experiência e conhecimento que leva tal intercâmbio a originar uma universalidade. Ela pode ser cultural, moral, social, enfim, histórica, e o seu ápice de realização é o cotidiano, esse lugar do tempo e do espaço onde as pessoas podem realizar a si mesmas (KARAM, 2004, p. 28).

Na perspectiva de entender o Jornalismo enquanto uma construção humana que atua na esfera da mediação simbólica, torna-se importante ressaltar a ideia de Lippmann (*apud* HOHLFELDT, 1997) ao considerar que a percepção dos indivíduos sobre a realidade não se dá de maneira direta, mas a partir de uma percepção mediada por imagens formadas nas próprias mentes. Kovach e Rosenstiel (2004), entretanto, questionam o autor por afirmar que as imagens mentais elaboradas a partir da influência dos *media* são distorcidas e incompletas, tanto pela parcialidade da imprensa quanto pela capacidade questionável do público de apreender a verdade. Para s aqueles autores, o público é mais capaz e mais complexo do que acreditava Lippmann, podendo receber da mídia elementos para chegar à verdade sozinho (*idem*).

Assim, parte-se de uma visão em que a realidade não seria apreendida pelas pessoas de forma objetiva, como se pretendeu por muito tempo ao falar do Jornalismo, e sim a partir de um processo de construção mental. Wolf (2005) lembra que nas sociedades industriais de capitalismo avançado é cada vez mais comum a vivência do mundo através da mediação simbólica dos *media*. Nesse sentido, tem-se caminhado para o que Hohlfeldt (1997, p. 45) apresenta como sociedade anônima, nível em que a urbanização transformou os processos diretos dos indivíduos em fluxos massificados, “uma vez que a maioria dos integrantes de tais sociedades não pode ter acesso direto aos acontecimentos”.

Nesse raciocínio, quanto menor a experiência fisicamente presente das pessoas relativa a algum fato ou fenômeno, maior a dependência em relação à mídia para que se possa obter informações e cenários interpretativos (WOLF, 2005). Alinhado a esta ideia também se mostra Esteves (2012):

Este poder dos media tem como justificação imediata o facto de a nossa experiência simbólica ser hoje em dia cada vez mais adquirida de uma forma indireta, ou seja, não por via de um contacto pessoal com a realidade (ou de qualquer outra forma de conhecimento imediato dessa mesma realidade), mas através de uma mediação, ou mais exatamente, de mediatização: através do recurso a dispositivos tecnológicos de comunicação. O poder dos efeitos sociais dos media, mais que uma intrincada questão técnica relacionada com dispositivos, deve ser equacionado à luz da alteração das condições da experiência simbólica do homem – no que respeita à forma como hoje estabelecemos uma relação essencialmente mediada com o mundo em geral que nos rodeia (ESTEVES, 2012, p. 114).

É por isso que, nesta pesquisa, faz-se a opção por utilizar o conceito de mídia e de *media* ao fazer referência à comunicação mediada que aqui está em discussão. Para Thompson (1998), o uso desses termos tem menos chances de ser mal interpretado que a utilização, por vezes inadequada, do conceito de meios de comunicação de massa. Para esse autor, esta última expressão pode cair em dois problemas: (a) ser utilizada desconsiderando o princípio de o meio estar disponível a uma grande pluralidade de destinatários e (b) correr o risco de considerar a noção de massa como um conjunto homogêneo de espectadores passivos.

Antes de serem considerados a partir de uma conotação negativa, os *media* cumprem uma função social ao pretenderem estabelecer uma mediação simbólica do mundo. O desenvolvimento midiático representa “uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma organização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” (THOMPSON, 1998, p. 19), além de acarretar mudanças significativas nas formas como os indivíduos se relacionam. É por isso que alguns autores (TRAQUINA, 2005; CHARAUDEAU, 2013) irão defender que, para além de se

sentirem informadas diante dos infinitos acontecimentos que as cercam, as pessoas leem os jornais, por exemplo, também como forma de se inserir socialmente, de se posicionar diante das relações sociais.

Fala-se, portanto, que a imprensa cumpre uma função social no que se refere a estabelecer um presente de referência para a sociedade. Dos fatos sociais que são produzidos diariamente pelo mundo, uma quantidade, ainda que mínima, irá compor um repertório de orientação para os diversos indivíduos.

Uma sociedade não pode viver sem um presente que a envolva e lhe sirva de referência. Sempre está acontecendo algo e sempre temos de conhecê-lo. Sempre têm de existir ações em curso e sempre temos de poder saber delas. Esta é a função dos meios: rodear-nos de um presente social contínuo, bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo, que é uma maneira de assimilá-lo ou dominá-lo. (GENRO FILHO *apud* KARAM, 2004, p. 36).

Para tomar como conceito a capacidade aqui discutida dos *media* de atuar como mediadores dos fluxos simbólicos, Thompson (1998) cunha o termo “mundanidade mediada”. Note-se que não se trata de uma análise estática, no sentido de que a mídia estabelece uma mediação mensurável e inalterável há décadas, mas de uma percepção sobre um fenômeno gradativo em uma sociedade cada vez mais informatizada. O autor defende que a compreensão do mundo, fora do alcance da experiência pessoal, está sendo moldada em proporções cada vez maiores pela mediação das formas simbólicas. Isso implica dizer, por exemplo, que as pessoas criam imagens dos lugares e concordam com estereótipos reproduzidos em diferentes espaços midiáticos sem nunca terem estado naqueles lugares nem conhecido aquelas pessoas.

Esta mesma ideia é discutida por Lorenzo Gomis (*apud* KARAM, 2004) ao tratar do universo midiático no qual somos envolvidos cotidianamente e que nos serve de referência. Ele defende que a pretensão dos *media*, e nesta análise mais especificamente dos jornais, é oferecer um presente social com a finalidade de dar às pessoas o que pensar, prolongando o acontecimento pelos comentários e pelos efeitos produzidos sobre elas. Nesse sentido, já estaria se problematizando acerca de uma primeira forma de agendamento midiático, assunto que será melhor discutido adiante.

Para Sodré (2009), não basta que o Jornalismo se proponha a ser o corredor entre os indivíduos e os fatos sociais; mais do que isso, ele deve ser um intérprete qualificado da realidade:

Para os ideólogos da imprensa, que a vêem como um instrumento superior de esclarecimento da atualidade, um jornalismo que não consiga ultrapassar, ainda que minimamente, a aparência estabilizada das coisas pelo senso comum, não possui outro papel além da tão criticada ratificação declaratória da realidade. Jornalista seria, acima de tudo, o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos. (SODRÉ, 2009, p. 62-63).

No mesmo caminho, duas outras ideias apresentadas por Thompson (1998) referem-se à “historicidade mediada” e como tal mediação afeta o sentimento de pertencimento a grupos e comunidades. Sobre o primeiro conceito, o autor aponta que o sentido de passado e como as pessoas o apreendem está cada vez mais dependente dos “reservatórios de formas simbólicas mediadas”, o que implica dizer que os *media*, além da capacidade de agir enquanto referência para um presente social, abrigam as condições para que o passado seja acessado em suas diferentes construções.

No caso dos jornais impressos, a utilização de expressões que dão a entender estágios nunca antes alcançados na sociedade cearense – como referências à “onda” e à “escalada” da violência urbana em Fortaleza (Figura 2) – é um dos caminhos que os *media* têm para moldar a percepção dos indivíduos sobre a realidade atual da cidade. A legitimidade que um jornal possui diante de seus leitores é capaz de influenciá-los a uma construção de mundo que, para muitos, não necessita de questionamento. Assim, tanto o presente como o passado são acessados por categorias sugeridas pelo Jornalismo.

Figura 2 – Capa de O Povo publicada em 21 de março de 2014



Fonte: Edições Anteriores/O Povo Digital (2014).

Na tentativa de estabelecer um presente de referência, os jornalistas são os profissionais identificados como capazes de fornecer uma seleção das informações mais relevantes aos leitores, tanto na identificação dos acontecimentos extraordinários a serem noticiados, quanto no que se refere aos aspectos evidenciados de cada fato. Dessa forma, o jornalista agiria como um perito apto a avaliar a importância dos acontecimentos e a construir as notícias (TRAQUINA, 2005). Nessa exteriorização dos processos de seleção e de elaboração da notícia, que se discutirá com mais afinco adiante, chega-se a mais um sentido para a função social do Jornalismo: vigilância do poder a serviço do interesse público.

[...] os meios de comunicação social protegem os cidadãos de eventuais abusos do poder por parte de governantes, cuja tradição até o início do século XIX foi de repressão e tirania. No papel de “guardião” do poder, as relações assentam, segundo os teóricos da democracia, numa postura de desconfiança e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder político. No “tipo ideal” esboçado, os membros desta comunidade interpretativa são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, ao serviço da opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia. (TRAQUINA, 2005, p. 129).

A defesa da liberdade e da democracia também é utilizada como explicação por Kovach e Rosenstiel (2004, p. 16) na tentativa de chegar a uma definição sintética sobre a função social do Jornalismo. Segundo esses autores, “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem”. Nesta afirmação, os jornalistas também parecem se comportar como agentes desinteressados nos processos políticos e ideológicos, bem como as empresas de comunicação estariam acima de suas convicções políticas e estratégias comerciais para atuar pelo bem dos cidadãos.

Sabe-se, entretanto, que as leituras que percebem o jornalista enquanto agente desinteressado no processo de elaboração das notícias não dão mais conta de analisar o complexo quadro de interferências conscientes e inconscientes no qual o Jornalismo está inserido. Nesse sentido, mostra-se pertinente a abordagem trazida aos estudos em Comunicação pelo campo da Sociologia do Conhecimento, sobretudo a partir da década de 1970, entendendo os *media* como:

instituições que desenvolvem uma atividade-chave, que consiste na produção, na reprodução e na distribuição do conhecimento [...], conhecimento que nos coloca em condição de dar um sentido ao mundo, que molda nossa percepção em relação a ele e contribui com o conhecimento do passado e para dar continuidade à nossa compreensão presente (McQUAIL *apud* WOLF, 2005, p. XIV).

Parte-se, portanto, de um entendimento do Jornalismo enquanto agente construtor da realidade social e não somente como veículo de comunicação responsável pela condução de fluxos de informação. Os jornais cumprem uma ação de comunicação socialmente

contextualizada (THOMPSON, 1998) que, tanto reproduz uma realidade, como intervém na sua construção social (CORREIA, 2012). Dessa forma, os repórteres jamais poderiam ser vistos como peritos desinteressados no processo de produção jornalística, uma vez que são sujeitos sociais operando escolhas sobre o mundo.

Segundo Correia (2012), outra corrente teórica que influenciou os estudos em Comunicação nesta perspectiva ora discutida foi a Fenomenologia Social, ao problematizar como as técnicas e os comportamentos típicos do ofício são reproduzidos a fim de estruturar a realidade social. A partir desse olhar, a relação dos indivíduos com o mundo acaba por criar categorias de reconhecimento que compõem um repertório de origem social.

Dessa forma, tratando do processo que cabe ao repórter, ainda que livre de uma intencionalidade consciente e cumprindo métodos padronizados de apuração e de escrita, o jornalista é responsável por uma série de escolhas que irão determinar o caminho percorrido por ele na construção da notícia. Isso para não entrar, por enquanto, na problematização dos interesses e constrangimentos impostos por fatores internos e externos ao campo do Jornalismo. Tem-se, portanto, a ideia de que o acontecimento trata-se de uma construção:

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância de recepção encontrará pontos de referência, e desse encontro emergirá o espaço público. (CHARAUDEAU, 2013, p. 95).

É perceptível o distanciamento que o paradigma construtivista, ao entender a realidade social como fruto da construção de agentes, toma das primeiras e ainda presentes noções do Jornalismo enquanto espelho da realidade. Como produto de interações sociais, de um contexto histórico, de um processo de escolhas inerente ao fazer e desenvolvido por profissionais que atuam dentro de empresas, **o Jornalismo jamais poderia ser compreendido como uma instância refletora da realidade social.** Além, as notícias devem ser vistas como um recurso mobilizado por diferentes agentes do campo do Jornalismo a fim de ser bem sucedidos em relação às estratégias de comunicação (TRAQUINA, 2005).

A realidade oferecida pelas notícias é envolta pelos modos de conhecimento típicos dos jornalistas e pelos modos específicos que estes possuem de estruturar o conhecimento através da linguagem. Jornais, rádio, televisão e portais web não se limitam a monitorizar os acontecimentos do mundo real. Constroem representações e relatos da realidade que são configurados pelos constrangimentos que emanam das

convenções, ideologias e formas de organização típicas das empresas jornalísticas. (CORREIA, 2012, p. 83).

Mesmo diante de todas as mediações que a informação recebe até chegar ao leitor, tem-se a notícia como uma narrativa não ficcional, mas convencional (TRAQUINA, 2005). Nas estruturas convencionadas para selecionar o fato e enunciá-lo dentro dos padrões do Jornalismo, as notícias partilham um fenômeno, indo ao encontro da noção de que os “acontecimentos são aquilo a que prestamos atenção” (MOLOTCH, LESTER *apud* CORREIA, 2012, p. 85). Nilson Lage (1981) considera que os padrões técnicos aos quais a notícia está submetida são o componente lógico, que se combina ao componente ideológico, para formar o produto jornalístico.

Tentando conceituar notícia, Charaudeau (2013, p. 132) defende “chamar ‘notícia’ a um conjunto de informações que se relacionam a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado”. Para além dos critérios de noticiabilidade que serão discutidos mais à frente, ressalta-se o caráter dos diversos tratamentos que podem ser dados à notícia, evidenciando que o produto jornalístico é, antes de tudo, uma construção social, influenciada pelo espaço-tempo em que é produzido, bem como pelos métodos utilizados na elaboração. Dessa forma, parte-se para a próxima discussão quanto às interferências sofridas no processo de produção da notícia, as pressões e as possibilidades de escolha referentes ao agente jornalista.

## **2.2 A produção jornalística como um ato de liberdade vigiada**

A prática jornalística deve ser entendida como uma atividade que sofre com as mais diferentes restrições, desde o curto tempo para produção das notícias até as relações hierárquicas as quais os sujeitos estão submetidos (TRAQUINA, 2005). Dessa forma, faz-se necessário compreender o Jornalismo enquanto agente de influência na construção da realidade social e analisar a mídia como uma “máquina humana”, ou seja, uma instância de produção e recepção que possui intencionalidade construtora de sentidos (CHARAUDEAU, 2013).

Como aqui não é admitida a ideia de linguagem jornalística neutra, é interessante problematizar a relação entre possibilidades e restrições no campo do Jornalismo. Para Correia (2012), a censura é uma característica intrínseca a todo campo de poder e a atividade jornalística é um desses espaços, já que existe um conjunto de condições para noticiar o que é exposto pelos jornais. Apesar de ser uma premissa para o campo do Jornalismo, a afirmação

de Correia chega a parecer determinista pela escolha da palavra “censura”. Mais evidenciada durante regimes ditatoriais, a censura prévia sobre um jornal mais se parece com a repressão de determinados conteúdos políticos do que com os fatores internos e externos que influenciam a prática do jornalista.

Mais do que um ato para recriminar o profissional, as diferentes condições que se impõe ao fazer jornalístico representam o que Patrick Charaudeau nomeou de contrato de comunicação:

Nenhum ato de comunicação está previamente determinado. Se é verdade que o sujeito falante está sempre sobredeterminado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca (condição de sociabilidade do ato de linguagem e da construção do sentido), é apenas em parte que está determinado, pois dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal, ou seja, que lhe permite manifestar um ato de individualização: na realização do ato de linguagem, pode escolher os modos de expressão que correspondam a seu próprio projeto de fala. (CHARAUDEAU, 2013, p. 71).

Para esse autor, o contrato de comunicação próprio do ofício e o projeto de fala desejado pelo jornalista não estão separados: complementando-se, esses dois fatores acabam fomentando um espaço de estratégias, entre as restrições situacionais e discursivas, que os jornalistas têm para percorrer, “o que faz com que todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada” (CHARAUDEAU, 2013, p. 71). Dessa forma, a notícia não pode ser analisada apenas como um produto das restrições empresariais e políticas impostas ao fazer jornalístico, mas também como um espaço de possibilidades dentre as condições oferecidas ao profissional.

Na mesma linha desta ideia que considera tanto o fazer quanto as pessoas que o fazem, Traquina (2005) defende que há uma “autonomia relativa” na atividade jornalística, mas reconhece que o processo é altamente condicionado por fatores internos e externos ao campo. Nesse sentido, se há autonomia, ainda que relativa, também há brechas por onde os profissionais exercitam suas escolhas, colocando Jornalismo e jornalistas como agentes na construção da realidade (TRAQUINA, 2005). Entre as pressões externas ao campo, Charaudeau (2013) dá como exemplo o poder político e a concorrência entre as empresas e, como pressão interna, as preocupações quanto ao interesse da audiência.

Compreender o que pode fazer um jornalista é ter em mente, segundo Bourdieu (1997), uma série de parâmetros que colocam, de um lado, a posição do órgão de imprensa na sociedade e, de outro, a posição que o profissional ocupa no espaço do jornal. Dito de outra forma, faz-se necessário considerar não só o que pensa uma empresa de comunicação sobre o mundo e o que ela impõe como condições de funcionamento aos seus funcionários, mas

também o espaço de atuação do jornalista dentro da instituição e como ele consegue se comportar diante das tensões e disputas existentes.

Nesta perspectiva, Bourdieu (1997) aponta um comportamento corriqueiro e por vezes perigoso para a atividade jornalística: a autocensura. Sobre o Jornalismo, “quanto melhor se compreende como ele funciona, mais se compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores. Manipulam tanto melhor, bem frequentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo” (BOURDIEU, 1997, p. 21).

Com o objetivo de evitar a acusação de ser tendencioso, o Jornalismo informativo busca seguir métodos que assegurem, além da padronização da produção noticiosa, legitimar a narrativa do repórter como um texto neutro. Dessa tentativa, surgem os preceitos propagados como necessários ao bom Jornalismo, como objetividade, impessoalidade e imparcialidade, e os critérios próprios para seleção do acontecimento. Para Barros Filho (1995), a informação com aparência de objetividade apresenta bons resultados em termos de persuasão, sendo o “efeito de real” causado pela notícia, e não o alcance da “objetividade pura”, que produz consequências para o sistema informativo.

### ***2.2.1 Objetividade versus subjetividade: um processo dialético***

Enquanto um processo artesanal, sobretudo até meados do século XIX, a produção da notícia ainda estava relacionada de forma assumida a partidarismos políticos, relatos testemunhais e crenças (LAGE, 1981). A partir da fase empresarial, em que o Jornalismo passa a ser desenvolvido na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América em sociedades capitalistas profundamente influenciadas pela Revolução Industrial, os leitores consideram consumir a notícia não mais pelo caráter opinativo do jornalista, mas pela capacidade de ela ser um produto “que transmite a realidade” de forma imparcial.

Nilson Lage (1981) ressalta o crescimento vertiginoso da tiragem dos jornais durante o período que compreende a segunda metade do século XIX e o início do século XX: somente nos Estados Unidos, havia 1.662 jornais em meados de 1890, com a tiragem de 8,4 milhões de exemplares por dia, enquanto em 1910 esse número passou a ser 2.433 diários, totalizando um volume de mais de 24 milhões de exemplares (idem). Nesse sentido, tomar a notícia como “neutra” era interessante para as empresas de comunicação que tinham, e seguem tendo, objetivos que não se limitam à maior vendagem de jornais, mas também à maior atração de verbas publicitárias e de investidores.

Como um produto de larga escala, a notícia passou a não ser mais produzida para grupos específicos, por interesses segmentados. Para ter um público amplo, o jornal desenvolveu métodos de elaboração que o tornaram mais atrativo, legível e acessível à população, incorporando uma série de mudanças que fizeram da notícia um produto uniformizado. Como a “teoria da página diversificada” de Burgin bem ilustra, cada página de jornal deveria ter uma variedade significativa de assuntos a ponto de o leitor querer ler ao menos um (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Cumprindo um padrão de elaboração, a notícia se tornaria inevitavelmente reconhecível por seus leitores e mais barata aos seus produtores.

Diferentemente dos seus antecessores, jornais caros, de estilo rebuscado e dirigidos a públicos restritos – comerciantes ou simpatizantes políticos – a *penny press* baseava a sua existência no mercado. Baratos e com grande circulação, tais jornais “vendiam notícias para um público genérico de leitores e vendiam este público para os anunciantes” (Schudson, 1978: 23). Tais características não somente permitiram, mas incentivaram esses jornais a se definirem como politicamente independentes, comprometidos com os fatos e com a defesa do interesse público: sendo sustentados por uma massa de leitores anônimos, a sua sobrevivência financeira dependia da sua capacidade de atingir ao maior público possível, independentemente das simpatias partidárias dos seus leitores. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 7).

Em uma análise crítica das transformações no processo de produção da notícia, constata-se que não foi pela inserção do pensamento positivista no Jornalismo, propagando noções científicas tais como o distanciamento do objeto e a superioridade do comportamento racional, que garantiu ao jornalista a condição de reportar de forma neutra a realidade. Seguindo métodos que orientam a produção da notícia, os jornalistas não estão próximos de serem “refletores da realidade”, mas munem-se de argumentos contra acusações de distorção dos fatos.

Os jornalistas acreditam que podem mitigar pressões contínuas como sejam os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores, com a argumentação de que o seu trabalho é “objetivo” porque foram seguidos procedimentos identificados com a objetividade. (TRAQUINA, 2005, p. 139).

No caso da modernização dos jornais brasileiros, a crítica lançada por Magalhães e Albuquerque (2014) questiona que a nova cultura jornalística tenha como principal marca a busca pela objetividade. Referindo-se especificamente às mudanças ocorridas no Brasil, durante o período de institucionalização do Jornalismo, sobretudo na década de 1950, os autores destacam que há poucas evidências de que os repórteres passaram a se guiar pelo princípio de objetividade. A nova cultura jornalística a partir desse período esteve profundamente marcada pela centralização do controle do processo de produção da notícia, com ênfase na figura do copidesque e nos manuais de redação (MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2014).

Na busca pelo efeito do real no Jornalismo, Tuchman (*apud* TRAQUINA, 2005) evidencia alguns procedimentos, como mostrar-se imparcial na abordagem e apurar “mais de um lado” do fato, apresentar provas auxiliares à argumentação, usar aspas do discurso direto para neutralizar a presença do jornalista e estruturar a notícia através do método da pirâmide invertida. A partir dessa análise, entender-se-ia que, quanto mais o profissional atende aos padrões de produção da notícia, menos ele se coloca enquanto sujeito ativo de escolhas e mais aparenta neutralidade ao leitor.

É importante salientar que a procura pela objetividade não decorre de uma crença ingênua do jornalista em alcançar a realidade pura, mas do pressuposto que o argumento só é verdadeiro se universalmente demonstrável por meio de métodos pré-estabelecidos (ALBUQUERQUE, 2000, p. 14). Nessa mesma linha de raciocínio, seria no cumprimento dos padrões de objetividade que os jornalistas alcançariam a reivindicada legitimidade social. Para Barros Filho (1995), a legitimidade jornalística será tanto maior quanto mais discretas forem as escolhas feitas durante a produção da notícia. Segundo o autor,

A mídia constrói um mundo objetivo que, por se impor como o “real de todos”, não é subjetivamente o “real de ninguém”, impondo-se a todos através da força da violência simbólica que caracteriza a objetividade aparente. Se a eficácia simbólica das palavras só se exerce quando o receptor reconhece o emissor como legítimo, a legitimidade do texto jornalístico advém de um reconhecimento de legitimidade outorgado à empresa jornalística para que informe. (BARROS FILHOS, 1995, p. 80).

É interessante ponderar sobre a existência da objetividade enquanto valor presente nas redações jornalísticas. A oposição entre objetividade e subjetividade, tão cara aos jornalistas que temem fazer do fato uma “estória”, revela-se uma avaliação insuficiente para as considerações atuais, já que a própria elaboração acerca do que é objetivo, se mostra uma construção subjetiva dos indivíduos em relação ao que é relevante de ser contado jornalisticamente e o que é dispensável (KARAM, 2004). Nesse sentido, é necessário admitir a relação íntima entre objetividade e subjetividade, de forma que uma alimenta a outra. Para Karam (2004), não se pode falar em uma tipologia de reconhecimento do fato, por exemplo, sem falar da influência da ideologia:

Por isso, a objetividade do relato é o resultado que revela um conjunto de ações, comportamentos e opiniões de sujeitos que, subjetivamente, tornam-se objetivos em determinadas situações, síntese da complexidade, produtoras de eventos, acontecimentos e assim por diante. Desse modo, a objetividade é resultado da subjetividade humana. Mas também a subjetividade se forma pela objetivação do mundo e dos fatos provocados por pessoas. O processo entre objetividade e subjetividade é mesmo dialético. (KARAM, 2004, p. 39).

Outro aspecto relevante do ponto de vista da discussão sobre a objetividade é a padronização imposta ao processo de produção da notícia. Desenvolvido, sobretudo pelo Jornalismo americano em uma fase de expansão após o advento do telégrafo, no fim do século XIX, a noção de objetividade era usada com força na diferenciação entre o Jornalismo opinativo e o Jornalismo informativo. Albuquerque (2010) destaca que a institucionalização do fato, ou seja, a transformação da narrativa jornalística em um texto objetivo e válido ocorreu menos pela incorporação de teorias e métodos precisos compartilhados pelos profissionais da área, que pela utilização de convenções narrativas que davam à notícia o caráter de real.

A partir desse período, as notícias ganharam efeito de atualidade, já que o telégrafo rompia a barreira do tempo e do espaço para diversas agências de notícias de várias partes do mundo. Os textos passavam a ter uma linguagem mais homogeneizada, rápida e curta (TRAQUINA, 2005); com padrão de estruturação da pirâmide invertida, iniciando com o *lead* (parágrafo em que são respondidas as perguntas imediatas sobre o fato *o quê, quem, onde, quando, por quê*); o uso da terceira pessoa na narração; busca do equilíbrio (apresentação de mais de uma versão sobre o fato) e a supressão de quaisquer marcas ficcionais (ALBUQUERQUE, 2000).

Conforme esta ideia, Phillips (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 141) evidencia que o valor objetividade exigido ao jornalista é útil às redações por otimizar tempo na hora de fazer escolhas e evitar que o profissional selecione “entre reivindicações de verdades contraditórias”. Em outras palavras, pode-se dizer que os procedimentos “em nome da objetividade” levam o jornalista a fazer escolhas que poderiam ser feitas por qualquer outro profissional da notícia sem grandes diferenças. Dessa forma, a empresa de comunicação, organização com interesses comerciais, não sairia perdendo com a ausência momentânea de um jornalista ou mesmo com a substituição de integrantes da redação.

A objetividade facilita a standardização do produto e permite que os jornalistas sejam utilizados indiscriminadamente, ou seja, como um recurso permutável. Assim, a objetividade poupa energias à organização porque, em princípio, as notícias elaboradas passam pela hierarquia do jornal sem grandes alterações. Phillips (1977:69) escreve que a objetividade faz sentido em termos das necessidades da organização. (TRAQUINA, 2005, p. 142).

Nesse sentido, Bourdieu (1997) defende que os produtos jornalísticos são mais homogêneos do que parecem, produzindo não só conteúdos sobre os mesmos temas como os abordando a partir de perspectivas próximas. Assim, é perceptível que, ainda que haja mudanças de jornalistas das redações, a linha editorial de uma empresa não mudará com o

passar dos dias ou mesmo durante décadas de atuação. Sobre a forma como os jornalistas vêem o mundo, Bourdieu (1997) usa a metáfora dos “óculos”, entendendo que o profissional da notícia tem uma forma própria de olhar para o mundo e selecionar os acontecimentos noticiáveis.

Desde o início do século XX, o Jornalismo transformou-se em uma atividade globalizada, isto é, com produção de notícias em vários locais do planeta, redes de troca de informações e públicos interessados nas mais diferentes acontecimentos pelo mundo. Com a quantidade de fatos que acontecem diariamente, o olhar do jornalista é induzido a selecionar aqueles que correspondem aos critérios de noticiabilidade convencionados pelo ofício e pela linha editorial da empresa. Com “a multiplicidade e diversidade de fatos, ações, decisões, versões, interpretações jamais podem ser apresentadas em quantidade e profundidade nas páginas de jornais e revistas e em emissoras de rádio e TV” (KARAM, 2004, p. 38).

Sem dar conta do universo de acontecimentos cotidianos, os jornais selecionam o que consideram mais notável dentre pressupostos como atualidade, proximidade, imprevisibilidade e identificação social (CHARAUDEAU, 2013; LAGE, 1981). Entretanto, ao contrário de outras linguagens que tentam promover a discussão dos fenômenos de forma aprofundada, como é o caso da Ciência, o Jornalismo não se propõe, segundo Traquina (2005), a ser um espaço para discutir as problemáticas, mas sim os acontecimentos. Tal ideia pode ser melhor explicada a partir do entendimento de Albuquerque (2000) ao considerar que, no Jornalismo brasileiro, a seleção das fontes visa mais ilustrar uma tese que promover uma cobertura com versões conflitantes sobre o fato.

Nesse sentido, as coberturas jornalísticas não se aprofundariam nas temáticas selecionadas para apuração, tanto pelas condições de produção da notícia – espaço limitado, pouco tempo para elaboração – como pelas práticas convencionadas pelos jornalistas. Outra defesa que vai ao encontro do que defendeu Traquina é apontada por Kovach e Rosentiel (2004). Para estes autores, não cabe ao Jornalismo promover uma cobertura feita para especialistas, já que isso não refletiria o mundo como ele é:

Este tipo de imprensa não reflecte o mundo tal como a maioria das pessoas o vive e sente. Uma cobertura política centrada em considerações táticas, dirigida aos especialistas no assunto e que abandone o público meramente interessado ou mesmo desinteressado, está a faltar às responsabilidades do jornalismo. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p. 29).

Fica evidente a necessidade da busca pelo meio termo entre estas observações: se por um lado o Jornalismo não pode produzir para um público elitizado, do ponto de vista do acesso à informação específica, a atividade não pode, também, dirigir-se a um público

teoricamente idiotizado. Nos últimos quarenta anos, os estudos em Comunicação disputam um “braço-de-ferro” entre pesquisas que defendem uma audiência mais ativa e outras tendências que consideram os receptores como esponjas passivas do que divulgam os *media* (BARROS FILHO, 1995).

Tratando-se de abordagens superficiais no Jornalismo, a própria cobertura sobre Segurança Pública é por vezes apontada negativamente por apresentar pouca profundidade. Ao analisar o fenômeno da violência partir das coberturas jornalísticas, Sólito (2010) salienta que os *media* tendem a querer desfocar a atenção em relação às causas efetivas do problema. Para essa autora, a mídia exalta o “sintoma” e estereotipa a violência ao isolar os fatos reportados sem evidenciar o devido contexto social de ocorrência. Considerações semelhantes são feitas por Ramos e Paiva (2007) em sua pesquisa sobre a cobertura de jornais brasileiros sobre a violência urbana, tendo percebido um tratamento factual e pontual do tema.

Para Charaudeau (2013), a simplificação na abordagem jornalística pouco tem a ver com a explicação original sobre um fenômeno dada por uma fonte especializada ao jornalista, já que este se utiliza de categorias próximas as do senso comum para construir seu texto. Nesse sentido, o autor evidencia que a vulgarização no Jornalismo, como ele prefere chamar, faz parte de uma tensão própria ao campo:

Quanto mais uma explicação for precisa e detalhada, inscrevendo-se numa reflexão sistêmica pela ação de um especialista, menos ela será comunicável e explorável fora do campo de inteligibilidade que a produziu. Mas, além disso, como a vulgarização midiática é constantemente atravessada por uma visada de captação, isso tende a transformá-la numa vulgarização dramatizada. Desse ponto de vista, pode-se dizer que as mídias trapaceiam cada vez que uma explicação é apresentada como a decodificação simplificada de uma verdade oculta, como acessível a todos e a mesma para todos graças ao efeito mágico da vulgarização. (CHARAUDEAU, 2013, p. 62-63).

Essa crítica pode ser somada à reflexão de Correia (2012), uma vez que, para este autor, a linguagem jornalística vai ao encontro do senso comum não só no sentido de compartilhar uma linguagem já aceita e reconhecida por todos daquela sociedade, mas também na intenção de transmitir estereótipos socialmente aceitos. Sobre as categorias utilizadas para reconhecimento do mundo, Correia (2012, p. 32) levanta a suspeita “de que a linguagem jornalística tende a ser usada para reproduzir o que já é socialmente aceitável e previsível na atitude natural da vida”.

Nesse sentido, há de se avaliar se o Jornalismo caminha junto ao senso comum, reforçando clichês, preconceitos e estereótipos, ou se a atividade se coloca como questionadora de atitudes naturalizadas socialmente. É o caso de emissoras de televisão ou jornais impressos que reproduzem a violência social construindo coberturas tão violentas

quanto os acontecimentos que ali estão sendo evidenciados. Vários programas policiais, comuns na programação televisiva cearense, por exemplo, no embate constante com as organizações de defesa dos direitos humanos, ainda são questionados pelo tratamento desumano dirigido a acusados de cometer crimes. Chavões e cenas que descumprem até mesmo códigos de ética da profissão são veiculados sob a justificativa de atenderem aquilo que o público supostamente deseja ver (ARAÚJO; LIMA, 2008).

### **2.3 Construção do real através do agendamento**

Os estudos sobre agendamento inserem-se na tradição das pesquisas estadunidenses que têm como referência o paradigma funcionalista, ou seja, estão concentradas no entendimento das funções e dos efeitos do conteúdo produzido pelos *media* (MAIA; AGNEZ, 2010). O início dos estudos funcionalistas em Comunicação esteve ligado ao entendimento dos resultados imediatos acarretados pelos veículos de comunicação sobre a audiência. A partir de um ponto de vista ingênuo (CHARAUDEAU, 2013), os modelos propostos pelas primeiras ideias organizadas no campo da Comunicação pressupunham um circuito fechado em que a mídia era, na verdade, um emissor de uma mensagem que chegaria aos receptores provocando determinados comportamentos.

Segundo Wolf (2005), mudanças estruturais nos estudos em Comunicação aconteceram, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, período este em que os teóricos do campo voltaram-se para a compreensão dos efeitos dos *media* sobre a recepção a longo prazo, avaliando o efeito cognitivo sobre os sistemas de conhecimento. A partir daí, “conquistou-se a consciência de que as comunicações não intervêm diretamente no conteúdo explícito; de preferência, tendem a influenciar o modo como o destinatário organiza a própria imagem do ambiente” (WOLF, 2005, p. 138).

Na mudança de entendimento dos estudos em Comunicação sobre os efeitos provocados na audiência, Barros Filho (1995) evidencia as críticas ao modelo dos efeitos limitados e, conseqüentemente, os motivos de seu declínio enquanto foco das pesquisas científicas. Para esse autor, os estudos dos efeitos limitados eram conduzidos de forma excessivamente empírica, com uma preocupação de quantificar os resultados a curto prazo, ignorando os resultados a médio e longo tempo. Além disso, as pesquisas eram realizadas em laboratório, saindo das condições normais de comunicação, e só analisavam o contato do receptor com a mensagem, ignorando quaisquer outras etapas que pudessem existir em um processo habitual (BARROS FILHO, 1995).

Nesse sentido, não cabia mais analisar as consequências dos *media* a partir de uma visão determinista, em um entendimento de que o conteúdo veiculado era absorvido sem problemas e sem elaboração por parte da audiência. Pela nova compreensão dos estudos, a mídia teria uma função de estruturação da realidade, passando dos efeitos limitados e do modelo transmissivo para os efeitos cumulativos por um processo de significação (WOLF, 2005). Como agente de mediação da ordem simbólica, os *media* podem ser entendidos como construtores da realidade social a partir das escolhas que fazem de evidenciar ou silenciar sobre fatos sociais, além do tratamento que depreendem às informações.

No contexto de rupturas nos estudos em Comunicação que consiste na passagem da compreensão dos efeitos limitados para os efeitos em longo prazo, a teoria do agendamento<sup>7</sup> teve importante papel ao problematizar a influência dos *media* em nível de quadros mentais (ESTEVES, 2012). A primeira evolução que a teoria do agendamento apresentou ao campo refere-se à forma como a audiência apreende o conteúdo midiático, não sendo absorvido de forma totalmente inquestionável como as primeiras teorias iriam supor.

O que se verifica é o reconhecimento – tal como já antes tinha acontecido quanto aos efeitos comportamentais – de que os atributos sociais e psicológicos dos destinatários das mensagens dos *media* constituem uma variável a considerar na compreensão e explicação dos efeitos: esses atributos modulam de certo modo o processo de agendamento, em especial na parte do impacto cognitivo que as mensagens dos *media* têm efetivamente sobre as pessoas. (ESTEVES, 2012, p. 121).

Ainda que tenha representado um marco nos estudos em Comunicação, Barros Filho (1995) lembra que o pressuposto do agendamento já havia sido discutido, sem chamar atenção do campo científico, antes da pesquisa de McCombs e Shaw, publicada em 1972, responsável por sistematizar a ideia de *agenda-setting*. Estes autores referem-se, na pesquisa, às contribuições de Walter Lippmann, produzidas na década de 1920, ao defender que os *media* exercem uma função de mediação entre a realidade e a opinião pública, e aos estudos de Bernard Cohen, que escreveu, durante a década de 1960, sobre a capacidade da imprensa em sugerir à audiência “sobre o que pensar” (MAIA; AGNEZ, 2010).

Alguns autores questionam o uso da palavra teoria para definir as ideias do *agenda-setting*, já que o pressuposto, ao ser sistematizado, foi utilizado como uma hipótese a ser testada, e não como uma teoria acabada (idem). Para Wolf (2005), menos que uma teoria propriamente dita, por não ser um paradigma teórico estável, o agendamento é um núcleo de conhecimentos parciais, não se caracterizando em uma homogeneidade metodológica.

---

<sup>7</sup>Nesta pesquisa, *agenda-setting*, cunhado por McCombs e Shaw (1972), e *agendamento*, expressão utilizada como tradução por Traquina (2005), serão utilizados como sinônimos para designar o mesmo conjunto de ideias.

Percebendo essa particularidade como positiva aos estudos que envolvem o agendamento, Hohlfeldt (1997) defende que por ser uma “hipótese”, o *agenda-setting* é um sistema aberto e inacabado, que pode ter caminhos de comprovação ou contestação que não invalidariam a perspectiva teórica inicial.

É também Hohlfeldt (1997) quem sintetiza os três pressupostos que podem ser destacados para caracterizar a base de enunciação da hipótese do agendamento: (a) o processo de informação não é um circuito fechado, mas sim um fluxo contínuo; (b) os *media* influenciam os indivíduos a médio e longo prazos e (c) esta influencia se dá aos receptores na evidenciação e discussão de determinados assuntos, “incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda” (HOHLFELDT, 1997, p. 45).

A teoria da *agenda-setting* diz que por consequência dos jornais, da televisão e de outras mídias, as pessoas estão cientes ou ignoram, prestam atenção ou negligenciam, enfatizam ou não características específicas da cena pública. As pessoas tendem a incluir ou excluir das suas mentes o que os *media* incluem ou excluem do seu conteúdo. Além disso, o público tende a conferir o que ele atribui uma importância que reflete de perto a ênfase dada pela mídia aos acontecimentos, às questões e às pessoas. (SHAW, 1979, p. 96, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Apesar de abrigar uma variada produção de pesquisas a partir do pressuposto inicial, a teoria do *agenda-setting* pode ser dividida em tendências diferentes de investigação. Se a primeira fase de estudos sobre o agendamento guardava como hipótese inicial que a agenda dos *media* tinha capacidade de influenciar a formação da agenda pública, em uma segunda fase de desenvolvimento dos estudos, o foco será alterado para o questionamento sobre “quem determina a agenda dos *media*?” (MCCOMBS; SHAW *apud* MAIA; AGNEZ, 2010).

Conforme McCombs e Shaw (2000b), os estudos de *agenda-setting* se desdobram em quatro fases. Na fase inicial, os trabalhos acadêmicos reivindicando o AS [*agenda-setting*] focaram nas relações entre a agenda da mídia e a agenda do público. A segunda fase, que aparece em 1977, busca entender as condições que intensificavam ou limitavam a formação da agenda do público, chegando a conceitos como a necessidade de orientação do público, hierarquia entre os temas e características de cada suporte midiático. A terceira frente é voltada para pesquisas sobre a cobertura das campanhas eleitorais, examinando a agenda dos candidatos e a sua apreensão pelo público. Foi nos anos 1980 que os estudos entram na sua quarta fase e se voltam para as fontes das agendas midiáticas. (MAIA; AGNEZ, 2010, p. 4).

---

<sup>8</sup>Texto original: “The agenda-setting theory says that because of news-papers, television, and other news media, people are aware or not aware, pay attention to or neglect, play up or downgrade specific features of the public scene. People tend to include or exclude from their cognitions what the media include or exclude from their content. People also tend to assign an importance to what they include that closely resembles the emphasis given to events, issues, and persons by the mass media”.

Percebe-se que a ideia de agendamento não está restrita ao estudo do Jornalismo, podendo ser considerada na análise de outras mídias. Tem-se também na discussão, a noção de que os *media* influenciam a percepção da realidade pautando as discussões e o interesse do público, e não determinando sua reação. Nesse sentido, o agendamento também pode ser discutido como um caminho de duas mãos: ao mesmo tempo em que pauta a sociedade, a mídia também é pautada por esta.

Na compreensão aqui discutida, os jornalistas e as empresas de comunicação atuam como agentes na construção social da realidade, e não como agentes que tentam distorcer a informação durante a produção da notícia. Por outra perspectiva, percebe-se que o caminho que a informação percorre até virar um produto jornalístico é pautado por escolhas que incluem ou excluem elementos, pontos de vista, formatações. Nesse sentido, a hipótese do agendamento, em sua última fase, tenta entender “como os meios de comunicação estabelecem a ordem do dia dos assuntos públicos e como pautam a sociedade nos temas que serão tratados e discutidos pública e cotidianamente” (KARAM, 2004, p. 48).

Se for observada, a título de ilustração, a repercussão pública de um episódio de violência que teve ampla divulgação midiática e apelativa dos *media*, como o assassinato da menina Isabella Nardoni, em março de 2008, em São Paulo<sup>9</sup>, ou mais próximo do contexto desta pesquisa, o assassinato do estudante Mardônio Freire<sup>10</sup>, em março de 2014, em Fortaleza, percebe-se as características do enunciado do agendamento. Pelo caráter de evidenciação do tema e pelas várias matérias secundárias produzidas a partir do fato inicial, entende-se a capacidade de agendamento da mídia ao pautar as discussões cotidianas dos indivíduos.

[A imprensa] pode não ser bem sucedida, na maior parte das vezes, a dizer às pessoas o que devem pensar, mas é extraordinariamente bem sucedida ao dizer aos seus leitores sobre o que eles devem pensar. E daqui se segue que o mundo parece diferente a pessoas diferentes, em consequência não apenas dos seus interesses pessoais, mas também do mapa que para elas é desenhado pelos escritores, editores e redatores dos jornais que elas lêem. (COHEN *apud* ESTEVES, 2012, p. 114).

Ainda assim, deve-se ponderar sobre os efeitos de assimilação da agenda dos *media* pelas agendas pessoais. Evitando novamente o determinismo que as ideias apresentadas possam dar a entender, é importante ressaltar que a mídia exerce diferentes níveis de influência nos indivíduos, sendo necessário ponderar quanto a alguns fatores que compõem o processo de recepção. O efeito do agendamento, portanto, não é padronizado, mas varia

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre o caso: < <http://goo.gl/sLvfh>>. Acesso em 23 mai. 2014.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre o caso: < <http://goo.gl/khcBz0>>. Acesso em 23 mai. 2014.

conforme o perfil da audiência, levando em consideração as características sociais e psicológicas das pessoas que acompanharam aquelas coberturas (ESTEVEVES, 2012).

Outro importante elemento que deve ser considerado para mensurar os efeitos da agenda midiática é o nível de conhecimento que os indivíduos têm do tema em questão:

[...] embora cada vez mais os media nos nossos dias se apresentem como fontes primárias de experiência social, ainda assim parece que lhes continua a caber um papel secundário, pelo menos em termos cognitivos, sempre que os mesmos não se encontram sozinhos no terreno – quando não são a única fonte de experiência e, mais em especial, quando se encontram em concorrência com fontes de experiência primária diretas (quaisquer formas de contacto sensorial mais imediato estabelecido com os diversos elementos do mundo envolvente). (ESTEVEVES, 2004, p. 122).

Segundo Maia e Agnez (2010), a partir da década de 1990, o foco das pesquisas no Brasil se voltou para o entendimento de como se dava o agendamento midiático; as análises sobre a audiência foram deixadas em segundo plano, ocasionando para os estudos o risco de considerar a hipótese do agendamento como uma verdade absoluta. A maioria dos estudos brasileiros sobre agendamento utiliza como metodologia a análise de conteúdo, comparando trechos de produtos jornalísticos a fim de identificar a abordagem que é dada ao assunto e, por consequência, inferindo a forma como a audiência pode assumir o tema (idem).

Com a diversidade de pesquisas que fazem uso dos pressupostos do agendamento, há propostas de categorização dos tipos de agenda (BARROS FILHO, 1995). Dividindo as abordagens das pesquisas em três grandes tipos, temos as pesquisas voltadas para a agenda do público, para a agenda política e para a agenda da mídia (COLLING, 2001). Estudos mais recentes apontam para a discussão de que os *media* não só sugerem sobre o quê a audiência deveria pensar, mas também a perspectiva pela qual deve olhar para a realidade:

*Agenda-setting* é considerada mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias igualmente nos dizem como pensar acerca disso. A seleção de objetos para a atenção e a seleção dos enquadramentos pensados acerca destes objetos são o ponto forte do papel do *agenda-setting*. (McCOMBS; SHAW, 1993, p. 62, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Percebe-se, nesse momento, a utilização do conceito de enquadramento – tradução do conceito de *framing* – como forma de aprofundar uma linha de discussão da *agenda-setting*. Segundo Mendonça e Simões (2012), um levantamento produzido em 2007 por Weaver mostra que o conceito vem ocupando, em algumas discussões, o lugar do agendamento. “Além de constituir um paradigma alternativo à abordagem da objetividade, o

<sup>11</sup>Texto original: “Agenda setting is considerably more than the classical assertion that the news tells us what to think about. The news also tells us how to think about it. Both the selection of objects for attention and the selection of frames for thinking about these objects are powerful agenda-setting roles.”

conceito de enquadramento tem contribuído também para dinamizar perspectivas teóricas existentes, particularmente as pesquisas sobre função de agendamento da mídia ou agenda-setting” (PORTO, 2002, p. 3).

Se na análise de como a agenda midiática influencia a formação da agenda individual pode ser entendida como um primeiro pressuposto do agendamento, Porto (2002) considera que o enquadramento estaria localizado em um “segundo nível de efeitos”, propondo-se a entender como o público pensa os temas sugeridos. “De forma sucinta, pode-se dizer que os *frames* são estruturas que orientam a interpretação dos fatos através da seleção de determinados aspectos considerados relevantes” (MIOLA, 2012, p. 124).

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais evidentes em um texto comunicacional, de tal maneira que para promover uma certa definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Ao discutir a definição que Todd Gitlin dá para enquadramento, Porto (2002) destaca que os *frames* possuem práticas específicas, como de seleção, ênfase e exclusão, e são capazes de organizar o mundo não só para os profissionais que lidam com a produção das notícias, mas também para os leitores que recorrem a estas. Nesse sentido, os enquadramentos são entendidos como estruturas interpretativas que orientam tanto os jornalistas quanto a audiência na interpretação dos fatos.

É importante ressaltar que o enquadramento não é entendido aqui como uma manobra para condicionar a forma como uma audiência passiva deveria interpretar os temas pautados pela imprensa. Longe disso, entende-se que o meio no qual o jornalista está inserido, suas relações, sua ideologia, as rotinas que deve seguir e as pressões presentes no campo são responsáveis por moldar a percepção do profissional no momento de fazer as escolhas que irão constituir a notícia. Os *frames*, portanto, não são inventados pelos jornalistas, mas acionados a partir de sentidos partilhados socialmente (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

O conceito refere-se ao uso de quadros interpretativos construídos socialmente e que, ao colocarem os indivíduos sob referências partilhadas, lhes permitem dar sentido às relações sociais. Afinal, “enquadramentos mediáticos são esquemas persistentes de cognição, interpretação, e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais os detentores dos símbolos organizam rotineiramente o discurso verbal ou visual (Gitlin, 1980:7)”. (CORREIA, 2012, p. 90).

---

<sup>12</sup>Texto original: “Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais evidentes em um texto comunicacional, de tal maneira que para promover uma certa definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito”.

Consonante a esta ideia está Goffman, um dos principais sistematizadores da noção de enquadramento:

Como se nota, em Goffman, os frames não são estratégias simplesmente construídas por atores sociais para influenciar seus interlocutores. Trata-se de uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio do encontro de sujeitos em uma situação. Para o sociólogo, os atores não são completamente livres e independentes no engajamento interacional. Eles são configurados pela situação, que os precede embora eles atuem sobre ela. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 190).

Toda notícia está submetida a enquadramentos e isso não deve ser entendido como uma distorção intencional por parte do jornalista. Mendonça e Simões (2012) afirmam, ainda, que apesar não se desconsiderar que o enquadramento pode ser mobilizado estrategicamente, deve-se ter em mente que os quadros são estruturas simbólicas compartilhadas e transformadas pelos indivíduos em sociedade.

Mont’Alverne e Marques (2013) fazem uso da noção de enquadramento para investigar, por exemplo, de que forma o jornal O Estado de S. Paulo constrói a imagem pública da presidente Dilma Rousseff. Para isso, os autores propõem uma Análise de Conteúdo de 24 editoriais do jornal, publicados ao longo de 2012, que mencionam o nome “Dilma”. A fim de melhor conhecer sob quais perspectivas a chefe do Executivo brasileiro e sua administração são abordadas por O Estado de S. Paulo, Mont’Alverne e Marques investigam o material a partir de três eixos temáticos – Política, Economia e Questões Sociais –, chegando a achados específicos sobre cada categoria, mas também conclusões gerais sobre o posicionamento do jornal. Nesse sentido,

ao aplicar determinado tipo de enquadramento – e, a partir daí, resolver o que será colocado em discussão –, o periódico acaba endossando o ponto de vista já adotado e deixando de fora os que extrapolam os limites do *frame*, e que poderiam trazer novas perspectivas para o debate. (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013).

No que se refere à cobertura cearense sobre a violência urbana, tomando como exemplo o caso do assassinato do universitário cearense Mardônio Freire, o fato de este episódio estar presente na cobertura jornalística e não o caso de outros milhares de jovens assassinados em 2014, na Região Metropolitana de Fortaleza, pode evidenciar – em uma análise mais aprofundada – tendências de enquadramento que são dadas ao tema da violência urbana. Como funcionam como quadros de estruturação das construções acerca da realidade, deve-se questionar se os enquadramentos propostos partem e se restringem, em muitos casos, a noções do senso comum (CORREIA, 2012).

A discussão proposta nesse capítulo refletiu sobre como o Jornalismo passou de uma análise valorativa, que previa a atividade como negativa ou positiva para a sociedade, a

uma compreensão dos jornais como agentes sociais na construção da realidade, influenciando na forma como os indivíduos percebem o mundo. O desenvolvimento dos estudos em Comunicação possibilitou perceber, também, que a visão acadêmica determinista foi aos poucos dando lugar para outras concepções acerca do funcionamento dos *media*, superando a ideia de que estes eram responsáveis por persuadir a audiência e determinar seu comportamento, excluindo da recepção a capacidade de refletir sobre o conteúdo apreendido.

As análises, ao longo do tempo, passaram do ceticismo a uma análise mais ponderada que, longe de atribuir benefícios ou malefícios dos *media* à sociedade, passou a admitir que os ambientes, as plataformas e os dispositivos certamente modificam as práticas sociais, mas não as determinam. (MIOLA, 2012, p. 125).

A partir desses entendimentos, parte-se agora para a contextualização do *corpus* desta pesquisa e dos procedimentos metodológicos que serão adotados na análise empírica. No próximo capítulo, apresenta-se brevemente o Governo de Cid Ferreira Gomes, o Jornal O Povo, as estratégias metodológicas e a análise do material empírico.

### 3 A COBERTURA NOTICIOSA DO JORNAL *O POVO* SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE EMPÍRICA

#### 3.1 Governo Cid Gomes: breve contextualização

As eleições de Cid Ferreira Gomes – atualmente filiado ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS) – para o Governo do Ceará, nos anos de 2006 e de 2010, não podem ser entendidas como circunstanciais na história do Estado. A partir de uma rápida contextualização das últimas três décadas de poder político no território cearense, é possível perceber como o estado saiu da “Era dos Coronéis” (1962-1986) e passou pela “Era das Mudanças” (1987-2002), até chegar à gestão de oito anos de Cid (2007-2014). Este é irmão do também político e ex-governador do Ceará Ciro Ferreira Gomes, sendo eles as duas maiores referências de uma família tradicional da cidade de Sobral, no noroeste cearense.

Tanto Cid quanto Ciro Gomes foram aliados do ex-governador cearense Tasso Jereissati (PSDB) durante a chamada Era das Mudanças, também conhecida como Era Tasso, período compreendido por três gestões de Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e uma de Ciro (1991-1994). Marcado pelo discurso de ruptura com o velho modelo de poder oligárquico presente até então no Estado do Ceará, representado pelas figuras dos coronéis, o Governo das Mudanças tinha em seu projeto a égide da eficiência e da racionalização da administração pública, lógica encabeçada pela nova geração de empresários cearenses que estava à frente das candidaturas de Tasso e de Ciro (SILVA, 2012).

[...] os Governos das Mudanças e seu projeto de racionalizar a administração, otimizar o serviço público e implantar políticas de desenvolvimento econômico estão mais próximos da lógica da modernização, com sua preocupação com “investimentos públicos racionais, visando ganhos políticos e econômicos” (BARREIRA, 2002, p.78), do que da modernidade, pois vários autores apontam para a centralização das decisões, a dificuldade de receber críticas e fazer autocríticas e o pouco alcance das políticas sociais nestes governos. (BARBALHO, 2007, p. 38)

A Era Tasso e sua política de mudanças, apesar do discurso, não representou de fato a grande ruptura política anunciada (BARBALHO, 2007). No começo da década de 1990, enquanto Ciro sucedia Tasso no comando do Executivo estadual, Cid Gomes era líder do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) na Assembleia Legislativa do Ceará em seu primeiro mandato<sup>13</sup>. No biênio 1995-1997, já no segundo mandato de deputado, elegeu-se presidente do Legislativo estadual. Após a passagem pela Assembleia, Cid Gomes foi prefeito da cidade de Sobral, filiado à época ao PPS, por duas gestões seguidas (1997-2000; 2001-

---

<sup>13</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/607Hu2>>. Acesso em 3 mai. 2014.

2004)<sup>14</sup>. Nas eleições de 2006, filiado ao PSB e apoiado por uma chapa de nove partidos<sup>15</sup> que representavam a oposição à Era Tasso, venceu a disputa para o Governo do Estado do Ceará ainda no primeiro turno<sup>16</sup>.

Ainda que em partidos diferentes, Cid Gomes recebeu de Tasso Jereissati o apoio para a eleição em 2006, tendo este contrariado a candidatura do próprio partido, que lançou Lúcio Alcântara, então governador, na tentativa de reeleição. Neste período, Tasso percebia o esgotamento do ciclo político que representou enquanto figura pública e apostava na relação histórica com os irmãos Ferreira Gomes (SILVA, 2012), ainda que sem se pronunciar publicamente quanto às candidaturas do PSB e do PSDB. “A pichação ‘Cid é Tasso’, inscrita em muros da cidade, é denunciadora de laços políticos que já não traziam saldos positivos a quem os portasse, mas que na impossibilidade de serem negados, deveriam, no mínimo, ser silenciados” (CARVALHO, 2008, p. 30).

A história da ascensão política do grupo Ferreira Gomes tem elementos muito semelhantes à história dos empresários que chegaram ao poder no Ceará: jovens lideranças construídas dentro das velhas estruturas, que romperam com seus “padrinhos” e constituíram uma nova agremiação, pautada no discurso do equilíbrio orçamentário, na eficiência da máquina pública e na probidade administrativa. (SILVEIRA, 2013, p. 10)

Ao analisar a primeira eleição de Cid Gomes, Carvalho (2008) defendeu que não era possível perceber marcas que distinguissem o ciclo político encabeçado por Tasso Jereissati e o ciclo que se iniciava com os Ferreira Gomes à frente do Estado. Ou seja, assim como o discurso de ruptura dos empresários que assumiram o Governo do Estado no fim da década de 1980 não poderia ser levado ao pé da letra, a fase política do Ceará que tem Cid Gomes à frente também deve ser vista com restrições quanto ao fato de representar um novo modelo político para o Estado.

Em 2010, Cid assumiu o segundo mandato no comando do Executivo estadual, vencendo também em primeiro turno, com 62,31% do eleitorado, totalizando 2.436.940 de votos<sup>17</sup>. Desta vez a coligação que o apoiou era composta por sete partidos (PSB, PMDB, PT, PDT, PCdoB, PRB e PSC)<sup>18</sup>.

<sup>14</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/qMBbIV>>. Acesso em 3 mai. 2014.

<sup>15</sup> Cid Gomes era apoiado pelas seguintes siglas: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Progressista (PP), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Verde (PV).

<sup>16</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/6gd1ij>>. Acesso em 3 mai. 2014.

<sup>17</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/sVPYOo>>. Acesso em 3 mai. 2014.

<sup>18</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/24MOh3>>. Acesso em 3 mai. 2014. PDT é a sigla para Partido Democrático Trabalhista e PSC para Partido Social Cristão.

A área de Segurança Pública nas gestões de Cid Gomes foi alvo de críticas constantes, seja da esfera civil ou do campo político. A pouco menos de oito meses para o fim da gestão, no dia 11 de abril de 2014, o governador admitiu em discurso oficial que o problema da violência é “o maior incômodo do Ceará”<sup>19</sup>. Em pesquisa realizada pela CNI/Ibope, 55% dos entrevistados apontaram a Segurança Pública como uma das áreas de pior desempenho do governo do Estado<sup>20</sup>. “Um negócio que ainda não deu o retorno esperado. Se a segurança pública fosse uma empresa, não haveria dúvidas que ela estaria à beira da falência”. Essa é a definição que o jornal O Povo dá à área da Segurança Pública em matéria intitulada “Dinheiro que não dá resultado”, publicada no dia 17 de março de 2013.

Desde a primeira gestão, Cid Gomes enfrentou problemas com a pasta. Projetos tidos como inovadores, como o Ronda do Quarteirão<sup>21</sup>, pauta de campanha de Cid para buscar credibilidade e confiança na área de Segurança Pública junto à sociedade civil (SOUSA, 2013), enfrentaram várias críticas ao serem implementados. No caso do Ronda, o alto investimento na compra de carros de luxo e o desempenho equivocado de policiais, como no assassinato do adolescente Bruce Cristian de Souza, em 2010<sup>22</sup>, geraram desconfiças ao programa. Em março de 2013, o deputado estadual Heitor Férrer (PDT) classificou o projeto “fracassado” (Jornal O Povo, 15 de mar. de 2013).

O Ronda no primeiro ano de gestão do Governo Cid Gomes, passou por dificuldades e críticas na sua implementação. Durante o ano de 2007 podemos destacar as pressões da opinião pública que gostariam de saber informações mais precisas e detalhadas sobre o programa Ronda; a polêmica em torno do edital para aquisição dos 200 novos veículos que seriam utilizados como viaturas (cada uma estimada em 150 mil), o desaparecimento de 12 fuzis calibre 7.62 de dentro do Quartel do Comando Geral da PM em Fortaleza, visto como uma afronta e boicote por alguns setores da PM a atual gestão da política de segurança pública no Ceará. Além de uma série de ações violentas (maioria envolvendo o uso da força letal) por parte dos policiais da PM dentre os quais, chamaram atenção e ganharam notoriedade nacional e internacional, exemplificados abaixo. (LOPES; BRASIL, 2008, p. 5).

No fim da primeira gestão, o governador Cid Gomes fez a primeira mudança no comando da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS): saiu o delegado da Polícia Federal Roberto Monteiro (gestão de 2007-2010) e entrou o coronel Francisco

---

<sup>19</sup>“Violência é o maior incômodo, diz Cid”, jornal O Povo, 11 abr. 2014. Disponível em <<http://goo.gl/8NXSsq>>. Acesso em 3 mai. 2014.

<sup>20</sup>“Saúde, segurança pública e água são demandas recorrentes”, jornal O Povo, 15 dez. 2013. Disponível em <<http://goo.gl/QU36Mu>>. Acesso em 3 mai. 2014.

<sup>21</sup>De acordo com Lopes e Brasil (2008, p. 2), o projeto do Ronda do Quarteirão “trata-se da recuperação do sistema de segurança pública no Ceará que inclui uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva a partir da polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade”.

<sup>22</sup>“Caso Bruce: Justiça condena Estado a pagar pensão aos pais de adolescente morto por policial do Ronda”, jornal O Povo, 28/02/2012. Disponível em <<http://goo.gl/rsQ6VO>>. Acesso em 3 de mai. 2014.

Bezerra. Em matéria publicada pelo jornal O Povo no dia 20 de março de 2011, a política de Segurança Pública gerida por Monteiro foi assim definida:

[...] esteve marcada pelo foco no respeito aos direitos humanos e na construção de uma polícia cidadã. Em meio a crises internas justificadas por uma resistência à ideia de uma polícia com maior capacidade de agir preventivamente, sob pressão constante de uma parte da imprensa e de deputados que apresentam programas policiais na televisão, o secretário se manteve firme. Depois, foi um dos primeiros a anunciar que não permaneceria no cargo para o segundo governo, logo após Cid se reeleger governador, ainda no ano passado. (Jornal O Povo, 20 mar. 2011).

Com a entrada do coronel Francisco Bezerra, a SSPDS tentou mudar a imagem de atuação. Se Roberto Monteiro era visto como “formulador” de políticas públicas, o coronel Bezerra assumiu o perfil de “combate ao crime”, chegando a trocar tiros com assaltantes em um episódio<sup>23</sup>. O novo gestor da pasta de Segurança Pública, ao deixar o cargo em setembro de 2013, foi assim evidenciado pelo jornal O Povo:

Bezerra trabalha ao lado de Cid desde a época em que o governador presidiu a Assembleia Legislativa, no início dos anos 1990. Nesse período, foi ajudante de ordens da presidência da Assembleia, secretário-chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará (entre 2007 e 2010). Ao longo de sua gestão, dificilmente dava entrevistas à imprensa (Jornal O Povo, 7 set. 2013).

Em 7 de setembro de 2013, o coronel Francisco Bezerra deixou a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e quem assumiu foi novamente um delegado da Polícia Federal, Servilho Paiva, que estava no comando da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, órgão autônomo criado em janeiro de 2011 para apurar desvios de conduta dos servidores dos órgãos de Segurança Pública e do Sistema Prisional<sup>24</sup>. Ao assumir o cargo de secretário, uma das primeiras promessas de Paiva foi repaginar o controverso programa Ronda do Quarteirão:

Implantado em 2007 sob o discurso de estreitar a relação entre a Polícia e a comunidade, o programa de policiamento vem enfrentando desgastes e não alcançou os resultados esperados [...] O Ronda do Quarteirão entrou em operação em 21 de novembro de 2007. Hoje, encontra-se em atuação em 254 áreas, em 43 municípios (Jornal O Povo, 27 de set. de 2013).

Apesar de a gestão de Cid Gomes na área de Segurança Pública considerar fazer uso de “modernos conceitos de gestão contemporânea”<sup>25</sup>, há autores que questionam a inovação presente no discurso da gestão e afirmam a homogeneidade das políticas públicas nas últimas quase três décadas:

<sup>23</sup> “Secretário de Segurança do Ceará troca tiros com assaltantes na Via Expressa”, Jornal O Povo, 15/12/2012. Disponível em <<http://goo.gl/edWIKw>>. Acesso em 3 de mai. 2014.

<sup>24</sup> Informação disponível em <<http://goo.gl/wp1fTI>>. Acesso em 3 mai. 2014.

<sup>25</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/Lp6mlH>>. Acesso em 5 mai. 2014.

Nos últimos anos os governos locais que se sucederam no poder sejam no “governo das mudanças” ou no governo Cid Gomes (2007-2010; 2011-atual), pouco possibilitaram aberturas ao diálogo para pensar o desenho de suas políticas e programas na área da segurança pública, pelo contrário, as decisões se deram isoladas sem “parcerias”, se revelando uma área bastante frágil (SOUSA, 2013, p. 5-6).

A pasta foi chamada, até o ano de 1997, apenas de Secretaria da Segurança Pública e tinha como atribuição coordenar as atividades da Polícia Civil. A partir daquele ano, o órgão passou a ser designado Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC), até 2003<sup>26</sup>. Na nova estrutura político-administrativa, os comandos das polícias foram integrados sob a mesma instituição: a SSPDC ficaria responsável por coordenar e unificar a atuação da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, dos Institutos de Polícia Científica e da então existente Corregedoria, que seria transformada em Controladoria (BRASIL *apud* SOUSA, 2013).

Somente em 2003 o nome do órgão passou a ser Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, tendo como competência definida, de forma genérica, em lei “zelar pela ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio” e “assessorar o Governador [...] na formulação de diretrizes e na política de garantia e manutenção da ordem e defesa social”<sup>27</sup>. De forma mais objetiva, a página “Histórico” do site da Secretaria deixa claro que o “escopo” da instituição é “a redução e controle com rigor e efetividade da violência e da criminalidade no Estado do Ceará”<sup>28</sup>, aproximando-se da lógica que pode ser definida como a do “combate ao crime”.

Depois de apresentado a conjuntura do governo de Cid Gomes no Ceará, faz-se na próxima parte da monografia um breve apanhado histórico sobre o jornal O Povo, mídia que será analisada adiante, e sua atuação no mercado cearense.

### 3.2 Sobre o Jornal O Povo

O jornal O Povo faz parte do Grupo de Comunicação O Povo, atuante no Ceará e sediado em Fortaleza. Além do impresso, compõem o Grupo o portal O Povo Online, o canal de televisão TV O Povo, as rádios O Povo/CBN, Calypso FM e Mix FM e a Fundação Demócrito Rocha<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/5yv7up>>. Acesso em 5 mai. 2014.

<sup>27</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/RZu68s>>. Acesso em 3 mai. 2013.

<sup>28</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/Lp6mlH>>. Acesso em 5 mai. 2014.

<sup>29</sup> Informações disponíveis em <<http://goo.gl/WXfSMZ>>. Acesso em 6 mai. 2014.

Segundo dados da Associação Nacional de Jornais, o jornal O Povo é o segundo jornal impresso de maior tiragem diária no Ceará, com circulação média de 21.897 exemplares no ano de 2002, ficando atrás do Diário do Nordeste, que teve a média de circulação diária de 31.577 unidades no mesmo ano<sup>30</sup>. O Povo é também o jornal mais antigo em circulação no estado cearense, tendo sido fundado em 1928 pelo dentista e jornalista Demócrito Rocha (Figura 3). Nestes 86 anos de existência, o jornal sempre foi dirigido pela mesma família e atualmente tem como presidente a bisneta do fundador.

Figura 3 – Capa da primeira edição do jornal O Povo



Fonte: Banco de Dados O Povo (2014).

Apesar de ter usado por muito tempo o slogan “O jornal das multidões”<sup>31</sup>, O Povo alcança principalmente leitores das classes A e B, com faixa etária de 35 anos ou mais (SENA et al, 2008). Além disso, o jornal circula apenas em Fortaleza, o que, segundo Demócrito

<sup>30</sup> Informações disponíveis em <http://goo.gl/DHvX1F>. Acesso em 5 mai. 2014.

<sup>31</sup> Informação disponível em <http://goo.gl/QuYDWC>. Acesso em 5 mai. 2014.

Dummar Filho, diretor de circulação de O Povo, ocorre por questão de custo-benefício para a empresa (*idem*).

O primeiro editorial do jornal, publicado em 7 de janeiro de 1928, afirmava os valores republicanos do fundador (SENA *et al*, 2008) ao “defender os interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes”. Na Carta de Princípios da empresa, o jornal afirma valores como liberdade, regionalidade, ética, cultura, educação e modernidade e, além disso,

O POVO fundamenta os seus objetivos e as condições do pleno exercício da sua missão no reconhecimento do papel superior da Imprensa, posta a serviço da verdade, na defesa da livre manifestação das idéias, do princípio da divergência e do espírito crítico, como condição da preservação das prerrogativas democráticas da cidadania.(CARTA de Princípios do O Povo, 2012)<sup>32</sup>.

Em relação ao campo político, o Código de Ética do jornal é mais claro sobre como atuar, assumindo uma postura de controlador independente do poder (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004): “Fiscalizaremos a ação dos poderes públicos na defesa do interesse comunitário e da cidadania, na busca do equilíbrio político e no fortalecimento das instituições e liberdades democráticas”<sup>33</sup>. Durante as últimas eleições para o governo do Estado, a TV O Povo realizou debate entre os candidatos e não se pronunciou favoravelmente a nenhuma candidatura em específico, resguardando-se em um discurso de imparcialidade, como defende a Carta de Princípios do jornal.

O Povo não possui editoria destinada exclusivamente à cobertura policial ou de casos de violência. Além disso, lançou, em janeiro de 2014, uma coluna semanal para discutir o tema Segurança Pública, o que pode ser inferido como uma preocupação do jornal em abordar o assunto preferencialmente a partir do debate da Segurança Pública e suas políticas, e não a partir do acompanhamento de episódios policiais. Geralmente, os casos de violência, quando noticiados por O Povo, são publicados no caderno Cotidiano.

Dois foram os fatores principais para a escolha deste jornal como objeto de análise: o primeiro foi o fato de não possui uma editoria de polícia, conforme dito anteriormente; e o segundo devido às condições de pesquisa, uma vez que o Banco de Dados O Povo dispõe do acervo totalmente digitalizado e indexado, aberto ao público para pesquisas.

---

<sup>32</sup> Disponível em <<http://goo.gl/dLVmBp>>. Acesso em 6 mai. 2014.

<sup>33</sup> Disponível em <<http://goo.gl/75SCEs>>. Acesso em 6 mai. 2014.

A seguir, são apresentadas as estratégias para delimitação do *corpus* empírico, ou seja, a forma de escolha das notícias de O Povo que serão analisadas posteriormente, e explica-se a metodologia adotada na pesquisa.

### **3.3 *Corpus* empírico e metodologia da pesquisa**

O *corpus* empírico deste trabalho é composto por 49 notícias e reportagens publicadas na versão impressa do jornal O Povo entre os anos de 2011 e 2013, correspondendo, portanto, a 75% do tempo do segundo mandato do governador Cid Gomes. O ano de 2014, último período da gestão em análise, não foi incluído na análise (a) por se tratar de um ano incompleto para o presente estudo e (b) por ser o ano eleitoral, período que pode causar modificação na tendência da cobertura do jornal.

As matérias foram identificadas e catalogadas entre os dias de 22 e 30 de abril de 2014, no Banco de Dados O Povo, setor que mantém digitalizado e indexado todo conteúdo produzido pelo jornal. A busca pelos arquivos pode ser feita de duas formas:

(a) através de uma “pesquisa livre”, que procura os termos de interesse em qualquer conteúdo publicado nas edições de O Povo, incluindo textos como notas, colunas, infográficos e outros;

(b) ou por meio de uma pesquisa de termos indexados, que exclui pequenos textos, como notas e colunas, e captura apenas matérias que passaram pela indexação dos bibliotecários do Banco de Dados; ou seja, matérias de médio ou grande tamanho, incluindo textos informativos e opinativos, como notícias, reportagens, artigos e editoriais.

Assim, nesta pesquisa, optou-se pela segunda forma de consulta, direcionando-se à escolha de conteúdos publicados em 2011, 2012 e 2013, que haviam passado pela indexação do jornal. Faz-se necessário esclarecer que a indexação é um elemento humano no processo de categorização das matérias, podendo já ser considerado um critério de seleção para delimitar o *corpus* de interesse desta pesquisa. De acordo com o responsável pelo Banco de Dados, Miguel Pontes, a indexação ocorre através de listas de palavras usualmente consideradas para cada tema abordado, além de nome de fontes relevantes, órgãos citados ou lugares em evidência na matéria.

Para ficar mais clara a forma como o jornal indexa seu conteúdo, tem-se como exemplo a matéria “Cid diz que pediu apoio à PF para combater crimes”, publicada pelo jornal O Povo em 17 de junho de 2013 (Figura 4).

Figura 4 – Notícia pesquisada e sua respectiva indexação



Fonte: Raíssa Veloso (2014).

Legenda: Imagem da tela do computador do Banco de Dados O Povo mostrando a notícia “Cid diz que pediu apoio à PF para investigar crimes”, publicada no dia 17 de junho de 2013, e sua respectiva indexação. As expressões entre os símbolos < > indicam as categorias que foram utilizadas para indexar.

Assim, a busca no Banco de Dados O Povo foi feita pela utilização das categorias “segurança pública” e “ceará”: ambos os termos deveriam constar nas matérias pesquisadas. Foram excluídas desta captura as capas das publicações. Ao todo, o motor de buscas do programa Adobe Reader, utilizado por O Povo, localizou 164 documentos, o que significou a quantidade de páginas do jornal em que apareceram matérias catalogadas com os termos “segurança pública” e “ceará”. Como o foco aqui é analisar a cobertura de O Povo através da cobertura informativa, foram excluídos os textos de caráter opinativo, como editoriais e artigos.

Para construir um *corpus* de tamanho adequado para esta análise, fez-se a opção pela composição de um “ano artificial”. De forma a se evitar induzir deliberadamente a escolha das notícias e reportagens que seriam analisadas, foram selecionadas matérias de quatro meses de cada ano, alternadamente, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Composição do ano artificial

<b>MÊS</b>	<b>ANO</b>
Janeiro	2011
Fevereiro	2012
Março	2013
Abril	2011
Mai	2012
Junho	2013
Julho	2011
Agosto	2012
Setembro	2013
Outubro	2011
Novembro	2012
Dezembro	2013

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

Tabela 2 – Matérias selecionadas dos meses considerados

<b>ANO</b>	<b>MESES CONSIDERADOS</b>
2011	Jan, Abr, Jul, Out
2012	Fev, Mai, Ago, Nov
2013	Mar, Jun, Set, Dez

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

As matérias coordenadas<sup>34</sup> que apareceram em uma mesma página de um conteúdo principal foram consideradas, juntamente ao principal, como um texto só. Por esse motivo, o *corpus* resultou em 49 matérias, todas identificadas como gêneros jornalísticos informativos.

Tabela 3 – Quantidade de matérias selecionadas por mês

<b>MÊS</b>	<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE MATÉRIAS</b>
Janeiro	2011	6
Abril	2011	4
Julho	2011	2
Outubro	2011	1
Fevereiro	2012	0
Mai	2012	2
Agosto	2012	3

<sup>34</sup>Matéria coordenada é um pequeno texto que acompanha uma notícia ou reportagem principal. Geralmente, tem como objetivo aprofundar ou esclarecer algum aspecto abordado na notícia/reportagem.

<b>MÊS</b>	<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE MATÉRIAS</b>
Novembro	2012	2
Março	2013	9
Junho	2013	7
Setembro	2013	6
Dezembro	2013	7
<b>TOTAL</b>		<b>49</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

A metodologia de pesquisa escolhida foi a Análise de Conteúdo (AC), estratégia que surgiu no início do século XX como forma de analisar conteúdo jornalístico (CAREGNATO; MUTTI, 2006) e que, por muito tempo, foi utilizada como técnica em pesquisas quantitativas (FONSECA JÚNIOR, 2010). Além do salto na produção de pesquisas que faziam uso desta metodologia, a década de 1950 representou a abertura da AC para contribuição de outros campos (BARDIN, 2011), passando a ser adotada, também, em pesquisas qualitativas.

No plano metodológico, a querela entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração. (BARDIN, 2011, p. 26-27).

Para pesquisas relacionadas às comunicações, é a partir das técnicas de sistematização e descrição do conteúdo analisado que se pode inferir conhecimentos acerca dos processos de produção e recepção das mensagens (CAREGNATO; MUTTI, 2006). “Enquanto um esforço de interpretação, a Análise de Conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2011, p. 15).

A Análise de Conteúdo é mais proveitosa quando feita em uma amostra restrita de conteúdos (FARAGO; FOFONCA, 2012). Dessa forma, parte-se do universo de matérias publicadas no jornal O Povo para a delimitação de um *corpus* que será analisado qualitativamente. A análise qualitativa volta-se para a obtenção de dados descritivos que possam conduzir a uma interpretação sobre um fenômeno da realidade social (NEVES, 1996). Como forma de melhor sistematizar o conteúdo a ser analisado, categorias foram atribuídas às notícias e reportagens selecionadas. Apresenta-se agora cada categoria.

### 3.3.1 *Categorias de análise do corpus*

O caminho buscado nesta pesquisa parte da afirmação de que o jornal O Povo se posiciona na sociedade através da própria cobertura jornalística. Na tentativa de retirar a característica pessoal do texto e torná-lo “imparcial e leal” ao leitor, como os princípios editoriais do jornal preveem, o uso das fontes nos conteúdos jornalísticos se torna um elemento fundamental para o presente estudo. As vozes utilizadas nas matérias informativas são entendidas aqui como estratégicas para inferir como O Povo constrói sua cobertura sobre a Segurança Pública.

Uma apreciação prévia do *corpus* evidenciou a relevância das fontes jornalísticas na constituição das matérias em análise. Foi possível identificar que as vozes que compõem as notícias e as reportagens são distinguíveis e categorizáveis em grupos, que serão analisados com maior profundidade a seguir. A categorização dos textos se deu através, então, da identificação das fontes utilizadas nas matérias, na intenção de perceber qual enquadramento é dado ao tema a partir dos agentes selecionados para falar. Dessa forma, analisa-se o conteúdo ao mesmo tempo em que se percebe o contexto, as interações entre os agentes e os quadros interpretativos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Textos que avaliam as políticas públicas desenvolvidas para a área pelo governo de Cid Gomes são, por exemplo, construídos fazendo uso das falas de pesquisadores e de representantes de entidades de classe, na tentativa de conferir legitimidade à abordagem do jornal. Assim, a análise aqui proposta se concentra no papel dos múltiplos agentes da sociedade que são utilizados no Jornalismo para construir um discurso sobre o tema.

No caso da cobertura sobre Segurança Pública, percebe-se a presença usual de representantes do Poder Executivo, como o próprio governador e seus secretários; de membros do Poder Legislativo; de figuras que compõem o Poder Judiciário e o Ministério Público; e de outros agentes, como representantes de entidades civis e de classe, institutos de pesquisa, de universidades e do mercado privado.

As categorias adotadas nesta pesquisa, portanto, foram as seguintes:

(a) Executivo: notícias e reportagens que têm como voz ou vozes principais representantes do Poder Executivo, sendo as mais comuns a do Governador Cid Gomes e a do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do referido período;

(b) Legislativo: conteúdos produzidos principalmente por falas de deputados estaduais ou por fatos políticos que ocorreram na Assembleia Legislativa;

(c) Judiciário e Ministério Público: textos que têm como ênfase a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público (tanto Estadual quanto Federal). As duas instituições são colocadas em uma mesma categoria pelo entendimento de que ambas, embora sem vinculação formal, representam o papel social de defender a ordem jurídica;

(d) Outros agentes: matérias que tem como ênfase a voz de atores que não estão em nenhuma das categorias anteriores; fontes que representam a sociedade civil, as instituições de pesquisa e o mercado privado.

Assim, fez-se um esforço para categorizar cada texto em apenas um grupo. Ainda que a maioria das matérias não faça uso apenas de um tipo de fonte de acordo com essas categorias, considera-se, a título de análise, que cada texto possui uma ênfase em sua constituição, possível de ser identificada e classificada. Desta forma, verifica-se na Tabela 4 como cada texto publicado foi categorizado.

Tabela 4 – Matérias categorizadas

	<b>TÍTULO DA MATÉRIA</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>CATEGORIA</b>
1	Segurança] Secretário assume e diz que desafio “não é impossível”	05/01/2011	Executivo
2	Segurança] Cid troca comando da PM e dos Bombeiros	07/01/2011	Executivo
3	Presídios] Juiz aumenta limite para 20% do total	07/01/2011	Judiciário/Ministério Público
4	Recomendação] MPE: PM não deve investigar	14/01/2011	Judiciário/Ministério Público
5	Segurança] Por que tanta arma nas ruas?	19/01/2011	Executivo
6	Assembleia] Aprovada criação da Controladoria	19/01/2011	Legislativo
7	Interior] OAB cobra ação do Estado contra a insegurança	02/04/2011	Outros
8	Justiça Acorrentada] OAB discute a violência no Interior	07/04/2011	Outros
9	Assalto] Dois policiais contra cinco bandidos em Miraíma	12/04/2011	Executivo
10	Segurança] Empresas israelenses apresentam novas tecnologias	12/04/2011	Outros
11	Interior] 72 homens reforçarão segurança	13/07/2011	Executivo
12	Segurança] TCE suspende aquisição de 300 Hilux	20/07/2011	Outros
13	Legislativo] Oposição ganha reforço na AL-CE	12/10/2011	Legislativo

	<b>TÍTULO DA MATÉRIA</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>CATEGORIA</b>
14	Greve na PM] Acordo com militares está sendo cumprido, diz secretário	24/05/2012	Executivo
15	Procuradoria da República] Segurança nas eleições em debate	24/05/2012	Judiciário/Ministério Público
16	SEGURANÇA] Especialista diz que modelo “não deve ser seguido”	04/08/2012	Outros
17	Assaltos a bancos] SSPDS contesta dados divulgados	22/08/2012	Executivo
18	Eleições] Plano de segurança deve ser divulgado no final de setembro	28/08/2012	Judiciário/Ministério Público
19	Segurança] Número de latrocínios aumenta 58,3% em um ano no CE	07/11/2012	Outros
20	Segurança pública] Gestores discutem ensino das academias	20/11/2012	Executivo
21	Segurança] 31 agentes expulsos em dois meses	02/03/2013	Executivo
22	Ministério Público Estadual] MP fará radiografia da Polícia Civil	05/03/2013	Judiciário/Ministério Público
23	Segurança Pública] Convocação de secretário é rejeitada na AL	15/03/2013	Legislativo
24	Governo do Estado] Dinheiro que não dá resultado	17/03/2013	Executivo
25	Segurança] Custos impactam faturamento das empresas	17/03/2013	Outros
26	Público] Gastar 1% a mais reduz homicídios em 0,1%	17/03/2013	Outros
27	Blindagem] Espera chega a três meses	17/03/2013	Outros
28	Violência] Inquéritos mal apurados retardam julgamento, diz ACM	19/03/2013	Outros
29	Até 2014] Cid promete redução de homicídios	27/03/2013	Executivo
30	Copa] Prefeitura e Governo testam aparatos para resgate	10/06/2013	Executivo
31	Fortaleza Apavorada] Governo alerta para ação de milícia	11/06/2013	Executivo
32	Assembleia] Segurança pública domina debates entre deputados	12/06/2013	Legislativo
33	Copa] Segurança em Fortaleza terá reforço de 7 mil homens	14/06/2013	Executivo
34	CE] 17 ações para conter a violência	17/06/2013	Outros
35	Segurança Pública do Ceará em crise] Cid diz que pediu apoio à PF para combater crimes	17/06/2013	Executivo
36	Exemplos] O que SP e PE fizeram para reduzir índices de violência	18/06/2013	Outros

	<b>TÍTULO DA MATÉRIA</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>CATEGORIA</b>
37	Segurança] Cid aproveita reforma para mudar secretaria mais crítica	07/09/2013	Outros
38	Segurança] Novo secretário assume com discurso de integração	10/09/2013	Executivo
39	Segurança] Na posse, novo secretário diz que Ronda será repaginado	13/09/2013	Executivo
40	Segurança] Bombeiros e polícias Militar e Civil têm novos comandos	17/09/2013	Executivo
41	Segurança] Polícia Civil anuncia mudanças no comando de delegacias	26/09/2013	Executivo
42	Segurança] Polícia Militar troca comando do Ronda do Quarteirão	27/09/2013	Executivo
43	Férias] Calçadão da Beira Mar fica lotado e segurança é reforçada	09/12/2013	Outros
44	Cobrança] Saúde, segurança pública e água são demandas recorrentes	15/12/2013	Outros
45	SSPDS] Em solenidade, secretário sinaliza para redução de homicídios	17/12/2013	Executivo
46	CE] Redução de crimes será recompensada com dinheiro a policiais	18/12/2013	Executivo
47	Crimes intencionais] Estado soma 4.449 assassinatos em 2013	18/12/2013	Executivo
48	Policiais] Estado gastará R\$ 120 milhões com premiações	20/12/2013	Executivo
49	Ceará] 17 armas foram apreendidas por dia em 2013	28/12/2013	Executivo

Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

Ao fim, chega-se à quantidade de textos analisados por categorias. A maioria das notícias e reportagens têm como voz ou vozes principais representantes do Poder Executivo, responsável constitucionalmente pela gestão da Segurança Pública, seguido por fontes da sociedade civil e do mercado privado.

Tabela 5 – Quantidade de Matérias por Categoria

<b>CATEGORIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Executivo	25
Legislativo	4
Judiciário/Ministério Público	5
Outros agentes	15
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

A análise das matérias de cada categoria não se dá através do percurso cronológico – saindo das publicações mais antigas para as mais recentes, por exemplo –, mas a partir de trechos alternados independentemente da data de veiculação. O objetivo durante a análise é aproximar as passagens de notícias e de reportagens que evidenciam os mesmos enquadramentos, possibilitando uma observação voltada para os quadros interpretativos sugeridos por O Povo. Nem todos os 49 textos que compõe o *corpus* têm trechos transcritos durante a análise do material, já que a pesquisa pretende utilizar as passagens mais relevantes para fazer inferências sobre a cobertura do jornal.

### 3.4 Análise do *Corpus*

#### **Análise das matérias da categoria “Executivo”**

A análise inicia-se com o tema da gestão da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), já que, à época (janeiro de 2011), Cid Gomes estava começando o segundo mandato como governador do Ceará com a substituição de alguns membros da própria equipe. Foi o caso do titular da SSPDS, o delegado da Polícia Federal Roberto Monteiro, que deixou a pasta com o término da primeira gestão de Cid. No lugar dele, assumiu o coronel Francisco Bezerra, a quem o jornal O Povo se referiu como: “Ex-chefe da Casa Militar, o coronel Bezerra tem no currículo formação de bacharel em Segurança Pública e cursos práticos, inclusive realizados em outros países: em gerenciamento de crise e resgates de reféns” (Jornal O Povo, 5 jan. 2011).

O jornal também enfatiza a mudança de perfil dos secretários: ao contrário do antigo gestor, ressaltado como responsável por uma “política de Direitos Humanos”, o novo é coronel da Polícia Militar e apresenta um perfil mais prático e voltado para atuação policial:

Em seu discurso, o coronel Francisco Bezerra assumiu o compromisso de dar continuidade na política de Direitos Humanos do ex-secretário Roberto Monteiro que “trouxe muitos avanços para a área”. No entanto, ao ser questionado sobre a proibição da exibição de presos à imprensa, o militar informou que as preocupações da Secretaria da Segurança são maiores. “A segurança pública é um desafio”, limitou-se a dizer. (Jornal O Povo, 5 jan. 2011).

A apresentação do currículo de um gestor da área ocorreu novamente quando O Povo noticiou a permanência do superintendente da Polícia Civil, Luiz Carlos Dantas, único a continuar no cargo depois de anunciada a “nova cúpula da segurança pública no Ceará”. Sobre ele, o jornal resume-se a dizer que é “Formado em Direito pela Universidade de

Fortaleza (Unifor) e pós-graduado em Direito Penal” (Jornal O Povo, 7 jan. 2011). Em relação aos outros gestores que compõem a Secretaria, O Povo não entrou em detalhes de apresentação.

Sobre a “nova cúpula da segurança pública no Ceará”, o jornal evidencia um clima de renovação, referindo-se aos nomes que iriam compor a SSPDS naquele momento com o uso das expressões “aposta” e “perfil mais operacional”. Ainda na primeira notícia do ano sobre o tema, O Povo trata a gestão da Segurança Pública no estado como um “grande desafio”, justificando-se através dos índices de homicídios em comparação ao ano anterior.

Por tratar justamente do que é considerado “número crescente” e, infere-se, de difícil controle pelo poder público, o jornal dá ênfase à postura de coragem do novo secretário de Segurança Pública, devido ao fato de estar assumindo uma pasta desgastada diante da opinião pública. Nessa matéria, o coronel Bezerra citou pela primeira vez o objetivo de “combate ao tráfico”, e, mesmo sem apresentar estratégias de atuação, definiu aquela meta como “prioridade imediata” (Jornal O Povo, 7 jan. 2011). O uso e o tráfico de drogas seriam reafirmados em outros momentos pelo próprio governador do Estado como causas dos altos índices de homicídio no Estado:

Ainda na abertura do encontro, o secretário Francisco Bezerra reforçou declarações feitas ontem pelo governador Cid Gomes, que afirmou durante o encontro dos prefeitos do Ceará que 85% dos assassinatos ocorridos no Estado têm vinculação com o tráfico de drogas. “Ou são usuários, ou traficantes ou comerciantes, pequenos vendedores de drogas. É fundamental que a gente tenha políticas também nessa área”, pontuou Bezerra. (Jornal O Povo, 20 nov. 2012).

O secretário faz uma importante afirmação sem deixar claro de qual levantamento retira a estatística e também sem ser questionado pelo jornalista em relação à origem do dado. Se foi uma figura de linguagem, a matéria também não torna explícito. O que fica evidente é a postura de consonância entre o discurso do governador e do titular da SSPDS.

Na ocasião da nova troca de gestores à frente da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, em novembro de 2013, O Povo destacou a postura também diferenciada do novo secretário, o delegado da Polícia Federal Servilho Paiva, em relação ao antecessor. Se, ao assumir o comando da pasta o coronel Francisco Bezerra afirmou que diminuir a quantidade de assassinatos no Ceará “não é um desafio impossível de ser realizado” (Jornal O Povo, 5 jan. 2011), a postura adotada por Servilho Paiva dois anos e meio depois foi bem mais contida, ressaltando que para a Segurança Pública “não tem milagre nem varinha de condão” e “os resultados – tão cobrados – não virão de imediato” (Jornal O Povo, 10 set. 2013).

Servilho Paiva assumiu a SSPDS com um discurso de “integração e trabalho”, segundo o jornal. A matéria também traz outras vozes que consideram que o tempo de atuação do secretário até o fim do mandato de Cid Gomes não será suficiente para grandes avanços. Apesar disso, é considerado pelo presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Ceará, Milton Castelo, como “um profissional experiente” e pela coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará (Labvida-UECE), Glaucíria Mota Brasil, como “a melhor escolha para o momento”. Legitimando a escolha do governador, portanto, são utilizadas falas que não partem do Executivo, mas que vão ao encontro do que este defende:

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará, Gustavo Simplício, por sua vez, tem perspectiva esperançosa. “Estou muito esperançoso. Queremos diálogo, pois com o coronel Bezerra não havia”, diz. (Jornal O Povo, 10 de set. de 2013).

A forma como o jornal O Povo aborda o tema da Segurança Pública no Ceará revela-se em reportagens que pautam a “escalada da violência” e a ineficiência da gestão pública nesta área. Na notícia descrita anteriormente, por exemplo, a pasta é considerada “alvo de muitas críticas no governo Cid Gomes” (Jornal O Povo, 10 set. 2013). Em 17 de março de 2013, O Povo publicou reportagem especial no caderno de Economia sobre “O Preço da Violência”. Na primeira matéria, intitulada “Dinheiro que não dá resultado” (Figura 5), o jornal faz um paralelo entre a pasta de Segurança Pública e uma empresa privada:

Um negócio que ainda não deu o retorno esperado. Se a segurança pública fosse uma empresa, não haveria dúvidas que ela estaria à beira da falência. Apesar de acumular vultosos e crescentes investimentos, a tão esperada redução nos números da violência não são realidade. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

Novamente a fala do governador Cid Gomes é utilizada na matéria como forma de terceirizar a responsabilidade pela “escalada” dos índices de violência. Na avaliação dele, única fonte utilizada na reportagem além do secretário Francisco Bezerra, mais uma vez o tráfico é o causador da elevação das taxas de criminalidade, fenômeno que Cid considera regional, ou seja, para além da sua alçada.

Na avaliação do governador Cid Gomes, a elevação dos números relacionados à criminalidade se deve ao narcotráfico. “Entre 70% a 80% dos homicídios que são registrados têm relação com droga, que é um fenômeno novo e, no Nordeste, é mais novo ainda. Toda essa questão a um só tempo foi a responsável maior pela elevação dos índices de homicídios”, afirma Cid. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

Figura 5 – Página de O Povo com a reportagem “Dinheiro que não dá resultado”

O POVO  
FORTALEZA - CE, DOMINGO - 17 DE MARÇO DE 2014

**Economia** PÁGINA 33

ESPECIAL  
O PREÇO DA VIOLÊNCIA

## Governo do Estado] Dinheiro que não dá resultado

Nos últimos cinco anos, o orçamento do Ceará destinado à Segurança Pública mais que dobrou. No entanto, investimentos não conseguem barrar a escalada dos índices de violência



Marcelo Andrade  
marceloandrade@opovo.com.br

**R\$1,4 bilhão** é o orçamento da segurança pública, neste ano, para o Ceará.

Um negócio que ainda não deu o retorno esperado. Se a segurança pública fosse uma empresa, não haveria dúvidas que ela estaria à beira da falência. Apesar de acumular vultosos e crescentes investimentos, a tão esperada redução nos números da violência não são realidade. Entre 2009 e 2012, o investimento do Governo do Estado em segurança quase dobrou. Já a taxa de homicídios dolosos subiu 58% no mesmo período. Muito dinheiro para pouco resultado, o Governo do Estado destinou R\$ 1,4 bilhão para a Segurança Pública em 2013, incluindo custeio e investimentos. Esse valor é o dobro do que constava no orçamento de 2009, R\$ 689 milhões. Já a taxa de homicídios dolosos, que calcula o número de mortos para cada 100 mil habitantes foi de 40,72 no ano passado, quando foram re-

gistrados 3.569 homicídios. Em 2009, o índice era de 25,77 segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Na avaliação do governador Cid Gomes, a elevação dos números relacionados à criminalidade se deve ao narcotráfico. “Entre 70% a 80% dos homicídios que são registrados têm relação com drogas, que é um fenômeno novo e, no Nordeste, é mais novo ainda. Toda essa questão a um

só tempo foi a responsável maior pela elevação dos índices de homicídios”, afirma Cid.

**Estrutura**  
De acordo com o governador, os próximos investimentos do Estado irão focar a área de inteligência. Segundo ele, o Ceará já conseguiu captar, por meio do Ministério da Justiça, recursos da ordem de R\$ 110 milhões para a construção de um novo prédio para a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops).

O projeto, que inclui uma central de inteligência, também expandirá o atendimento do telefone 190 e deve elevar o número de câmeras de vigilância na Capital segundo o governador. A previsão para o início da operação do novo equipamento é até a Copa do Mundo, em 2014.

“A gente tem desafios permanentes e conjunturas que variam. Demandei isso com Dilma. Vamos investir cada vez mais em inteligência”, afirma Cid.

**ESTRUTURA**  
Segurança estava sucateada, afirma secretário

Mesmo sem resultados significativos na redução da criminalidade, os recursos destinados à segurança pública, conforme o titular da SSPDS, Coronel Francisco Bezerra, teve como fim a melhoria da estrutura das polícias cearenses.

“O Governo herdou um sistema de segurança pública extremamente sucateado. As estruturas do sistema eram absolutamente precárias. Quando o governador assumiu, aqui em Fortaleza, eram 40 viaturas. Hoje, a média diária de viaturas em Fortaleza é 250 viaturas. O Governo investiu muito e hoje o sistema de segurança pública trabalha com uma estrutura conveniente para prestar o serviço.”

De acordo com o Coronel Bezerra, não é possível mensurar os resultados dos investimentos na área de segurança a partir das estatísticas resultantes de ocorrências policiais.

“Infelizmente, a violência que persiste hoje, ela corre à parte do trabalho policial. A gente pode dizer que ela é fruto de uma série de fatores”.

Ainda segundo o secretário, o homicídio está entre as ocorrências que mais tem demandando atenção da cúpula de segurança do Estado. Ele explica que, apesar de 900 pessoas terem sido apreendidas, no ano passado, acusadas pela autoria desse tipo de crime, é difícil para o Estado mantê-las presas.

“Muitas vezes se inibe o crime, prende-se o criminoso, mas, infelizmente, as nossas leis permitem que esses infratores sejam colocados em liberdade. E essa pessoa vai transgredir novamente como 99,99% dos demais. Na ocorrência que teve no mercado São Sebastião, todos eles já tinham sido presos e estavam em liberdade.”, afirma.

**Quem paga a conta?**

**Custos arcados pelo Estado**

1. Saúde
2. Seguridade social
3. Segurança pública
4. Justiça
5. Sistema carcerário
6. Medidas socioeducativas
7. Programas de prevenção ao crime
8. Despesas com autoproteção
9. Despesas com segures

**Custos arcados pelo setor privado**

1. Perdas materiais
2. Custas processuais
3. Serviços médicos e terapêuticos
4. Perda de capital humano
5. Traumas psicológicos
6. Perda de patrimônio
7. Despesas com segurança privada e autoproteção
8. Medo do crime

FONTE: O33

Fonte: Banco de Dados O Povo (2014).

Citando muitos números, mas sem a presença de interpretação sobre eles, a reportagem segue sem maiores questionamentos acerca da realidade da Segurança Pública no Ceará e da origem dos dados, mostrando os investimentos que o Estado prevê para a área, inclusive em parcerias com o Governo Federal. Na matéria coordenada que acompanha a reportagem principal, a fala do secretário da SSPDS segue a mesma linha daquela feita por Cid Gomes. Nela, Francisco Bezerra defende que a Segurança Pública saiu de um sistema “extremamente sucateado” para um sistema “que trabalha com uma estrutura conveniente para prestar o serviço”. O coronel atribui, ainda, a responsabilidade dos crimes ao Código Penal do País, dando a entender que são necessárias leis mais duras contra os infratores.

Ele [o secretário] explica que, apesar de 900 pessoas terem sido apreendidas, no ano passado, acusadas pela autoria desse tipo de crime, é difícil para o Estado mantê-las presas. “Muitas vezes se inibe o crime, prende-se o criminoso, mas, infelizmente, as nossas leis permitem que esses infratores sejam colocados em liberdade. E essa pessoa vai transgredir novamente como 99,99% dos demais. Na ocorrência que teve no mercado São Sebastião, todos eles já tinham sido presos e estavam em liberdade”, afirma. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

O curioso é que não se trata de uma notícia factual, com pouco espaço de publicação: a matéria anterior é uma reportagem especial de capa do caderno de Economia. Mesmo assim, o jornal não se utiliza de outras fontes – além das que representam o Poder

Executivo – para problematizar o investimento na área de Segurança Pública e a falta de resultados positivos. Na apresentação das estatísticas, O Povo também não as contextualiza em relação à realidade de outros estados do País nem interpreta sobre o que representam para o Ceará. Se a reportagem não se prende à factualidade para poder investigar e interpretar os fatos e contextualizá-los no mundo (LAGE, 1981), não é isso o que pode ser percebido nesta do jornal O Povo.

Em “Cid promete redução de homicídios” (Jornal O Povo, 27 mar. 2013) mais uma vez o compromisso assumido pelo governador é o de “combate ao tráfico”. Novamente apresentando as taxas de elevação dos homicídios sem maiores contextualizações – mas agora no espaço de uma notícia, elaborada por ocasião da formatura de uma turma de agentes da Polícia Civil –, o jornal traz a fala de Cid Gomes reafirmando que o maior causador dos altos índices é o narcotráfico.

“Existem áreas em que a gente tem conseguido bons resultados, mas o número de homicídios ainda é um indicativo que tem de ser encarado de frente”. A redução do número de homicídios está, segundo o governador, diretamente ligada ao combate do tráfico de drogas. “Estou convencido de que a elevação do número de homicídios tem uma grande relação com as drogas”. Esta é, ele diz, a “senha” para a diminuição dos assassinatos. Os novos inspetores formados ontem atuarão fortemente nessa área, segundo ele. Impedir o fornecimento da droga para o Estado também é necessário, ressalta. “Estou cobrando da Polícia Federal que impeça que o *crack* chegue aqui”. (Jornal O Povo, 27 de mar. de 2013).

Aqui também há a dobradinha entre a fala do governador e a ratificação do secretário Francisco Bezerra. Seguindo as afirmações do chefe do Executivo estadual, o titular da SSPDS anuncia, ainda, a construção da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas. Afirmando, novamente, que há outros fatores externos à Secretaria que devem ser considerados na tentativa de diminuir o número de homicídios, o coronel Bezerra nega que esteja se esquivando da responsabilidade.

Há ainda, segundo o secretário, outros fatores a serem levados em conta para a diminuição dos índices de homicídio. “A violência, nesse momento, não é um problema só da Polícia, é de toda a sociedade. Há muito por fazer”, afirma. Ele frisa, entretanto, que não está “transferindo as responsabilidades” do combate aos homicídios, mas que “a violência como um todo ultrapassa os limites da Polícia”. (Jornal O Povo, 27 mar. 2013).

Ainda cobrindo o “avanço no número de homicídios”, o jornal O Povo produziu em 17 de junho de 2013 uma reportagem especial sobre Segurança Pública na qual destacou as medidas de inteligência que serão desenvolvidas pelo governo estadual para inibir ações criminosas. A matéria é construída unicamente através de declarações de Cid Gomes ao blog da jornalista Kézya Diniz, que não faz parte do Grupo O Povo de Comunicação. Por ratificar

que a maioria dos homicídios tem ligação com o tráfico de drogas, o governador anunciou que solicitou ajuda da Polícia Federal para “combater crimes”.

Ao comentar os crescentes índices de homicídios no Estado, Cid disse que entre 70% e 80% das mortes são relacionadas às drogas e estão concentradas em 12 áreas de Fortaleza. Por isso, ele disse ter pedido apoio à PF para desenvolver ações estratégicas. “Todas essas áreas terão trabalho de inteligência. Estou pedindo o apoio da Polícia Federal, que tem mais, naturalmente, tradição nessa área de inteligência”, explicou. (Jornal O Povo, 17 jun. 2013).

A divulgação da parceria com a Polícia Federal e de investimentos em infraestrutura técnica para área de inteligência da SSPDS foi feita dois dias depois da manifestação do movimento Fortaleza Apavorada<sup>35</sup>. Com grande repercussão nos jornais de Fortaleza, o movimento não foi desconsiderado pelo governador, sobre o qual afirmou ter o “maior respeito” por ser uma “manifestação honesta”.

Segundo ele [Cid Gomes], as sugestões que o movimento tiver serão “muito bem vindas” e ele e o secretário de Segurança, Francisco Bezerra, estarão disponíveis para reuniões com os ativistas. “As pessoas não têm barreiras pra falar comigo. Então, qualquer sugestão é bem vinda”, completou. (Jornal O Povo, 17 jun. 2013).

Em relação ao tema das armas de fogo em posse de civis, O Povo compara a política de apreensão de armas com “política de enxugar o gelo”. Para legitimar tal visão, faz uso da fala do ex-secretário de Segurança Pública, Roberto Monteiro, caracterizado pelo jornal como “impressionado” com a quantidade de armas apreendidas por policiais durante sua gestão:

“Toda semana assinei portarias, até duas vezes por semana, dessas premiações de soldados por apreensão de armas. Eu disse pra mim ‘meu Deus, que tanta arma é essa?’. Não foram poucas apreensões, o que não significou ter brechado a matança por arma de fogo. (Jornal O Povo, 19 jan. 2011).

É perceptível que a cobertura feita sobre o tema entende a quantidade de armas que circulam na sociedade civil como um dos problemas da Segurança Pública no Ceará. Em outra passagem da mesma reportagem intitulada “Por que tanta arma nas ruas?”, o jornal faz uso de dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social para inferir que mais armas nas ruas significam mais violência cometida:

Segundo a conta oficial da própria SSPDS, aconteceram 1.571 homicídios por arma de fogo em 2009, subindo para 2.041 em 2010 (23% a mais). Confirmou-se a relação direta: mais armamento que circulou, mais mortes cometidas. (Jornal O Povo, 19 jan. 2011).

<sup>35</sup>O movimento Fortaleza Apavorada é assim definido pelo jornal O Povo: “Nascido a partir da insatisfação de pessoas que foram vítimas da ação de criminosos, o grupo conta com a adesão de quase 30 mil pessoas, mobilizadas pelo Facebook” (Jornal O Povo, 11 jun. 2013). O grupo realizou passeata no dia 13 de junho de 2013 em Fortaleza para protestar contra os altos índices de violência.

Em passagens como “É lá no DOE [Diário Oficial do Estado], sob esta referência, que está o preocupante: em dois anos, 6.499 armas foram apreendidas no Estado – 3.047 em 2009 e 3.452 (11,7% a mais) em 2010. Foram quase nove armas recolhidas por dia, em média” (idem), o texto jornalístico acaba por transferir a responsabilidade pelo aumento do número de mortes por armas de fogo da SSPDS para a própria sociedade, já que a argumentação da reportagem é feita dando a impressão que a administração pública tem feito o que pode em relação ao problema, inclusive oferecendo recompensas aos policiais que apreenderem as armas em poder de civis. Na mesma página, o jornal endossa essa visão ao publicar uma matéria coordenada sobre o comércio ilegal de armas.

Outra temática, a falta de infraestrutura do sistema de Segurança Pública é abordada de forma levemente cômica no que pode ser definida como uma quase-crônica policial, construída para noticiar o episódio do roubo de caixas eletrônicos na cidade de Miraíma, no interior do Ceará. Fazendo uso do relato dos únicos dois policiais que patrulhavam a cidade no dia do assalto, o jornalista elaborou o texto de forma a provocar o riso no leitor diante da falta de estrutura da Polícia Militar naquela cidade:

Os cinco homens desceram do carro, apontaram fuzis para a dupla e pediram: deitem-se no chão. Não foi difícil. Afinal, tinham dado de cara com um efetivo minguado, desfalcado (o terceiro plantonista estava de licença médica) e a pé, visto que havia quase 15 dias a viatura estava no conserto. “Nós deitamos, claro”, conta Arnou, já refeito do susto. “Os marginais vestiam balaclava, luvas pretas e colete à prova de bala. Usavam fuzis e pistolas. Mas eram amadores. Ficaram 15 minutos aqui e discutiram muito”. Não sabiam se punham os homens de bruços ou de costas para o chão. (Jornal O Povo, 12 abr. 2011).

Mais adiante, na matéria coordenada intitulada “Estrutura precária para PMs”, o texto aborda exclusivamente a falta de estrutura da cidade através das falas dos policiais de Miraíma. A notícia relata a falta de viaturas e de estrutura na delegacia, como a falta de luz, água, alimentação e dependências para pernoite dos policiais. Sobre essas denúncias, o comandante-geral da Polícia Militar responde à reportagem se esquivando das responsabilidades, como expõe o Jornal:

A par das condições, o comandante da PM no Ceará, coronel Werisleik Matias, reconhece: a estrutura é precária, mas, caso sejam perspicazes, os policiais poderão evitar outras tentativas de assalto. Ele cita estatísticas positivas na área de segurança: redução de 24,92% no número de homicídios no interior no primeiro trimestre de 2011, comparado ao mesmo período do ano passado. (Jornal O Povo, 12 de abr. 2011).

Há notícias, também, que assumem o caráter de divulgação das ações do governo do Estado. É o caso da matéria “72 homens reforçarão segurança” (Jornal O Povo, 13 jul.

2011), que cumpre o papel de informar sobre a criação do Comando Tático Rural (Cotar) sem maiores problematizações sobre a atuação do grupo. O Cotar é apresentado com otimismo pelo jornal, que não lança questionamentos para a única fonte presente no texto, o major responsável pelo treinamento daquele grupamento.

Para tentar combater as ações de quadrilhas que assustam os moradores do Interior com ousados assaltos a bancos, surge um incremento no efetivo policial dos municípios. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) criou o Comando Tático Rural (Cotar). A companhia deve começar a atuar até o fim do mês com 72 homens em todo o Interior cearense. Na tarde de ontem, houve demonstração das ações do Cotar para a imprensa. (Jornal O Povo, 13 jul. 2011).

O Comando Tático Rural é apresentado aos leitores pelo motivo de sua criação, pelo efetivo planejado e pela forma de seleção dos policiais, além do tipo de treinamento que eles receberiam. Não é questionado, entretanto, se há necessidade desta criação, se o efetivo é suficiente para inibir os roubos a bancos no interior do Estado e quais os custos o novo grupamento pode gerar aos cofres públicos. Relembrando o leitor da situação do sistema de Segurança Pública nas cidades interioranas e a quantidade de assaltos a bancos no último ano, o jornal acaba dando continuidade ao tema da precariedade da estrutura policial no interior e legitimando a criação do Cotar.

Outro anúncio do poder público transformado em pauta por O Povo foi o pronunciamento do secretário da SSPDS durante a reunião dos chefes de inteligência policial do Nordeste. Intitulada “Acordo com militares está sendo cumprido, diz secretário” (Jornal O Povo, 24 mai. 2012), a notícia tem como foco – inclusive iniciando com aspas do gestor – a fala do secretário e os compromissos que foram assumidos à época da greve dos policiais militares, no começo daquele mesmo ano. O jornal chega ainda a citar dois líderes sindicais que afirmaram que a classe não estava satisfeita com a condução das negociações entre policiais e governo, mas garantiram que não haveria nova paralisação. Ou seja, o tom dado à matéria ameniza a crítica ao governo, o que é perceptível no “Entenda a notícia”, espécie de resumo do que foi noticiado:

Durante coletiva, o secretário da SSPDS, Francisco Bezerra, anunciou que boa parte das reivindicações dos policiais militares já foram atendidas, após o fim da greve do começo do ano. Associações reclamam da demora nas negociações, mas afastam possibilidade de nova paralisação. (Jornal O Povo, 24 mai. 2012).

A matéria cronologicamente seguinte também tem como foco dar visibilidade a uma fala da SSPDS na qual são questionados dados de uma pesquisa divulgada por uma entidade de classe. Citando como fonte unicamente uma nota da Secretaria, a notícia recorta trechos do que defende o órgão para questionar os números anunciados pela Confederação

Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Já em “Gestores discutem ensino das academias” (Jornal O Povo, 20 nov. 2012), repete-se a mesma tendência de repercutir unicamente a fala do Poder Executivo. O jornal noticia a abertura do 1º Encontro de Gestores dos Órgãos de Ensino do Sistema de Segurança Pública do Nordeste, no qual o secretário Francisco Bezerra fez um pronunciamento. A notícia é construída quase em sua totalidade pelas afirmações do gestor da SSPDS, enfatizando que a formação dos profissionais de Segurança Pública deve sofrer modificações para “formar um policial sem preconceitos”:

O órgão [SSPDS] afirma que os policiais precisam ter sensibilidade nas atividades de rotina, como as abordagens, por exemplo, para evitar abusos. Não são raros os casos em que pessoas são paradas por conta da cor de sua pele ou pelas roupas que usa. (Jornal O Povo, 20 nov. 2012).

Assim como em seu primeiro pronunciamento como secretário, Francisco Bezerra não deixa claro quais práticas serão adotadas pela administração pública para atingir o que afirma ser necessário. Para ele, é louvável que no Ceará todos os profissionais de Segurança Pública sejam formados sob uma mesma “doutrina”, o que não acontece em outros estados nordestinos. Nesta mesma notícia, uma breve fala do vereador eleitor Capitão Wagner é exposta criticando o que disse o secretário, considerando a unificação da formação dos agentes de segurança da região Nordeste como um “novo modelo perigoso”.

Ao abordar a conduta dos profissionais da Segurança Pública em uma reportagem intitulada “31 agentes expulsos em dois meses” (Jornal O Povo, 2 mar. 2013), o jornal adota uma postura de enfatizar o trabalho que estava sendo feito pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará (CGD), instituição criada, em janeiro de 2011, pelo governador Cid Gomes. No enquadramento dado à matéria, o alto número de demissões se deve ao bom trabalho de disciplina feito pelo órgão, utilizando como fontes os dados da própria CGD e do controlador-geral, e não à quantidade de desvios de conduta praticados pelos agentes.

Para o controlador-geral da CGD, Servilho Paiva, o crescimento no número de casos se deve à “transparência” com que o órgão trabalha, com o objetivo de “reprimir os desvios de conduta de maior complexidade e promover a celeridade dos processos administrativos”. (Jornal O Povo, 2 mar. 2013).

Indo ao encontro desta imagem de rigor perante a conduta dos agentes de Segurança Pública, O Povo acrescenta à fala de Servilho, a afirmação do comandante-geral da Polícia Militar, Werisleik Pontes Matias:

O comandante, contudo, avalia que as punições são positivas. “A CGD apura todo tipo de denúncia, da mais simples à mais complexa. E o policial militar é aquele que lida mais diretamente com a população. Esse pressuposto já o fragiliza, pois ele está mais suscetível a ser corrompido. Mas, temos que deixar claro, que o comando da corporação não acata esse desvio de conduta”, afirmou. (Jornal O Povo, 2 mar. 2013).

Ainda que se utilizando de falas de outros agentes sociais, como a do coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará, professor César Barreira, e do vereador de Fortaleza e Presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará (Aprospec), Capitão Wagner, o tom da matéria não deixa de enfatizar o caráter positivo da atuação da CGD. O primeiro pontua, ainda, algumas práticas que poderiam diminuir os desvios de conduta nos órgãos de Segurança Pública, enquanto o segundo cita brevemente que poderiam estar acontecendo expulsões injustas, legitimando a posição que ocupa de representante da classe policial e causando uma dissonância em relação às outras falas.

De volta às notícias que unicamente divulgaram uma atuação da SSPDS, temos em “Prefeitura e Governo testam aparatos para resgate” (Jornal O Povo, 10 jun. 2013) a cobertura da simulação que os órgãos de Segurança Pública fizeram no bairro Aerolândia para a Copa das Confederações, que foi realizada dias depois no Brasil, tendo Fortaleza como uma das sedes dos jogos. Esta matéria trazia como fontes o secretário Francisco Bezerra e o comandante da 10ª Região Militar do Exército, general Araújo Lima, ambos ressaltando a competência dos órgãos de Segurança Pública para atuar durante o evento esportivo.

O cenário foi montado para integrar as equipes, identificar falhas que ainda devem ser corrigidas e mostrou, segundo o titular da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), coronel Francisco Bezerra, que o Ceará tem “estrutura sim para dar resposta” em ocorrências “da mais complexa à mais simples”. O secretário afirmou que, há mais de um ano, os órgãos de segurança do Estado se preparam para garantir a tranquilidade durante o evento. “Nós temos pessoal e estrutura. E vamos dar resposta pra sociedade de Fortaleza durante essa Copa das Confederações”, garantiu. (Jornal O Povo, 10 jun. 2013).

Em mais uma notícia elaborada a partir de nota oficial do governo do Estado – compartilhada na rede social virtual Facebook –, O Povo reproduz trechos nos quais o Executivo acusa “grupos partidários e marginais” de se infiltrar no movimento Fortaleza Apavorada. O texto oficial, assinado pelo chefe de gabinete de Cid Gomes, Danilo Serpa, considera positiva a iniciativa da sociedade civil de protestar contra a violência urbana, reconhecendo o crescimento de alguns tipos de crimes, mas reafirmando a imagem de Cid como o governador “que mais investiu em segurança na história”.

O Palácio diz ter “consciência e humildade de reconhecer que alguns crimes cresceram de forma intolerável” – com destaque, conforme a nota, para assalto a mão armada, nas áreas nobres, e homicídios, nos bairros mais pobres. Ressalta, porém, que o governo Cid foi o que mais investiu em segurança na história e elenca série de ações. Entre as “vitórias no combate ao crime”, aponta a queda do número de sequestros de 26 no início do mandato para dois por ano em 2012. (Jornal O Povo, 11 jun. 2013).

Dando espaço para representantes do movimento Fortaleza Apavorada responder à nota do governo, O Povo traz as falas de duas organizadoras da manifestação, prevista para acontecer dois dias após a publicação da nota. Esvaziadas de reflexões acerca do problema da Segurança Pública, as afirmações têm um tom de queixa em relação à gestão de Cid Gomes, mas garantem total apoio a possíveis medidas de “combate ao crime” que a administração pública possa executar.

“Queremos que as autoridades tomem alguma providência para conter a violência que cresce vertiginosamente na nossa cidade, ainda que a solução seja através de medidas emergenciais”, argumentou a administradora de empresas Lara Pinheiro, uma das organizadoras do grupo. (Jornal O Povo, 11 jun. 2013).

Na posse de Servilho Paiva como secretário de Segurança Pública, em setembro de 2013, o jornal publicou uma notícia sobre as mudanças na SSPDS que tinha como única fonte o próprio gestor. À época, o secretário traçou como metas de gestão reduzir os homicídios e combater o tráfico de drogas, preocupações presentes também nas falas de seu antecessor. O principal anúncio do novo secretário foi em relação a mudanças no programa Ronda do Quarteirão, sobre o qual se referiu como um programa que “carece de uma nova territorialidade”.

Quando da posse de Francisco Bezerra, gestor que antecedeu Servilho, o programa Ronda do Quarteirão também havia sido mencionado como ponto problemático da administração: “Um dos desafios da nova gestão é reformular o programa, que tem recebido críticas da população”, afirmou O Povo em 7 de janeiro de 2011. Em outra notícia, já anunciando as mudanças na administração feitas por Servilho Paiva, o Ronda é definido por O Povo como um programa que “vem enfrentando desgastes e não alcançou os resultados esperados” (Jornal O Povo, 27 set. 2013).

Interessante notar que o jornal dá uma coordenada à notícia de posse do novo secretário para divulgar o discurso de despedida do antigo gestor. Segundo a fala do coronel Francisco Bezerra, que estava deixando o cargo para concorrer às eleições, Cid Gomes é classificado como “o maior governador de todos os tempos”. Sobre sua gestão, Bezerra defende as medidas tomadas e volta a culpar o narcotráfico como responsável pelos altos índices de homicídios e a frouxidão do Código Penal.

“Podem classificar o sistema de segurança pública com todos os adjetivos que quiserem, mas jamais como omissos ou preguiçosos”, disse. Sem citar o crescimento nos índices de violência, como homicídios e ataques a banco, Bezerra enfatizou as estatísticas de apreensões de armas, drogas e prisões, definindo o tráfico de drogas como um “grande propagador de todo e qualquer tipo de violência”. O coronel encerrou o discurso generalizando a questão da violência como “um problema que atinge a toda a sociedade” e pediu que a população “desvie o olhar para o Congresso Nacional”, pressionando para que leis mais rígidas sejam formuladas. “É desumana a relação entre a atividade policial e a punibilidade dos criminosos, concluiu”. (Jornal O Povo, 13 set. 2013).

Mesma postura é assumida pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Werisleik Pontes Matias, ao deixar o cargo. Dispensado da função quatro dias depois que o novo titular da SSPDS assumiu o cargo, o coronel admitiu que os índices de criminalidade durante a gestão anterior não foram os desejáveis, mas isentou a atuação da Secretaria pelo resultado. Para ele, a violência urbana é algo que está para além da atuação da polícia.

“Os índices que a população desejava não foram alcançados, mas isso não decorreu, em momento algum, de falta de planejamento, iniciativa, de empenho, de abnegação. Infelizmente, a segurança pública não pode ser vista apenas como ação de Polícia. É um contexto maior”, considerou. (Jornal O Povo, 17 set. 2013).

O secretário que durante a posse disse que os resultados para “contenção” da violência não viriam de imediato foi o mesmo que aproveitou uma solenidade da SSPDS para divulgar redução no número de homicídios no Estado. Com apenas três meses de gestão, Servilho Paiva anunciou o que nenhum outro secretário que o antecedeu conseguiu. O detalhe é que a fala do titular da Segurança Pública no Ceará não citou estatísticas e ainda foi evasiva:

A cerimônia contou com a participação do titular da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Servilho Paiva, que aproveitou para sinalizar que houve redução nos casos de homicídio ocorridos no Estado, nos últimos três meses. A divulgação das estatísticas, bem como do novo modelo de divulgação dos dados, está prevista para esta semana. (Jornal O Povo, 17 dez. 2013).

É possível perceber que a notícia do jornal intitulada “Em solenidade, secretário sinaliza para redução de homicídios”, é completamente construída a partir das declarações do secretário, sem verificação de números e de situações, até porque as estatísticas oficiais não haviam sido divulgadas. Ainda assim, a cobertura emprega outras falas de Servilho Paiva que pouco ou nada dizem a respeito da conjuntura da Segurança Pública no Ceará:

Sobre os homicídios disse apenas que “houve uma queda, ainda pequena, mas constante”, na quantidade de casos. “Isso é um trabalho de médio e longo prazo. Não dá pra medir, de um dia para o outro, no estalar dos dedos. Essa redução passa por alterações legislativas, mudança de monitoramento e quebra de paradigmas”, disse. (Jornal O Povo, 17 dez. 2013).

Sobre a atuação de seu novo secretário, Cid Gomes só se pronunciou dias depois ressaltando a diminuição dos homicídios na gestão de Servilho e reafirmando o “desafio muito grande pela frente”:

“Não vai ser a ação individual, pessoal, de um iluminado, que vai resolver o problema. Segurança requer muita dedicação, muitos serviços, interação com o poder judiciário, com o Ministério Público, com a legislação. Ele (Servilho) assumiu em setembro. Em outubro, já reduziu o número de homicídios em relação a setembro. Em novembro, reduziu em relação ao mês de outubro. Então, são dois meses consecutivos de redução dos indicadores. Mas o desafio é muito grande pela frente”, concluiu. (Jornal O Povo, 20 de dez. de 2013).

Outro fato que gerou notícia sobre a gestão de Servilho Paiva foi a adoção de recompensas a policiais civis e militares cujas áreas de atuação registrassem índices de redução de crimes. Novamente é o titular da SSPDS quem é ouvido como fonte da notícia e, da mesma forma como anuncia a redução dos homicídios, não demonstra precisão em relação à execução da nova política pública.

O valor das premiações, bem como as metas a serem alcançadas, contudo, ainda não foram estipulados pela cúpula da Secretaria. “Ainda não está definido o valor da premiação, que será paga por calibragem trimestral. Digamos que temos alguns milhões em caixa para ser distribuído aos policiais”, adiantou Servilho. (Jornal O Povo, 18 dez. 2013).

Publicados em uma coordenada que acompanha a notícia principal, O Povo ainda procura especialistas na área de Segurança Pública para comentar a medida. Os dois pesquisadores ouvidos, Jânia Perla Aquino e César Barreira, são do LEV, da Universidade Federal do Ceará, mas suas falas são utilizadas para legitimar a política do governo do Estado, avaliando-a como “positiva”. Mesmo ressaltando que a medida tende a incentivar a atuação dos agentes da área de Segurança Pública, os pesquisadores fazem ressalvas para que o projeto não seja desvirtuado.

Dois dias após a publicação dessa matéria, o jornal O Povo publicou nova notícia sobre o tema, desta vez com informações mais precisas de como se dará o programa de recompensas da SSPDS. Segundo o próprio governador do Estado, que se pronunciou pela primeira vez sobre o assunto, R\$ 10 milhões serão gastos mensalmente com premiações. Em sua fala, Cid Gomes tem a preocupação de deixar claro que a medida faz parte de um planejamento mais amplo da gestão da Segurança Pública, afirmando, inclusive, que o programa de recompensas era uma proposta que fazia parte do seu plano de governo desde o início:

No evento, Cid acrescentou que a premiação faz parte de série de medidas em execução desde o começo de seu governo. “Nada disso é feito ao acaso. Temos um

planejamento. Para que a gente possa pensar nesse passo agora, que é a gratificação, a gente tinha que ter, regionalmente, uma estrutura presente, para que se pudesse acompanhar e monitorar os indicadores. Para isso, foram feitos diversos concursos para delegados, vários concursos para policiais militares, escrivães”, afirmou. (Jornal O Povo, 20 de dez. de 2013).

Em matéria coordenada, o jornal questiona a constitucionalidade do programa de recompensas do governo do Estado a partir da fala do presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará. O Povo mostra, ainda, que entrou em contato com a Procuradoria Geral de Justiça, ou seja, outra voz do Poder Executivo, que defendeu o projeto afirmando que não há impedimento legal para sua aprovação pela Assembleia Legislativa.

Assim, a próxima categoria de divisão dos textos trata das vozes do Poder Legislativo e sua atuação em relação ao tema da Segurança Pública.

### **Análise das matérias da categoria “Legislativo”**

As notícias que têm a Assembleia Legislativa (AL) como ênfase mostram, em grande parte dos textos, um Poder Legislativo alinhado com as decisões do Executivo estadual. A primeira matéria da categoria, “Aprovada criação da Controladoria” (Jornal O Povo, 19 jan. 2011), evidencia a facilidade com que o governador Cid Gomes conseguiu aprovar “uma nova leva do pacote de projetos”, ressaltando a “quase unanimidade” obtida na votação. O jornal afirma ainda que o texto do projeto que cria a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD) “foi encaminhado sem maiores detalhes”. Ou seja, não há uma preocupação da AL em debater de forma aprofundada as condições de criação de um novo órgão estadual.

O Povo cita, ainda, outras medidas que foram aprovadas no plenário da casa legislativa estadual, sem fazer uso de fontes, apenas relatando os projetos que passaram e os votos contrários. No mesmo tom de alinhamento entre Legislativo e governo estadual está a notícia “Convocação de secretário é rejeitada na AL” (Jornal O Povo, 15 mar. 2013). Também por unanimidade, a base aliada de Cid Gomes rejeitou a proposta do deputado Heitor Férrer (PDT) que pedia a convocação do titular da SSPDS para “prestar esclarecimentos sobre índices de violência no Estado”.

A matéria evidencia que há críticas por parte do deputado, que tem um comportamento de oposição à gestão de Cid Gomes, mas é concluída com a fala do líder do governo na AL, que classifica a proposta de convocação como “eleitoreira”.

Classificando o Ronda do Quarteirão como “fracassado”, Heitor cobrou ações do Estado para reduzir a violência. O líder do governo, José Sarto (PSB), criticou a proposta. “Temos de discutir sim a questão da segurança. O que nos preocupa é a oposição querer dar viés claramente eleitoreiro ao assunto”, disse. (Jornal O Povo, 15 mar. 2013).

Não é causador de surpresa constatar que as decisões na Assembleia Legislativa do Ceará sejam próximas às decisões do Executivo. Cid Gomes foi eleito para o segundo mandato como governador com o apoio de nove partidos (PSB, PT, PCdoB, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN e PV) e teve a adesão até mesmo de deputados que se diziam de oposição, como era o caso de Fernando Hugo, à época filiado ao PSDB<sup>36</sup>.

Por ser rara e pouco expressiva, a oposição no parlamento estadual cearense vira notícia quando ganha algum “reforço”. Foi o caso do então suplente de deputado, Capitão Wagner (atualmente vereador da cidade de Fortaleza eleito pelo PR), que assumia a vaga deixada temporariamente pela deputada Fernanda Pessoa. Segundo O Povo, a “arma” que o Capitão tinha para fazer “muita oposição” ao governador Cid Gomes era o tema da Segurança Pública. Para situar o leitor, o jornal mostra as bandeiras defendidas por Wagner e por que ele reivindica essa pauta de atuação:

“O comando geral da polícia teve aumento de 120% no início do ano, enquanto os servidores ficaram com aumento de 4,84%. Essa gestão não valoriza quem está na base”, criticou. As reivindicações do deputado, porém, possuem uma razão de existir. Capitão da Polícia Militar e presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará (Aspropec), Wagner Sousa possui inserção política no setor dos profissionais que atuam na segurança pública. Com essa bandeira, o deputado traz para a Assembleia a discussão sobre um tema amplamente debatido na primeira gestão de Cid Gomes – e que incomodou o governo – mas que ficou ofuscado na segunda gestão pelo escândalo dos banheiros, crise no PSB, contratos de empréstimos consignados e greve de professores - para citar os temas que repercutiram no Legislativo desde o início do ano. (Jornal O Povo, 12 out. 2011).

Afirmando que “a oposição ao governo estadual tem se fortalecido” naquela legislatura, citando a deputada Eliane Novais como crítica a Cid Gomes, O Povo conclui a notícia com a fala do deputado Capitão Wagner ratificando sua postura de oposição e afirmando que “a democracia não está acontecendo no estado”:

Em seu mandato, Wagner promete não poupar críticas ao governo estadual. O deputado estadual justificou sua atuação de opositor na Assembleia alegando que, hoje, não há oposição no Legislativo e que, por isso, a democracia não está acontecendo no estado. “O nosso mandato visa representar os interesses do povo, porque estes interesses não estão sendo representados”. (Jornal O Povo, 12 out. 2011).

---

<sup>36</sup>Ver mais em “PSDB do Ceará diz ser oposição a Cid, mas vota ‘sim’ aos seus projetos” < <http://goo.gl/wVqNMC>>. Acesso em 9 mai. 2014.



Chama atenção o conteúdo das falas destes deputados e das propostas que são colocadas como soluções para diminuir os índices de violência no estado. Ainda que a notícia ressalte o caráter de debate no plenário, as vozes expostas por O Povo mostram a postura conservadora da base aliada de Cid Gomes e a pouca profundidade nas discussões, pautadas inclusive em declarações pessoais, apontando o desconforto particular do parlamentar com a situação e não a crítica política à conjuntura. Em duas passagens, a matéria expõe falas do líder de Cid na AL defendendo o que considera “o governo que mais investiu no tema”.

Na sequência, analisa-se as particularidades dos textos cuja ênfase é dada através de falas e decisões de representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

### **Análise das matérias da categoria “Judiciário/Ministério Público”**

Das cinco matérias que compõem essa categoria, duas destacam ações do Poder Judiciário e as outras três dão ênfase à atuação do Ministério Público, todas em relação à temática da Segurança Pública.

A primeira notícia que tem como ponto de partida uma decisão do Poder Judiciário é também a única matéria do *corpus* empírico desta pesquisa que trata do sistema prisional cearense. Intitulada “Juiz aumenta limite para 20% do total” (Jornal O Povo, 7 jan. 2011), a notícia aborda a decisão do juiz da Vara de Execução Penal e Corregedoria de Presídios, Luiz Bessa Neto, em ampliar a capacidade máxima dos presídios cearenses. A medida, tomada após reunião com o governador Cid Gomes, já era uma flexibilização de outra antiga decisão do mesmo juiz: em 2010, o magistrado determinou as unidades penitenciárias só poderiam exceder 10% da capacidade; um ano depois esse limite foi ampliado para 20%.

Apesar de citar rapidamente o problema da superlotação das delegacias, motivo para a decisão do juiz Bessa Neto, a notícia não problematiza o tema nem tenta passar para o leitor explicações acerca das causas do excesso de presos ou das circunstâncias em que estão submetidos nas delegacias. A matéria, por outro lado, evidencia a preocupação do magistrado com as condições atuais do sistema penitenciário cearense:

Na reunião do último dia 5, o magistrado propôs ao governador que reestruture o sistema prisional do Estado, com a construção de uma Casa de Albergado no prédio do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira I (IPPO I); a criação de uma Colônia Mista Agroindustrial no prédio do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), atualmente interditado; a criação de uma casa para regime semi-aberto destinada a mulheres; e a construção de uma penitenciária para o jovem adulto. (Jornal O Povo, 7 jan. 2011).

A segunda notícia que trata da atuação do Poder Judiciário diz respeito à segurança nas eleições. Mostrando o caráter de eficiência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a matéria destacou que o órgão estava preparando um plano de segurança para o dia do pleito em parceria com as Polícias Militar e Federal. Uma das preocupações do TRE, afirmada no texto por meio da fala do juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal, Cléber de Castro, é garantir a segurança dos próprios funcionários da Justiça que irão trabalhar no dia da eleição, evidenciando o nível de tensão nas cidades do interior do estado durante este período.

O “acirramento de ânimos” que geralmente acontece nas eleições municipais no Interior deixa o controle da ordem mais difícil, avalia o juiz. Os juízes das comarcas de Icó, Tianguá e Iguatu requisitaram reforço policial antecipado para essas eleições. Entretanto, até agora, a campanha nas cidades tem apresentado ocorrências pontuais. (Jornal O Povo, 28 ago. 2012).

O Ministério Público Federal também é ênfase de matéria do jornal O Povo sobre a segurança nas eleições de 2012. Publicada em 24 de maio, ou seja, pouco mais de um mês antes do início da campanha eleitoral, a notícia aborda a reunião que o procurador regional eleitoral, Márcio Torres, convocou com a finalidade de discutir o aprimoramento da Segurança Pública e da investigação de crimes eleitorais. De forma breve, a notícia evidencia o caráter instrutivo do Ministério Público ao produzir campanhas de conscientização da sociedade civil.

Em relação ao poder Executivo, duas matérias evidenciam o comportamento do Ministério Público Estadual. A primeira tem como título “MPE: PM não deve investigar”, na qual o primeiro aconselha à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social que não delegue à Polícia Militar a responsabilidade por investigar os crimes ocorridos no Ceará. Tendo como fonte um promotor de Justiça, a notícia mostra o tom do MPE em delimitar as competências de cada instituição:

O promotor de Justiça José Francisco de Oliveira Filho considera que a atividade de inteligência é exclusiva da Polícia Civil. “Recomendamos que fique vetado o exercício de qualquer atividade investigatória por parte de policiais militares integrantes do serviço de inteligência da Polícia Militar no Ceará, por ser privativa da Polícia judiciária civil”, escreve. (Jornal O Povo, 14 jan. 2011).

Dias após tomar posse, o secretário da SSPDS, Francisco Bezerra, anunciou que investiria no setor de inteligência da PM, misturando as responsabilidades de cada Polícia e dos órgãos autônomos do Estado. Para o Ministério Público, coube “recomendar”, já que a instituição não tem poder de ordenar decisões.

A segunda notícia que traz o MPE em evidência trata de um relatório que seria produzido pela instituição sobre as políticas públicas de segurança no Ceará. Se na matéria

anterior o MPE pronunciava-se fazendo recomendações à SSPDS, nesta a atuação do órgão volta-se para investigação sobre as práticas da Polícia Civil. A única fonte ouvida é o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, Júri e Controle Externo da Atividade Policial (Caocrim), Iran Sírio, que destacou o objetivo do estudo.

“Pretendemos apresentar um instrumento de contribuição que possa ajudar a otimizar os trabalhos da polícia judiciária, melhorando as atividades realizadas pelos policiais, como a qualidade das investigações e o serviço público prestado ao cidadão”, afirmou Iran Sírio, coordenador do Caocrim. (Jornal O Povo, 5 mar. 2013).

### **Análise das matérias da categoria “Outros Agentes”**

Esta categoria reúne os agentes da sociedade que não puderam ser classificados em nenhuma daquelas anteriormente discutidas, e nem têm número suficiente de notícias para configurar uma classe isolada das demais. De forma geral, os 15 textos que compõem esta categoria têm como vozes principais representantes de classe, como membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e diretores de sindicatos, bem como representantes do mercado privado, dos institutos de pesquisa/universidades e da sociedade civil, como membros de conselhos públicos.

Na tentativa de traçar uma subdivisão para melhor analisar as notícias e as reportagens desta seção, debruça-se inicialmente sobre as matérias que trazem como fontes principais entidades de classe. Em duas notícias publicadas em abril de 2011, o jornal O Povo destaca a postura da OAB sobre a Segurança Pública, mais especificamente da área no interior do estado. O que motivava a instituição naquele momento foi o episódio de violência contra um advogado em Independência, cidade do sertão cearense, durante um assalto ao Banco do Brasil da localidade.

A notícia tem como fonte o presidente da OAB, Valdetário Monteiro, afirmando que a entidade pode entrar com uma ação contra o governo do Estado no Ministério Público. O tom adotado pelo presidente é de cobrança e a crítica dirigida ao Poder Executivo é suavizada.

De acordo com Valdetário Monteiro, desde setembro do ano passado a entidade vem cobrando da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) medidas mais eficazes no Interior. “As medidas (implantadas pela Secretaria) não tem efeito prático para a população”, avalia Monteiro. Para ele, é preciso investir em contratação de pessoal, na capacitação dos policiais e no reforço do armamento no Interior. (Jornal O Povo, 2 abr. de 2011).

Apesar de citar a população como finalidade das políticas públicas, Valdetário Monteiro, que fala em nome da OAB, manifestou-se por ocasião de um fato específico, que foi a violência contra um de seus associados, no caso, um advogado. A preocupação e a defesa da classe é confirmada por meio da fala de outro agente também presente na mesma notícia:

Para Marcelo Roseno, presidente da Associação Cearense de Magistrados, a situação é de “sucateamento do aparelhamento estatal”. “Se não há segurança nem no Fórum, o que o cidadão vai imaginar das outras instituições?”, questiona Roseno. (Jornal O Povo, 2 abr. 2011).

Dirigindo críticas mais contundentes à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Roseno inicia uma avaliação da política do Governo Cid Gomes que não se concretiza de fato na notícia. Com a mesma abordagem superficial, o jornal publica, uma semana depois, outra notícia sobre o posicionamento da OAB em relação ao que o presidente da entidade classifica como “onda de violência que assola o Ceará”. Desta vez, Valdetário Monteiro é a única fonte da matéria intitulada “OAB discute a violência no Interior”:

Valdetário Monteiro destaca que casos de violência têm ocorrido em lugares onde a violência não existia até bem pouco tempo. Ele ressaltou que a insegurança já acomete até instâncias da Justiça, a exemplo dos fóruns. Ele afirma que reconhece o esforço que o Estado tem feito para equipar as polícias. Porém, diz que não tem gerado segurança. (Jornal O Povo, 7 abr. 2011).

Novamente, a intervenção do presidente da Ordem evidencia a preocupação com a classe que representa, lugar esperado para seus posicionamentos. Por ser uma instituição de legitimidade social, entretanto, é interessante o fato de a fala do representante da OAB não fazer crítica mais incisiva ao sistema de Segurança Pública. Ao reconhecer que o governo do Estado tem investido em equipamento policiais, a entidade acaba por tratar superficialmente o problema da Segurança Pública, caindo na velha máxima de que a violência é “caso de polícia”.

A Associação Cearense de Magistrados (ACM) é fonte principal de uma notícia que tem como ênfase rebater uma afirmação do secretário Francisco Bezerra. Depois de o titular da SSPDS ter afirmado que o “aumento da violência no Ceará se deve à lei”, a Associação se manifestou, através do seu vice-presidente, para criticar a postura da Secretaria. Segundo o juiz Antônio Alves de Araújo, representante da ACM, a culpa pela morosidade dos julgamentos é da Polícia Civil que elabora inquéritos mal apurados. Na fala evidenciada pelo jornal O Povo, o vice-presidente defende a postura da classe que representa.

“É um equívoco tentar manter essa dicotomia de que a Polícia prende e a Justiça solta. Não existe isso. O que existe é que uma prisão só se manterá com os devidos fundamentos fáticos e jurídicos comprovados. Se uma pessoa é presa em flagrante delito e esse flagrante é homologado pelo juiz, somente em caso de relaxamento de prisão ou concessão de liberdade provisória, condições estabelecidas no ordenamento jurídico, é que ela será posta em liberdade”. O posicionamento da entidade contraria a justificativa, dada pelo coronel Bezerra, para a elevação dos índices de criminalidade no Estado, dentre a taxa de homicídios. (Jornal O Povo, 19 mar. 2013).

Outros representantes de classe são utilizados como fonte em matérias que tratam do sistema de Segurança Pública no Ceará. Na notícia “Cid aproveita reforma para mudar secretaria mais crítica” (Jornal O Povo, 7 set. 2013), O Povo aborda a saída do coronel Francisco Bezerra do comando da SSPDS, considerada no texto o “setor mais crítico da administração estadual, em cenário de violência crescente”. Para os representantes de sindicatos de agentes de segurança ouvidos na matéria, a situação da Segurança Pública no estado é caótica e o tom é de duras críticas:

“Os números demonstram que esta gestão é uma tragédia, um genocídio. Espero que o próximo secretário seja uma pessoa que possa dialogar”, diz Pedro Queiroz, presidente da Associação de Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Aspramece). O presidente da Associação dos Cabos e Soldados, Flávio Sabino, cita que o coronel Bezerra nunca recebeu representantes da categoria para dialogar. “Em quase três anos de gestão, o secretário não conseguiu colocar nem um projeto novo de segurança pública. Apenas deu continuidade a um sistema que já vinha sendo falho”, A nova gestão da SSPDS “não vai ter uma missão fácil”, avalia o vereador Capitão Wagner (PR), presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará. “O secretário (Bezerra) deixou situação caótica”, diz. Por isso, indica o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Ceará (Sinpoci), Gustavo Simplício, seria melhor assumir a pasta um civil. (Jornal O Povo, 7 set. 2013).

São quatro dirigentes de sindicatos ouvidos pelo jornal, e todos eles evidenciam a ineficiência da gestão de Francisco Bezerra à frente da SSPDS. É interessante que, se ao assumir a Secretaria, o perfil do coronel Bezerra foi ressaltado pelo governo por ser mais operacional, em sua saída ficou claro o descontentamento dos agentes de segurança pública com as posturas do ex-secretário militar. A última fala, inclusive, feita pelo presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Ceará defende que a direção da pasta volte para um civil, o que de fato aconteceu no dia seguinte com a posse do delegado da Polícia Federal Servilho Paiva.

Se o tom pessimista é perceptível em boa parte das matérias analisadas até agora, por outro lado, notícias que tratam do mercado privado de segurança adotam uma postura otimista em relação aos investimentos em tecnologia. É o caso da notícia “Empresas israelenses apresentam novas tecnologias” (Jornal O Povo, 12 abr. 2011), em que as fontes

ressaltam a parceria entre o Ceará e Israel para garantir melhorias à área de Segurança Pública no estado brasileiro:

“O Ceará tem uma história longa com Israel de cooperação. Nos anos 70, no setor agrícola e agora o governo de Israel quis investir em mais setores e, nesse momento, em Segurança Pública. Israel virou líder mundial em Segurança, queremos um debate sobre isso também”, aponta Nir. Ele diz que atualmente Israel tem foco em tecnologia na área de Segurança. Um exemplo é o sistema de câmeras em alta resolução para detectar suspeitos a longa distância. [...] Ele ainda lembra a importância da capacitação dos policiais para as novas tecnologias. “Se você tem a tecnologia e não sabe utilizar, não funciona”, diz Nir. (Jornal O Povo, 12 abr. 2011).

A fonte é Noy Nir, cônsul da Missão Econômica da Embaixada de Israel no Brasil, que defende que o Ceará invista em tecnologia de segurança como faz Israel. Ainda que este seja um país pequeno, mostra-se desproporcional comparar o gasto em Segurança Pública de um país – envolvido em guerras desde sua criação, no fim da década de 1940, com as despesas de um estado brasileiro na mesma área. Interessante notar que a fala do representante da SSPDS ressalta a experiência da nação judia em situações de emergência como útil ao Ceará. A comparação entre um país e um estado é naturalizada na matéria.

“Não vamos tomar nenhuma posição sem nenhum planejamento antecipado para situação à frente. E é muito importante pegar essa experiência com Israel que vive e já viveu situações emergenciais, além de trazer para o nosso Estado essas experiências. Com certeza vamos manter essa parceria não só com Israel mas com outros países que tenham tecnologias, diz Vasconcelos. (Jornal O Povo, 12 abr. 2011).

Ainda que não verbalize, o secretário adjunto da SSPDS, ao se manifestar na notícia, considera importante para o Ceará a experiência de um país que vive em guerra, evidenciando a postura de combate que a Secretaria talvez queira adotar no estado brasileiro.

Tom positivo também é utilizado na reportagem “Custos impactam faturamento das empresas” (Jornal O Povo, 17 mar. 2013) que, apesar de evidenciar os gastos com segurança privada por comerciantes devido aos índices de violência, comemora a alta no mercado de segurança (Figura 7). Considerando uma “demanda em alta”, o jornal escuta representantes do setor que afirmam as cifras expressivas alcançadas por esse mercado em 2013.

O mercado de segurança eletrônica no Brasil está aquecido. Dados da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese) mostram que, só no ano passado, a venda de equipamentos de monitoramento movimentou R\$ 4,2 bilhões no País. A sensação de insegurança é uma das responsáveis por impulsionar a busca por proteção eletrônica. De acordo com o diretor da Abese, Oswaldo Oggian, as empresas planejam crescer, neste ano, 11%. A estimativa leva em conta o crescimento na procura por produtos e serviços de segurança eletrônica. A demanda em alta populariza os preços. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

Figura 7 – Página 34 da edição de O Povo publicada no dia 17 de março de 2013

PÁGINA 34 **Economia** PORTALEZA - 03. DOMINGO - 17 DE MARÇO DE 2013

ESPECIAL  
**O PREÇO DA VIOLÊNCIA**

# Segurança] Custos impactam faturamento das empresas

**Busca por proteção** eleva as despesas de estabelecimentos comerciais com vigilância e segurança eletrônica. Por outro lado, a demanda impulsiona as vendas de equipamentos de monitoramento

**PARALIMBES**

Assis Cavalcante não teve escolha. Tive de pagar pelas viagens de segurança privada necessárias rotas às lojas de que é proprietário.

As demandas por segurança eletrônica são diversas. A segurança em recursos distribuídos entre o monitoramento eletrônico das lojas e profundidade de vigilância. "Não é um custo que não devolva, tem, considerando que isso é um divisor de faturamento".

**Demanda em alta**  
O mercado de segurança eletrônica no Brasil está aquecido. Unides da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abesec) mostra que, só no ano passado, o volume de equipamentos de monitoramento movimentou R\$ 4,2 bilhões no País. A associação de tecnologia é um dos responsáveis por impulsionar a busca por proteção eletrônica. De acordo com o diretor da Abesec, Osvaldo Otávia, as empresas já devem crescer, neste ano, 18%. A estimativa leva em conta o crescimento na procura por produtos

Os moradores da região Nordeste apresentam o maior índice de estabelecimentos, com o investimento de vigilância de R\$ 1 milhão em segurança eletrônica em todo o Nordeste, o investimento em segurança se tornou independente. Segundo o empresário, cerca de 1% do faturamento dos estabelecimentos são destinadas à segurança. Os recursos são distribuídos entre o monitoramento eletrônico das lojas e profundidade de vigilância. "Não é um custo que não devolva, tem, considerando que isso é um divisor de faturamento".

As demandas por segurança eletrônica são diversas. A segurança em recursos distribuídos entre o monitoramento eletrônico das lojas e profundidade de vigilância. "Não é um custo que não devolva, tem, considerando que isso é um divisor de faturamento".

**Empresa no Ceará**  
Segundo Gilson Loureiro, diretor da Servis Segurança,

**R\$4,2 bilhões** foram movimentados com o envio de produtos de segurança eletrônica

**88%** da demanda por equipamentos de segurança são de clientes por serviços

**NE tem a menor sensação de segurança**

Os moradores da região Nordeste apresentam o maior índice de estabelecimentos, com o investimento de vigilância de R\$ 1 milhão em segurança eletrônica em todo o Nordeste, o investimento em segurança se tornou independente. Segundo o empresário, cerca de 1% do faturamento dos estabelecimentos são destinadas à segurança. Os recursos são distribuídos entre o monitoramento eletrônico das lojas e profundidade de vigilância. "Não é um custo que não devolva, tem, considerando que isso é um divisor de faturamento".

Atualmente, a maior demanda pelo mercado de Fortaleza é pelos serviços de segurança eletrônica por vídeo e alarme, além de vigilância armada. Ele explica que a perspectiva é de crescimento de até 12% no volume de negócios. "O aumento de renda da classe média é o principal fator. Aumentou o consumo de eletrônicos, computadores, carros. Agora querem se proteger. Cuidar daquilo que conquistaram financeiramente", analisa

Atualmente, a maior demanda pelo mercado de Fortaleza é pelos serviços de segurança eletrônica por vídeo e alarme, além de vigilância armada. Ele explica que a perspectiva é de crescimento de até 12% no volume de negócios. "O aumento de renda da classe média é o principal fator. Aumentou o consumo de eletrônicos, computadores, carros. Agora querem se proteger. Cuidar daquilo que conquistaram financeiramente", analisa

## Quanto custa sua proteção?

- 1 Painel de alarme**  
Equipamento central do sistema instalado na residência e fica conectado por meio de linha telefônica ou internet, com controle e monitoramento.  
Valor médio: R\$ 500
- 2 Sensor de presença**  
Aparelho detecta e monitora dentro do ambiente.  
Valor médio: R\$ 30
- 3 Sirene**  
Em caso de intrusão, dispara um alarme sonoro que dá a percepção de segurança aos vizinhos.  
Valor médio: R\$ 20
- 4 Porteiro eletrônico**  
Permite a possibilidade de interação com quem está do outro lado do muro.  
Valor médio: R\$ 900
- 5 Sensor infravermelho**  
Pode ser utilizado em áreas de jardim, quando detecta, através de sensores, uma quebra de proteção.  
Valor médio: R\$ 200,00
- 11 Blindagem**  
Blindagem ao redor do imóvel, de 10 a 15 metros gerados no País.  
Valor médio: R\$ 43.000
- 10 Vigilância armada**  
Contratação de mão de obra especializada em vigilância armada.  
Valor médio: R\$ 9 mil
- 9 Monitoramento**  
É necessário por meio de serviços de monitoramento em tempo real, de câmeras, computadores e outros equipamentos.  
Valor médio: R\$ 150
- 8 Cerca elétrica**  
Utilizada em fazendas, o equipamento repete um campo de alta tensão de uma a duas vezes.  
Valor médio: R\$ 1.000
- 6 Câmeras de vigilância**  
Existem o monitoramento de vídeo em tempo real, desde a instalação de uma central que gere o envio.  
Valor médio: R\$ 200,00
- 7 Gravador de vídeo**  
Equipamento gravador de imagens de todas as câmeras e pode ser conectado à internet.  
Valor médio: R\$ 1.000

Fonte: Banco de Dados O Povo (2014).

Da mesma forma, outra fonte do campo do mercado privado é utilizada para legitimar a ideia construída durante a reportagem. Em um tom mais explicativo, a fala do diretor da Servis Segurança tenta apontar uma causa para o crescimento do setor de segurança privada:

Segundo Giuliano Loureiro, diretor da Servis Segurança, atualmente, a maior demanda no mercado de Fortaleza é pelos serviços de segurança eletrônica por vídeo e alarme, além de vigilância armada. Ele explica que a perspectiva é de crescimento de até 12% no volume de negócios. "O aumento de renda da classe média é o principal fator. Aumentou o consumo de eletrônicos, computadores, carros. Agora querem se proteger. Cuidar daquilo que conquistaram financeiramente", analisa Loureiro. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

No caso desta última matéria analisada, a causa para o crescimento do mercado de segurança privada aparenta ser a insegurança vivida no Ceará, sentida principalmente por uma parcela da população que ascendeu financeiramente e quer preservar o próprio patrimônio. O texto, apesar de se caracterizar como reportagem, não se aprofunda na análise de dados nem na busca por informações que possam contextualizar o leitor sobre a conjuntura do estado. Não é mencionada, por exemplo, a desigualdade social que marca a sociedade cearense.

A matéria acima faz crer que se gasta mais em produtos da segurança privada por que se sente medo e que esse medo decorre da insegurança, sem que haja qualquer problematização sobre suas causas. Isso pode ser confirmado a partir da observação de um trecho da coordenada que acompanha a reportagem, apresentando estatísticas de como os nordestinos sentem a “menor sensação de segurança” do País:

A pesquisa aponta que 85,8% da população da Região diz ter muito medo. Os estados do Nordeste têm um das maiores taxas de homicídio do País, como Alagoas que registra 74 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Além disso, é também no Nordeste que há a menor média de gastos per capita com segurança pública, destacando, como exemplo, o Piauí, onde a média é de R\$ 76. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

Quase a mesma lógica da matéria anterior é utilizada na reportagem sobre blindagem de automóveis. Ressaltando que a grande demanda pelo serviço surge por conta da sensação de insegurança, o jornal utiliza a fala de uma personagem que legitima essa construção de ideias e o papel da classe média no crescimento das vendas:

A insegurança nas ruas tem motivado o crescimento na demanda por blindagens em empresas especializadas. Segundo Vinícius Franco, diretor da Piquet Blindagens, em média, 20 veículos são blindados a cada mês pela empresa em Fortaleza. Ele explica que, nos últimos meses, o público em busca o serviço tem sido, preferencialmente, profissionais liberais. “A classe média alta compra, em especial médicos e advogados. Além de grandes e médios empresários. Agora, o que chama a atenção é que a classe média está comprando muito”. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

O último subgrupo de agentes sociais que é possível ser analisado inclui representantes da sociedade civil e membros de instituições reconhecidas pela produção de conhecimento científico. A matéria “Especialista diz que modelo ‘não deve ser seguido’” (Jornal O Povo, 4 ago. 2012) é publicada na mesma página que a entrevista com o secretário de Segurança Pública à época, o coronel Francisco Bezerra. Ouvida por O Povo, pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Glauécia Mota Brasil, é a única fonte do texto. Fazendo “duras críticas ao modelo de segurança defendido pelo secretário”, a postura da pesquisadora é de igualar a política desenvolvida na área por Cid Gomes com a feita pelo ex-governador Tasso Jereissati.

Ela compara a atual política com a do ex-governador Tasso Jereissati. “Concordo que é um modelo (hoje vigente) que não deve ser seguido, principalmente quando fala de orientação política; uma vez que esta hoje significa retrocesso ou ‘pé de boi’. E posso dizer que a política de segurança do Governo Tasso, com todo seu conservadorismo, destacava-se pelos avanços republicanos”. (Jornal O Povo, 4 ago. 2012).

Tom de crítica à política de Segurança Pública desenvolvida no Ceará também é adotado em outras matérias que têm como ênfase a voz de especialistas na área. Em “17 ações para conter a violência” (Jornal O Povo, 17 jun. 2013), o jornal ouviu pesquisadores “que apontaram tentativas de conter a onda de violência no Estado”. Pela primeira vez na análise é possível perceber uma reportagem que afirma que “segurança não se resolve apenas com operações policiais de repressão”.

“Temos quase 250 mil armas circulando no Ceará e o controle disso não é bem feito. Para reduzir a violência, principalmente a armada, você tem que compartilhar as políticas de segurança. No Ceará, nos últimos anos, a participação da sociedade nas esferas de decisão, elaboração, planejamento, execução e avaliação deixou de existir”, reclama o integrante do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), Duda Quadros. (Jornal O Povo, 17 jun. 2013).

A fala do conselheiro Duda Quadros apresenta uma questão que não foi percebida em nenhum outro texto da presente análise: a participação da esfera civil no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de Segurança Pública. Apesar de evidenciado, o tópico não é aprofundado na reportagem. Não é discutida, também, a atuação virtual do Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará, reinstalado em 2007 pelo governador Cid Gomes (SOUSA, 2013).

No dia seguinte, O Povo publicou outra reportagem acerca do tema Segurança Pública, evidenciando casos de estados brasileiros que conseguiram reduzir índices de violência. Ao falar sobre a situação de São Paulo e Pernambuco, o jornal acaba sugerindo o que deveria ser adotado pelo governo do Estado do Ceará e adota a fala da diretora do Instituto Sou da Paz:

“Segurança deve ser tratada como a saúde: olhar os casos, ter bons diagnósticos para ter soluções diferentes para os problemas diferentes. E as universidades são fundamentais nisso. Muitas vezes, essa fala de atribuir assassinato ao tráfico (discurso do Governo do Ceará), sem ser fundamentada, pode ser para lavar as mãos. Para jogar (a responsabilidade) para o Governo Federal. Não se pode ficar num discurso vazio. É preciso cobrar fundamento (investigação da Civil). Porque, sem fundamento, o amigo do bar vai falar a mesma coisa das autoridades. O diagnóstico precisa ser claro”, pondera a diretora do Instituto Sou da Paz, Luciana Guimarães. (Jornal O Povo, 18 jun. 2013).

A fala da diretora da ONG tem pelo menos dois pontos interessantes: o primeiro, e mais evidente, é a crítica ao Executivo em relação à fragilidade do atual poder de investigação da Polícia Civil; e o segundo aspecto é a ênfase dada ao papel das universidades na busca por soluções ao problema da Segurança Pública. Essa fala é legitimadora da universidade enquanto espaço de produção de conhecimento que, por sua vez, justifica também a utilização de fontes jornalísticas provenientes desse campo.

É interessante notar como a voz de pessoas da sociedade civil é utilizada para ilustrar algumas notícias. Em “Saúde, segurança pública e água são demandas recorrentes” (Jornal O Povo, 15 dez. 2013), o jornal aborda as melhorias esperadas pela população nas áreas citadas no título. Considerada pela matéria “principal alvo de críticas da gestão Cid”, a Segurança Pública é enquadrada como uma área que, apesar dos investimentos, não apresentou avanços durante a gestão mencionada. Para confirmar o que diz, o jornal utiliza uma fala genérica de um professor: “‘Uma coisa é o que se promete na campanha, outra é o que se faz quando se depara com a realidade do Estado’, afirma o professor José Matias-Pereira” (Jornal O Povo, 15 dez. 2013).

Da mesma forma acontece com as representantes do movimento Fortaleza Apavorada, que por conta da repercussão midiática e política que atingiu, ganhou status de fonte em diferentes matérias sobre Segurança Pública. Sobre a mudança de secretariado em setembro de 2013, o jornal publicou:

Para a criadora do grupo Fortaleza Apavorada, Eliana Braga, o futuro gestor precisará “conversar com os dois lados (policiais e sociedade civil), saber onde está a falha e procurar corrigir o que nunca foi corrigido”. (Jornal O Povo, 7 set. 2013).

É o caso, também, da notícia sobre o reforço policial que a Beira-Mar recebeu, em 2013, durante as férias de fim de ano. Matéria sazonal, o texto aborda como em período de alta estação a Praia de Iracema recebe mais visitantes e como a Polícia Militar se prepara para o patrulhamento da região. Apesar de conter uma fala breve do comandante do Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur), a notícia se concentra em depoimentos de transeuntes: “A dona de casa fortalezense Karolynne Pereira, 33, se diz mais tranquila ao trazer a filha Nicole, 5, à Praia de Iracema e notar a presença de policiais. ‘A gente vem pelo menos três vezes por mês, mas agora é quase todo dia’, comenta” (Jornal O Povo, 9 dez. 2013).

Outras falas que são utilizadas como ilustração para o texto, entretanto, nem relação direta com o tema do policiamento apresentam:

Palco da juventude das funcionárias públicas Rita Memória, 47, e Goretti Barroso, 50, a Praia de Iracema foi escolhida para uma atividade diferente no calçadão:

estudo bíblico. Um reencontro de participantes do grupo Siga-me, que se reunia na paróquia de Santa Luzia (Meireles) nos anos 70. “É um ambiente muito agradável no fim da tarde, além de trazer muitas lembranças boas”, afirma Rita. (Jornal O Povo, 9 dez. 2013).

Acontece o mesmo nesta outra passagem:

Pela primeira vez em Fortaleza, a professora Vanilda de Almeida lamentou ter escolhido apenas um fim de semana para descansar por aqui. Natural da Bahia e moradora de São Paulo, ela se disse surpresa com a cor diferente do mar. “É encantador, me surpreendi. Já disse para o meu filho que ele precisa vir conhecer Fortaleza”, brinca a professora. (Jornal O Povo, 9 dez. 2013).

Na última matéria, de forma específica, não há um tom de crítica à situação da Segurança Pública no estado. É exaltado, inclusive, o bom efetivo policial que atua no calçadão da Beira-Mar, enfatizando que aquele é um espaço em que há “sensação de mais segurança”. As fontes utilizadas confirmam isso: que há tranquilidade para o público da Praia de Iracema, não se problematizando a situação no restante da cidade.

No próximo tópico, discute-se os achados da análise construída anteriormente em relação à reflexão teórica sobre os campos do Jornalismo e da Segurança Pública.

### **3.5 Considerações acerca das descobertas da pesquisa**

Diante dos inúmeros fatos que a realidade produz diariamente, alguns são selecionados pelos profissionais do Jornalismo e passam a constar em sites, emissoras de rádio e de televisão, além das páginas do próprio impresso. Como discutido anteriormente nesta pesquisa, mesmo com o desenvolvimento de técnicas específicas e de princípios que norteiam a atividade, o que é apresentado pelo Jornalismo não deixa de ser uma construção (KARAM, 2004).

Ao abordar o tema da Segurança Pública em suas páginas, o jornal O Povo faz uma opção sobre a publicação de determinados fatos em detrimento de uma série de outros eventos que poderiam ser evidenciados. Não se faz isso, entretanto, a partir de escolhas arbitrárias: o campo do Jornalismo é autônomo e estruturado, existindo com regras próprias e em tensão com outros campos (BOURDIEU, 1997). Ou seja, tanto empresa quanto profissional estão submetidos a condições e restrições para produção da notícia.

Segundo Lopes e Brasil (2008), a área da Segurança Pública tem sido um tema de grande atenção da agenda política e midiática durante as últimas duas décadas. No Ceará, os últimos anos da gestão Cid Gomes têm evidenciado o caráter de preocupação tanto dos gestores quanto da opinião pública em relação aos rumos da política de Segurança Pública,

como mostram as matérias de O Povo que apontam a secretaria como “alvo de muitas críticas”, tendo o próprio governador chegado a afirmar que tal secretaria é “o maior incômodo do Ceará”.

Durante a análise do *corpus*, foi possível perceber que, na cobertura sobre Segurança Pública feita pelo jornal O Povo, há um predomínio de matérias que têm como foco o Poder Executivo. Naturalmente, a voz do governador do Estado e de seus representantes são as mais disputadas pelo jornal quando o assunto é Segurança Pública, já que este poder é o responsável legal pela administração da área e pelo comando da polícia (LEEDS, 2013). De um total de 49 notícias e reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa, 25 foram enquadradas como matérias da categoria Poder Executivo, bem à frente da segunda maior categoria, Outros Agentes, que somou 15 matérias.

Nas notícias e reportagens que enfatizavam falas ou decisões de agentes do Executivo, as principais fontes utilizadas foram o governador Cid Gomes e o titular da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do respectivo período. O enquadramento dado através das falas destes representantes tentou construir a imagem de uma administração proativa, que mesmo com as dificuldades enfrentadas na área, anunciou por diversas vezes novos investimentos e programas para compensar os índices de violência.

Citando Weber, Thompson (1998) afirma que o Estado procura exercer autoridade através do monopólio do uso da força física, bem como sustentar a legitimidade do poder político através da difusão simbólica nos *media*. Nesse sentido, a postura de tentar construir uma imagem positiva da gestão, apesar da conjuntura negativa, é algo buscado pelo governo Cid Gomes através das falas nas notícias e nas reportagens, evidente em passagens que personificam Cid como o governador como o “que mais investiu em segurança na história”.

É interessante observar que as falas oriundas do Executivo apresentam o enquadramento de “combate ao crime”, mostrando que a compreensão sobre o problema da Segurança Pública está no crescimento do número de homicídios. Nesse sentido, as ações anunciadas pelo governador e pelo secretário referem-se, principalmente, ao incremento de ações policiais, como criação de grupamento especializado, investimento na formação dos policiais e adoção de programas, como o de recompensas para os agentes de segurança e a reformulação do Ronda do Quarteirão, todas apontadas como parte de um planejamento maior.

O caráter de modernização advindo das decisões da administração pública, presente nas gestões de Cid Gomes (BARBALHO, 2007), é enfatizado sempre como favorável à situação do estado. Ao afirmar que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa

Social faz uso de “modernos conceitos de gestão contemporânea”, o Executivo estadual adota um discurso de caminhada para o progresso, sem que sejam problematizados os impactos das escolhas feitas. Ressalta-se a importância do Jornalismo ao circular signos e imagens que legitimam a postura de racionalidade do poder dominante, dando ênfase que a modernização é sempre positiva para a sociedade (SODRÉ, 2006).

Como em muitos países dessa região, a tendência geral no Brasil, em termos de políticas de segurança pública, segue um movimento pendular que oscila entre inovação e retração, com políticas progressistas frequentemente seguidas de um retorno a políticas tradicionais, reativas, normalmente repressivas no combate ao crime. Em outras palavras, políticas inovadoras raramente conseguem institucionalizar-se de modo permanente. (LEEDS, 2013, p. 136).

Sobre o tom de “combate ao crime”, aponta-se o destaque dado tanto pelo governador Cid Gomes quanto pelos secretários às medidas de guerra ao tráfico de drogas. Ou seja, há um alinhamento no discurso – explicitado várias vezes durante as matérias analisadas – que faz do “combate ao tráfico” um enquadramento evidente nas falas do Poder Executivo. No discurso de endurecimento utilizado por Cid e pelo titular da SSPDS, há um esvaziamento de contextualização sobre o comércio de drogas no Ceará e a utilização de estatísticas sem referência. É perceptível, também, a tentativa do governo de se isentar da responsabilidade pelo aumento do número de homicídios, dando a entender que está fazendo tudo o que pode.

As falas que tentam amenizar a responsabilidade do estado diante da situação de violência no Ceará também se utilizam de outros dois pretextos recorrentes, além do narcotráfico. O primeiro se refere à tentativa de culpabilizar o Poder Judiciário pela liberação de pessoas presas pelas polícias, sugerindo-se que haja um endurecimento no Código Penal. A segunda justificativa para a ineficiência das políticas públicas de Segurança Pública tem relação com a quantidade de armas de fogo existente em posse de civis. Nesse caso, é o próprio O Povo que infere que mais armas circulando significa mais homicídios.

O discurso de endurecimento das ações do Estado em relação à sociedade é relativamente comum na política brasileira. Segundo Sólito (2010), temas ligados à insegurança pública são utilizados como forma de legitimar os aparelhos repressivos e as políticas de endurecimento do Estado. Nesse sentido, o Jornalismo, ao construir as imagens da realidade a partir de uma perspectiva de insegurança pública, pode colaborar para a legitimação de políticas e aparelhos mais repressivos (SODRÉ, 2006).

Outra tendência construída pela cobertura tem relação com a troca de secretários à frente da SSPDS. O jornal enfatiza o clima de desconforto da gestão de Cid Gomes ao se referir aos resultados das políticas de Segurança Pública em seu governo. Apesar disso, a

troca de titulares, ocorrida duas vezes no período analisado, é enquadrada com otimismo por O Povo, ressaltando, nos dois casos, a postura do novo gestor. Na primeira substituição, quando da entrada do coronel Francisco Bezerra, em janeiro de 2011, o jornal destaca seu perfil prático e sua postura determinada, sugerindo que a troca de um secretário civil por um militar contribuiria para dar mais eficiência à gestão da Segurança Pública.

Com a saída de Bezerra, críticas à postura do secretário foram postas em evidência, pela primeira vez no conjunto de matérias, através das falas de representantes sindicais. Ainda assim, há dois enquadramentos perceptíveis na cobertura da posse do novo secretário, o delegado Servilho Paiva. O primeiro refere-se à postura cautelosa do gestor ao declarar que os resultados positivos na área são lentos e não se faz mágica para que eles aconteçam. O segundo enquadramento vem através da fala do secretário que estava de saída da pasta, ao traçar elogios à gestão de Cid Gomes, a qual se refere como “o maior governador de todos os tempos”, e tentar afirmar que tudo que estava ao alcance da gestão foi feito.

Em vários momentos da cobertura, a situação da Segurança Pública é definida como crítica a partir da observação dos índices de homicídios. Raros são os momentos em que outras estatísticas são citadas para justificar o que é considerado “escalada da violência”. De acordo com Ramos e Paiva (2007), a ausência de dados e de estatísticas sobre a situação da Segurança Pública pode contribuir com uma abordagem descontextualizada dos fatos. Ou seja, ainda que os números não fechem a realidade em si, a apuração dos índices é importante na cobertura jornalística para embasar a perspectiva construída no texto. As autoras defendem ainda que:

Junto com as instituições de pesquisa e com outras organizações da sociedade civil, cabe à mídia contribuir para a melhoria desses dados – de modo que o conhecimento dos problemas de segurança pública fique cada vez menos ao sabor do senso comum, do “achismo” e do uso político da informação. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 167).

Diante do quadro genérico de crescimento da taxa de assassinatos, a postura do Poder Executivo foi, de maneira geral, de reconhecer o aumento, ainda que enfatizando, ao mesmo tempo, os investimentos feitos e a redução do número de sequestros. Ao concordar com a legitimidade das manifestações contra a violência no estado, como no caso do protesto Fortaleza Apavorada, o Palácio da Abolição novamente lançou para outras esferas a responsabilidade pela situação do Ceará, dando a entender que essa era uma conjura para além dos limites do Ceará.

Chama atenção a quantidade de notícias produzidas apenas com a declaração de agentes do Poder Executivo. Matérias que evidenciam a fala de Cid Gomes em algum

pronunciamento público ou do secretário de Segurança Pública são recorrentes e trazem pouca problematização para o tema abordado. Voltando-se para a prática do Jornalismo declaratório, O Povo pouco fundamenta questões relevantes, como o funcionamento de novas políticas públicas anunciadas e pouco esclarecidas pelo governo, bem como não se põe em posição de contestação de índices apresentados, como na afirmação do governador de que 70% a 80% dos homicídios registrados têm relação com narcotráfico.

A falta de verificação das informações, dando ênfase às declarações apenas pela legitimidade das fontes que as proferem, é um aspecto perigoso para o Jornalismo. Para Kovach e Rosenstiel (2004, p. 77), a utilização de uma voz neutra pelo jornalista, sem uma disciplina de verificação dos fatos e dos dados, “cria um verniz que cobre algo oco”. Os autores alertam para o cuidado de os repórteres não se transformarem em profissionais passivos, mais receptores do que desenvolvedores e verificadores dos relatos. Outro ponto defendido refere-se à noção de que não cabe aos jornalistas presumir nada (idem), como na matéria sobre as armas de fogo.

A ausência de pluralidade de fontes também é algo questionável na prática jornalística. Em matérias que têm como foco ações do Executivo, o aparecimento apenas de vozes de representantes deste poder mostra um enquadramento restrito ao posicionamento do governo. Ainda que não se assegure uma grande diversidade de falas em matérias menores, como notícias, por conta das limitações de produção e veiculação do texto, fazer uso somente da fala do governador e/ou do secretário de Segurança Pública limita a perspectiva da abordagem, fazendo do jornal muito mais uma plataforma para exposição do Executivo que um espaço de interpretação e problematização acerca da realidade social.

Há matérias na categoria Poder Executivo que empregam vozes de agentes fora da administração estadual, que, obviamente, não são a ênfase do texto. Quando da utilização dessas outras vozes, há duas tendências observáveis: a primeira e mais recorrente é a de utilizar essas fontes como forma de legitimar o discurso oficial, como no caso de representantes de sindicatos que concordam com a nomeação do titular da SSPDS; a segunda, evidenciada em raros momentos, são falas que mostram dissonância com as decisões do Executivo. Novamente aqui há a ponderação de que as práticas e a ética jornalística pressupõem a busca por uma pluralidade de versões no processo de construção das notícias, evidenciando diferentes abordagens sobre um mesmo fato social (KARAM, 2004).

Basicamente, a cobertura feita por O Povo com ênfase no Legislativo também se reporta às declarações. São falas de deputados estaduais durante as sessões que, acompanhadas pelos jornalistas, transformam-se em notícias sem muita profundidade. Dentro

do universo de deputados há uma pequena pluralidade nas fontes, tendo, na maioria das vezes, a fala do líder do governo na Assembleia.

Nesta categoria, são apenas quatro notícias e, por isso, dois enquadramentos são mais evidentes na análise. O primeiro refere-se ao alinhamento das decisões da Assembleia Legislativa à política do Palácio da Abolição. Ou seja, em diferentes notícias o tom de facilidade com que Cid Gomes consegue aprovar seus projetos no Legislativo é mostrado. Consonante a isso, as notícias evidenciam que a extensa base aliada do governador não se dispõe a debater com profundidade os projetos enviados por Cid, dando a entender que, por ser maioria na Casa, não cabe a ela problematizar as ações do Executivo.

Como discutido anteriormente, não é de se espantar que as decisões na Assembleia Legislativa do Ceará sejam próximas às decisões do Executivo. O governador Cid Gomes tem o apoio de nove partidos (PSB, PT, PCdoB, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN e PV) neste segundo mandato, além da adesão de deputados que se dizem de oposição.

A voz da oposição, por sua vez, é outro enquadramento presente nas notícias que têm como ênfase o Legislativo. Presente em boa parte das matérias analisadas desta categoria, ainda que com espaços de fala variáveis, os deputados que se opuseram à Cid Gomes ganham destaque na cobertura de O Povo. É o caso do então deputado, hoje vereador, Capitão Wagner, apresentado pelo jornal como forte opositor da gestão, principalmente pelas críticas à política de Segurança Pública.

A partir da fala e da atuação do deputado Heitor Férrer, apresentado como parte da oposição por O Povo, duas notícias são construídas pelo jornal. Chama atenção a matéria que se concentra no debate sobre Segurança Pública ocorrida no plenário da Assembleia: Férrer é responsável por críticas mais duras em relação ao governo do Estado, enquanto outros deputados, inclusive da base aliada, criticam a situação de insegurança de forma desligada da responsabilidade do poder público. Nos discursos destes, é possível perceber a espetacularização do tema, o que Sólito (2010) aponta como estratégia para camuflar a violência enquanto problema estrutural.

Todas as notícias situadas na categoria Judiciário/Ministério Público são curtas e factuais, referindo-se às decisões das instituições, e não chegam a aprofundar o tema da Segurança Pública em suas abordagens. Em relação à Justiça, o caráter das falas utilizadas enquadra a instância a partir do tom de autoridade, mostrando que cabe a ela decisões que podem afetar os outros poderes. Pela primeira e única vez na análise, a cobertura trata do sistema penitenciário, evidenciando o problema do excesso de presos. Ainda que não sejam

feitas críticas ou elogios às políticas de Segurança Pública do governo do Estado, o juiz utilizado como fonte para a notícia propõe a Cid Gomes a reestruturação do sistema prisional.

Em relação ao Ministério Público, o enquadramento utilizado pelo jornal refere-se ao tom de recomendação e investigação do órgão, ou seja, sem o caráter de autoridade utilizado em relação à Justiça. Em uma das notícias, a fala do representante do MP contraria a decisão do então secretário de Segurança Pública, Francisco Bezerra, de investir no setor de investigação da Polícia Militar. Nesse sentido, a postura do Ministério Público vai de encontro ao anúncio da SSPDS, mas não chega a fazer uso de avaliações sobre o governo.

Diferentemente da tendência homogênea na abordagem do Poder Judiciário/Ministério Público, os enquadramentos existentes nos textos da categoria Outros Agentes dependem do perfil das fontes utilizadas. Por exemplo, quando a notícia tem como foco posicionamentos de representantes de classe, como diretores de sindicatos de agentes de segurança ou do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o enquadramento é de crítica ao nível de insegurança no Ceará e a postura das fontes é de tentar se legitimar diante de seus associados.

Ainda que demonstrando uma preocupação com a Segurança Pública no interior do estado, a OAB deixa evidente que sua postura de cobrança do Poder Executivo se dá pelo episódio de violência ocorrido com um advogado durante um assalto a banco. Em uma das duas notícias, Valdetário Monteiro, presidente da OAB, reconhece o esforço do governo na área destacando o investimento que tem sido feito em equipamentos policiais. Ou seja, a OAB, instituição com legitimidade social e influência política se esquia de aprofundar o debate sobre a Segurança Pública para tratar o problema como “caso de polícia”.

Em relação às falas dos representantes sindicais dos agentes de segurança, o tom é crítico à gestão de Cid Gomes, mas sem uma contextualização mais bem feita dos problemas. De forma geral, os sindicalistas parecem mais descontentes com a postura do secretário Francisco Bezerra do que com a política de Segurança Pública das gestões de Cid. Capitão Wagner, por exemplo, líder da greve dos PM's em janeiro de 2012 e oposição a Cid Gomes durante sua passagem pela Assembleia Legislativa, resume-se em dizer que a gestão de Bezerra na SSPDS deixou a “situação caótica”.

Tom mais crítico às políticas públicas de Cid Gomes é adotado, em parte das matérias, por representantes da sociedade civil e pesquisadores. A tendência é que a Segurança Pública seja tensionada cada vez mais por debates da sociedade civil e da academia (SANTOS; SERAFIM, 2012). Pela primeira vez na análise é possível perceber uma reportagem que afirma que “segurança não se resolve apenas com operações policiais de

repressão”, o que vai ao encontro das ideias que defendem que o planejamento da Segurança Pública deve acontecer em um contexto mais amplo, reformulando o tipo de relação que o Estado mantém com a sociedade (idem).

Isso pode ser percebido na fala do integrante do Conselho Nacional de Segurança Pública, Duda Quadros, ao apresentar uma discussão que não foi percebida em nenhum outro texto da presente análise: a participação da esfera civil no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de Segurança Pública. Apesar de evidenciado, o tópico não é aprofundado na reportagem. Nem mesmo a atuação virtual do Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará, reinstalado em 2007 pelo próprio governador Cid Gomes (SOUSA, 2013), é discutida na matéria.

É importante fazer uma ressalva: o uso de vozes de professores universitários é feito também em matérias situadas em outras categorias. Sobre esse aspecto, pontua-se que boa parte das falas utilizadas em texto que têm como foco o Poder Executivo, pouco questionaram as políticas de Segurança Pública e muitas foram utilizadas para legitimar as decisões do Palácio da Abolição, como no caso do programa de recompensas, bem visto por pesquisadores do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará.

Apesar de ressaltar na maioria das matérias uma tendência pessimista sobre a segurança no estado do Ceará, O Povo utiliza um tom positivo ao falar do crescimento do mercado de segurança privada. A partir da relação insegurança–demanda em alta, o jornal destaca, por meio das fontes ouvidas, que a causa do crescimento do setor é a busca da classe média por serviços e equipamentos de proteção. Desse modo, a cobertura faz crer que se gasta mais em produtos da segurança privada por que se sente medo e que esse medo decorre da insegurança, sem que haja qualquer problematização sobre as causas desta insegurança.

Ao destacar o comportamento da classe média, O Povo tem um discurso de se aproximar do público leitor, mostrando-lhe que o conhece e que tem a informação de que precisa para viver (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004). Não se trata, pois, de assumir uma postura do Jornalismo enquanto espelho da realidade, mas de admitir que, na busca pela construção da aparência de real, o jornal produz um discurso de quem reconhece os medos da classe média e como ela se comporta. Para Sodré (2006),

Sobre a realidade da violência urbana, a mídia enxerta a realidade imaginária da ficção passada e presente. O que um filme de catástrofe, por exemplo, propõe ao espectador é que se autoreconheça no que vê na tela. Não se trata mais da velha identificação projetiva com uma figura mítica e distante – em que se dá a perda de si

no outro –, mas de um espelhamento total, com vistas à conservação imaginária de si mesmo. (SODRÉ, 2006, p. 99).

O enquadramento dado às matérias que têm como foco o mercado de segurança, pouco contextualiza a conjuntura do Ceará. Tais matérias partem de uma situação já dada como natural ao estado, referindo-se ao medo sentido pela população, e não problematizam o porquê da sensação de insegurança, criando a relação de causalidade ente medo e criminalidade. Para legitimar a posição, o jornal faz ainda uso de estatísticas que comprovam que o Nordeste é a região brasileira com menor sensação de segurança. Construção delicada de ser feita pelo jornal, a relação medo e criminalidade, embora óbvia para o senso comum, não poderia ser presumida pelo jornalista. Essa é uma das premissas do ofício (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004).

Verifica-se, portanto, que o medo e a insegurança não têm raízes diretas na criminalidade urbana. O medo se associa à criminalidade através de uma via simbólica. Ele surge de uma utilização político-ideológica da insegurança, e se solidifica em um ambiente de desorganização social, alienação e isolamento. O que significa que os dois problemas, criminalidade e medo, não se condicionam reciprocamente. A confusão, nesse caso, “serve às ideologizações, mas jamais à elaboração de políticas públicas eficientes.” (PASTANA, 2007, p. 110).

Nesse sentido, evidencia-se que o jornal O Povo é responsável pela construção de discursos que poderão influenciar a forma como indivíduos interpretam a realidade social. Mesmo se afirmando como um representante do leitor imparcial e leal, ao adotar como *slogan* “O Povo é você presente”, o jornal não só reporta fatos, como também sugere relações causais, sugerindo à sociedade cearense quadros interpretativos sobre a realidade social.

## CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa, procurou-se problematizar a relação existente entre Jornalismo Impresso e Segurança Pública para analisar, com mais afinco, a forma como o jornal *O Povo* constrói sua cobertura sobre a área. Na tentativa de compreender os padrões utilizados pelo jornal nos textos que abordam a conjuntura da Segurança Pública no Ceará, durante a segunda gestão do governador Cid Ferreira Gomes, foram analisados os enquadramentos estabelecidos nas matérias informativas de *O Povo* durante os anos de 2011 e 2013.

Refletir sobre a relação existente entre os campos aqui problematizados implica reconhecer as diversas tensões aos quais estão submetidos. Sabendo que, para cada indivíduo, a compreensão do mundo está para além das experiências pessoais, o Jornalismo foi visto como agente mediador de formas simbólicas (THOMPSON, 1998) e, por sua vez, importante ator de influência no processo de interpretação da realidade social.

Em relação à Segurança Pública, há a particularidade desta em ser uma área de administração pública, que inevitavelmente põe em relação o campo do Jornalismo com os interesses e dinâmicas próprias do campo da Política. Através da atividade jornalística, os representantes do poder político procuram defender narrativas que legitimem as escolhas feitas e garantam o poder simbólico sobre a sociedade, aliado ao poder coercitivo do monopólio da força física (WEBER, 1967).

O Jornalismo adquire, portanto, o importante papel de interlocutor entre o que é significado socialmente e os sentidos propagados pelas políticas públicas (SÓLIO, 2010). No processo de escolhas para construção da cobertura e do discurso jornalístico, temos a tensão entre os fatores internos ao campo, como as rotinas e as disputas intrínsecas ao ofício (CORREIA, 2004) e a influência dos fatores externos, já que o Jornalismo está situado em um espaço de tensões políticas, sociais, financeiras, culturais e ideológicas (BOURDIEU, 1997).

Sobre a cobertura da Segurança Pública em *O Povo*, é perceptível que se trata de uma área relevante para o jornal. O deslocamento da perspectiva da Segurança Nacional para a Segurança Pública no período de redemocratização da sociedade brasileira e o aumento do debate público sobre a violência urbana nos últimos 20 anos (RAMOS; PAIVA, 2007) consolidou o tema na agenda pública e, por sua vez, na agenda midiática.

Na conjuntura cearense, *O Povo* encontra ainda mais espaço para pautar a Segurança Pública em tempos de “Fortaleza Apavorada”, movimento que pode ser considerado ilustrativo para mostrar como a violência urbana está em evidência no debate

público no Ceará. Para Lopes e Brasil (2008), a Segurança Pública tem sido tema de atenção na agenda política cearense nos últimos 20 anos. Durante as gestões de Cid Gomes à frente do Executivo cearense, entretanto, a ênfase recaiu sobre os rumos das políticas públicas de segurança a ponto do próprio governador admitir incômodo com a pasta.

Na tentativa de identificar de que forma O Povo aborda a Segurança Pública nos três primeiros anos do segundo mandato de Cid Gomes (2011-2013), estabeleceu-se um *corpus* de análise que compreendeu 49 notícias e reportagens. A necessidade de fixar um tamanho adequado para o objetivo de análise tem como vantagem garantir que a Análise de Conteúdo, estratégia metodológica escolhida, fosse feita com o máximo de aproveitamento do material. A mesma escolha, entretanto, traz como consequência a limitação da amostra, que embora representativa de três anos de conteúdo, envolve considerações gerais sobre a cobertura de O Povo.

Ressalta-se, também, que a escolha pela Análise de Conteúdo implica em admitir que esta investigação científica percorre os caminhos da observação e da interpretação do pesquisador. Dessa forma, as inferências são feitas a partir de uma perspectiva que não encerra em si todas as possibilidades de interpretação do *corpus*.

Nesse sentido, observou-se que o jornal aborda a perspectiva da Segurança Pública através da cobertura priorizando ações e falas do Poder Executivo, responsável constitucionalmente pelas políticas de segurança do estado e pelas forças policiais (LEEDS, 2013). O que, *a priori*, não seria problemático para a cobertura jornalística, apresenta-se como aspecto limitador da cobertura de O Povo, já que muitas matérias são construídas, unicamente, com declarações de representantes do governo estadual, desconsiderando a pluralidade de perspectivas que poderiam ser incluídas nos textos.

Entende-se que a cobertura de Segurança Pública do jornal evidencia principalmente as ações do poder público para administrar os problemas acarretados por um tipo específico de violência, caracterizada como violência visível, “entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social” (SODRÉ, 2006, p. 16). Há, pois, um discurso evidente e limitador de “combate ao crime”, que longe de ser problematizado, é naturalizado pela cobertura.

Desta forma, apesar de parecer pretender a abordagem conjuntural da Segurança Pública no Ceará, O Povo apresenta uma cobertura superficial do tema, esquivando-se de um tratamento mais questionador sobre suas causas e consequências do fenômeno da violência urbana, bem como de perspectivas de outros agentes da sociedade. Quando do aparecimento de outras vozes nos textos, é recorrente o uso delas para legitimação do discurso do

Executivo, com raras exceções de crítica às políticas públicas desenvolvidas na administração de Cid Gomes.

É curioso que, em nenhum momento da cobertura analisada, as fontes ouvidas pelo jornal tenham problematizado a condição de desigualdade social do Ceará. Como sexto estado mais desigual do país<sup>37</sup>, e Fortaleza como a quinta capital mais desigual do mundo<sup>38</sup>, estes dados mostram-se relevantes na cobertura da Segurança Pública, apesar de não serem citados. Segundo Pastana (2007), mais do que políticas públicas de “combate ao crime”, é necessário que a sociedade brasileira reconheça a profunda desigualdade sobre a qual se sustenta.

Nesse sentido, conclui-se que a cobertura sobre Segurança Pública feita por O Povo aproxima-se do que Albuquerque (2000) considera sobre o Jornalismo brasileiro: mais interessado em ilustrar uma tese do que problematiza o tema abordado a partir de perspectivas conflitantes. Destaca-se, entretanto, a potência dos *media*, em especial do Jornalismo, de dialogar com sociedade a fim de contribuir para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de Segurança Pública. Indo ao encontro do que propôs Zaluar (2010), acredita-se que o Jornalismo pode atuar como construtor de formas de sociabilidade ao influenciar outras maneiras de pensar e de agir.

---

<sup>37</sup> Informação disponível em <<http://goo.gl/QrR16S>>. Acesso em 23 mai. 2014.

<sup>38</sup> Informação disponível em <<http://goo.gl/7jtqG0>>. Acesso em 23 mai. 2014.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. **Um outro quarto poder**: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. *Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.
- ALMENDRA, D.; BODÊ DE MORAES, P. R. **O medo, a mídia e a violência urbana** – A *pedagogia política* da segurança pública no Paraná. *Revista brasileira de segurança pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 266-281, ago/set. 2012.
- ARAÚJO, M.; LIMA, R. N. **Mostra o morto que o povo gosta**: quem disse? – Um estudo de recepção sobre programas policiais, e estratégias de mudança. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, São Luís, 2008.
- ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Ceará. Ex-Presidentes. Cid Ferreira Gomes. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/assembleia/ex-presidentes/32-ex-presidentes/157>>. Acesso em 30 mar. 2014.
- BARBALHO, A. **Os modernos e os tradicionais**: cultura política no Ceará contemporâneo. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 12, n. 22, p. 27-42, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS FILHO, C. **Ética na Comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **A produção da imparcialidade**: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, nº73, p. 59-76, 2010.
- BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, G. et al. **Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros**: investigação sobre condicionantes individuais. *Revista brasileira de segurança pública*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 144-161, ago/set. 2013.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out/dez. 2006.
- CARVALHO, R. V. A. **Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos**: a campanha para o governo do Ceará em 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 22-42, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- COLLING, L. **Agenda-setting e framing**: reafirmando os efeitos limitados. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abr./2001.

CORREIA, J. C. **A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada.** In: I. F. CUNHA; A. CABRERA; J. P. SOUSA (Orgs.). Pesquisa e Media em Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina. Covilhã, Portugal. 2012, p. 79-106. Disponível em <[www.livroslabcom.ubi.pt](http://www.livroslabcom.ubi.pt)>. Acesso em 23 mar. 2014.

COSTA, M. R. **Violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?** Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.

COSTA, M. R.; PIMENTA, C. A. M. **A violência:** natural ou sociocultural? São Paulo: Paulos, 2006.

ENTMAN, R. M.. **Framing:** Toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, v. 43, n° 4, p. 51-58, 1993.

ESTEVES, J. P. **Agenda-setting e efeitos dos Media:** o desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. In: I. F. CUNHA; A. CABRERA; J. P. SOUSA (Orgs.). Pesquisa e Media em Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina. Covilhã, Portugal. 2012, p. 107-138.

FARAGO, C. C.; FOFONCA E. (2012). **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin:** do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. Revista Linguagem. 18. Recuperado em 12 dez. 2012, In: <<http://www.educacaoetecnologia.org.br/?p=5487>>.

FONSECA JUNIOR, Wilson. **Análise de Conteúdo.** In. DUARTE, J.; BARROS, A.(Orgs.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2 ed., 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.p. 280-304.

GOVERNO do Estado do Ceará. **Biografia.** Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/governador>>. Acesso em 30 mar. 2014.

HOHLFELDT, A. **Os estudos sobre a hipótese do agendamento.** Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 17, p. 42-51, nov./1997.

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEEDS, E. **A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil:** um relacionamento frágil, mas em evolução. Revista brasileira de segurança pública, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 134-142, ago/set. 2013.

LOPES, E. B.; BRASIL, G. M. **Em busca de confiança e legitimidade:** a segurança pública no Ceará-Brasil. 2008.

MAGALHÃES, E.; ALBUQUERQUE, A. **Jornalistas sem jornal:** a “blogosfera progressista” no Brasil. XXIII Encontro Anual da Compós, Pará, mai. 2014.

MAIA, K. B. F.; AGNEZ, L. F. **O agenda-setting no Brasil**: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v.13, n.3, set/dez. 2010.

MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

McCOMBS, M. E.; SHAW, D. **The Evolution of Agenda-Setting Research**: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. Journal of Communication, v. 43, n.2, p. 58-67, 1993.

MELO, P. B. **A pauta na capa**: a mídia como porta-voz da cultura do medo. Um estudo sobre a revista Carta Capital. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 24, n. 2, p. 221-235, jul/dez. 2005.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento**: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-235, jun. 2012.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. et al. **A produção da (des)informação sobre a violência**: análise de uma política discriminatória. 1997.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados**: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de Sociologia do Crime e da Violência. 2006.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. **Jornalismo Político e Imagem Pública**: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. Revista Contracampo, Niterói, v. 28, n. 3, dez. 2013.

MORALES, L. P.; DIÓGENES, J. P. **Narrativas do real**: a construção social da violência urbana na mídia brasileira. In: XXIX Congresso ALAS, 2013, Santiago.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2o sem., 1996.

NJAINÉ, K. et al. **A produção da (des)informação sobre violência**: análise de uma prática discriminatória. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 403-414, jul/set. 1997.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. **A violência na mídia como tema da área da saúde pública**: revisão da literatura. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004.

NJAINÉ, K.; VIVARTA, V. **Violência na mídia** – Excessos e avanços. In: UNICEF. (Org.). *Direitos Negados – a violência contra a criança e o adolescentes no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2005, p. 71-95.

OLIVEN, R. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010.

O POVO Online. **Flickr**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/people/opovoonline/>>. Acesso em 30 mar. 2014.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PASTANA, D. R. **Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 12, n. 22, p. 91-116, 2007.

PORTO, M. **Enquadramentos da Mídia e Política**. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu, 2002.

PORTO, M. S. G. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

\_\_\_\_\_. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 152-171, jul/dez. 2002.

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e violência** – Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Boletim de segurança e cidadania, Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. IUPERJ: Rio de Janeiro, 2007.

REVISTA Fale. **Cid Gomes**. Política. Disponível em: <<http://www.revistafale.com.br/fale68/cidgomes.html>>. Acesso em 30 mar. 2014.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Alea, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul/dez. 2005.

ROLLEMBERG, D. **A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)**. In: F. C. PALOMANES MARTINHO (Org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 141-152.

SANTOS, R.; SERAFIM, L. C. G. **Algumas considerações sobre controle social da segurança pública na perspectiva das políticas públicas em um Estado no século XXI**. Cadernos de Segurança Pública, Rio de Janeiro, ano 4, n. 3, p. 1-10, mai. 2012.

SECRETARIA da Segurança Pública e Defesa Social. **Competência**. Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/canalDetalhado.do?tipoPortal=1&codCanal=156&titulo=Conhe%20a%20a%20SSPDS&action=detail>>. Acesso em 30 mar. 2014.

SENA, U. B. et al. **Análise da cobertura do jornal O Povo sobre a realidade da criança e do adolescente no semi-árido Cearense**. 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Braga, 2007.

SHAW, E. F. **Agenda-Setting and Mass Communication Theory**. International Communication Gazette, v. 25, p. 96-105, 1979.

SILVA, E. F. **Rompimentos eleitorais e ciclos políticos: o que nos dizem as eleições estaduais do Ceará**. Caderno de Cultura e Ciência, ano VII, v.11, n.1, dez. 2012.

SILVEIRA, E. M. **A nova república e o “Movimento por uma nova Sobral”**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

SODRÉ, M. **Sociedade, Mídia e Violência**. 2 ed. Editora Sulinas/EDIPUCRS: Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, E. B. L. **Política de Segurança Pública no Ceará: algumas evidências**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2013

\_\_\_\_\_. **Ronda do quarteirão: um “acontecimento” na política de segurança pública?** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/cp096212.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp096212.pdf)>. Acesso em 30 mar. 2014.

SÓLIO, M. B. **Violência: um discurso que a mídia cala**. Caxias do Sul: Educs, 2010.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Estatísticas e Resultado da Eleição**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em 30 mar. 2014.

WEBER, M. **A política como vocação**. In: H. H. GERTH; W. MILLS (Orgs.). Max Weber – Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967. p. 55-89.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Cid Gomes**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Cid\\_Gomes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cid_Gomes)>. Acesso em 30 mar. 2014.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. 2 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

ZALUAR, A. **Um debate disperso**: violência e crime no Brasil da redemocratização. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, 1999.